



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

ANAIS

2025



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471a	<p>Seminário de Pesquisa (11. : 2025 : Sorocaba, SP). Anais [recurso eletrônico] do XI Seminário de Pesquisa e X Encontro de Egressos do PPGed UFSCar Sorocaba, de 9 a 11 de junho de 2025 ; organizadores: Bárbara Cristina Moreira Sicardi Aygadoux e Izabella Mendes Sant'Ana. – Sorocaba, SP, 2025. 230 p.</p> <p>ISSN Disponível em: https://www.ppged-seminario.ufscar.br/ Tema:</p> <p>1. Educação – Congressos. I. Aygadoux, Bárbara Cristina Moreira Sicardi. II. Sant'Ana, Izabella Mendes. III. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Humanas e Biológicas. Departamento de Ciências Humanas e Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.</p> <p>CDD (23 ed.) – 370</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca *Campus* Sorocaba
Maria Aparecida de Lourdes Mariano – Bibliotecária CRB8/6979



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:

Bárbara Cristina Moreira Sicardi Aygadoux
Izabella Mendes Sant'Ana

Comissão de credenciamento e logística:

Izabella Mendes Sant'Ana (coordenação)
Jean Carlos Gomes
Leticia Asheley Gomes
Raisa Carolina Carvalho do
Amaral Sheila Garbulha Tunuchi
de Campos

Comissão de comunicação e cultura (propostas visuais, divulgação, identidade visual etc)

Michel Ceríaco (coordenação)
Carla Leitão da Silva
Stéfany Vitores
Agnes Roldan

Comissão Científica (distribuição dos trabalhos por sala e medição)

Celso Spinardi Junior
Thiago Consiglio Cruz
Daniele Xavier Ferreira Giordano
Jean Carlos Gomes (Cartas)
Elaine Maria da Silva (Diálogo Artes)
Luiz Ketu

Comissão Site

Thiago Consiglio Cruz
Translado Professor Rafael
Elaine Maria da Silva

Certificados

Ana Luiza Bueno Masson
Pamella Carolina de Sousa Pacheco Carvalho
Sheila Garbulha Tunuchi de Campos

Avaliação de trabalhos

Antonio Cícero de Andrade
Pereira Priscila Braga
Stéfany Vitores
Pamella Carolina de Sousa Pacheco Carvalho

Sarau das Cartas

Jean Carlos Gomes
Tonito Francisco
Monisa Maciel



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
PROGRAMAÇÃO	2
GRUPOS DE TRABALHO	3
GT CARTAS PEDAGÓGICAS	4
AS CARTAS PEDAGÓGICAS PARA A FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO A, NA E PARA A ESCOLA PÚBLICA	4
Adriana Talita Gomes Canizelli	
COMO EU CHEGUEI ATÉ AQUI? ATRAVESSAMENTOS DE UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PÓS-GRADUAÇÃO	8
Ana Laura Cruz Aquino	
O ACINZAMENTO DA UFSCAR- CARACTERÍSTICAS DA UNIVERSIDADE PÓS-PANDEMIA E UMA GESTÃO DE EXTREMA DIREITA	12
Bruno Rodrigues Pedroso e Winis Henrique Rodrigues de Andrade	
O ENSINO DA MATEMÁTICA: DA RECICLAGEM AO JOGO PEDAGÓGICO	17
Elisângela Cristina Monegatto	
MATEMÁTICA QUE ALIMENTA: ENSINANDO A PARTIR DOS MERCADOS DA “QUEBRADA”, ONDE CALCULAR É ESCOLHER O QUE VAI PARA O PRATO	22
Janaína Padilha	
O CAMINHO LONGO ATÉ O DOUTORADO: RELATO DE UM PROFESSOR NORDESTINO	27
Éverton da Paz Santos e João Batista dos Santos Júnior	
ENTRE NÚMEROS E PALAVRAS: TECENDO SABERES NA EXPERIÊNCIA DO PESCD COM FUTUROS DOCENTES DE MATEMÁTICA	35
Priscila Borges Ribeiro Oliveira	
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS BASEADAS NA EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA ANTIRRACISTA: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UMA PROFESSORA EM FORMAÇÃO	42
Elisa Amanda Santos do Amaral	



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

DO PRESENTE PARA O PASSADO: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS COMPARTILHADOS PELA PÓS-GRADUAÇÃO	49
Carla Leitão da Silva e Carolina Agostinho de Jesus	
CARTA PEDAGÓGICA AOS/ÀS COLEGAS PROFESSORES(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA: POR UM CURRÍCULO QUE REENCANTE A VIDA E DESFOLCLORIZE A HISTÓRIA	54
Adilene Cavalheiro	
CARTA A QUEM INICIA A TRAVESSIA: AOS ORIENTADORES PEDAGÓGICOS EM INÍCIO DE CARREIRA	59
Daniela de Ávila Pereira Lourenço e Renata Prenstteter Gama	
REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA SOCIAL, A TRAJETÓRIA PESSOAL, DE FORMAÇÃO E PROFISSIONAL NA CONSTRUÇÃO DE UM PESQUISADOR	62
Celso Spinardi Junior	
CARTAS PEDAGÓGICAS: COMPOSIÇÕES DE SENTIDOS E SABERES NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, TORNAR-SE AUTOR(A)	67
Jean Carlos Gomes Santos Costa	
COMO ANDAM/DANÇAM/MOVEM-SE OS CORPOS DAS PROFESSORAS DE CRIANÇAS PEQUENAS?.....	71
Monize Laís Fernandes Machado e Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi	
A SUPERVISÃO DE ENSINO: FUNÇÃO FISCALIZADORA OU (TRANS)FORMADORA?	76
Rogéria Fernandes do Nascimento	
ESCUTAR O QUE AINDA NÃO SE DIZ: INFÂNCIA, DIFERENÇA E DIGNIDADE COMO FUNDAMENTOS DA JUSTIÇA SOCIAL	82
Solange Cardoso e Ariana de Queiroz Lima	
CARTA PEDAGÓGICA AOS EDUCADORES E EDUCADORAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) POR UMA ALFABETIZAÇÃO EMANCIPADORA NA PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE E DA EDUCAÇÃO POPULAR	88
Cristiane Aparecida Madureira	
CARTA PEDAGÓGICA AOS COMPANHEIROS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	92
Cristiane Aparecida Madureira e Juliana Rezende Torres	
DIÁLOGOS, PESQUISA E O PROCESSO CRIATIVO DE UM LIVRO INFANTIL	96
Deise Marina Gomes	



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

PEDAGOGIA E AFETO	103
Maria Clara Paleari e Isabel Steck Gonçalves	
VOZES E NÚMEROS: UMA CARTA SOBRE PRÁTICAS DE JUSTIÇA SOCIAL NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	105
Betabara Aparecida Rodrigues	
ESPERANÇAR A EDUCAÇÃO	109
Mel Soares Maia	
GT 01 - DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO.....	112
ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL E CRIAÇÃO ARTÍSTICA DAS CRIANÇAS PEQUENAS	112
Micaele Cristina Sousa Lima e Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi	
VIVÊNCIAS DAS FAMÍLIAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	114
Jefferson Roberto de Carvalho Santos e Debora Dainez	
COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA COMO ATUAL POLÍTICA PÚBLICA DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ENFOQUE HISTÓRICO-CRÍTICO	116
Andréia Paula	
PERSPECTIVAS ÉTICAS NA PESQUISA COM CRIANÇAS DESDE BEBÊS: CAMINHOS E CONTRIBUIÇÕES	118
Elaine Maria da Silva e Maria Walburga dos Santos	
GT 02 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PESQUISA EM EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA	120
DIÁLOGOS DOCENTES NO INTERIOR PAULISTA (SP): VINTE ANOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ANTIRRACISTAS	120
Elisa Amanda Santos do Amaral	
DIÁLOGOS QUE CRUZAM FRONTEIRAS: ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO.....	122
João Batista dos Santos Junior e Cristiana Brasilio Leite	



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE SOROCABA	124
Elizabeth dos Santos Ferreira	
COMUNICAÇÃO PEDAGÓGICA: A DESFOLCLORIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA ANTIRRACISTA	126
Adilene Cavalheiro e Rosa Aparecida Pinheiro	
FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS VIVÊNCIAS DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 3º ANO)	129
Sheila Garbulha Tunuchi de Campos e Rosa Aparecida Pinheiro	
FORMAÇÃO CONTINUADA EM HTPC: REALIDADE E POTENCIAL DESTE CONTEXTO.....	132
Rayane Medrado de Souza Biasi e Rosa Aparecida Pinheiro	
ORIENTADOR PEDAGÓGICO INICIANTE: INSERÇÃO PROFISSIONAL E SABERES NECESSÁRIOS À ATUAÇÃO	134
Daniela de Ávilla Pereira Lourenço e Renata Prenstteter Gama	
ENCONTROS, SABERES E FAZERES COM CRIANÇAS DESDE BEBÊS EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	136
Shirley Maria de Oliveira e Maria Walburga dos Santos	
O COORDENADOR PEDAGÓGICO E AS RELAÇÕES ESCOLARES-CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE	139
Francine Bastos Cacace Alvares Ferreira	
PERCEPÇÃO DE CIÊNCIA A PARTIR DE QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS: UM ESTUDO COM FUTUROS PROFESSORES NO BRASIL E NA ESPANHA	141
Carla Leitão da Silva e Maria José Fontana Gebara	
CARTAS PEDAGÓGICAS COMO POSSIBILIDADE HEURÍSTICA: POR UMA (TRANS)FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	143
Antônio Cícero de Andrade Pereira e Monisa Maciel Pasqualini da Silva	
O PROJETO “CRECHE & VIDA”: HISTÓRIA DO ATENDIMENTO A BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA DE SOROCABA, SP. (1989 A 1992)	147
Gabriela Aceituno e Maria Walburga dos Santos	



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

CURRÍCULO PAULISTA E INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA: TEORIA <i>VERSUS</i> PRÁTICA NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES..	149
Thiago do Nascimento Pereira Gomes e Maria José Fontana Gebara	
HOJE É DIA DE FESTA: UM ESTUDO SOBRE A COMPREENSÃO DE PROFESSORES E A ABORDAGEM DAS DATAS COMEMORATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SOROCABA	152
Débora Cristina Ferreira e Izabella Mendes Sant'Ana	
USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AÇÕES EDUCATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: COMPREENSÃO DE DOCENTES E ESTUDANTES	154
Talita dos Reis Lopes Berbel e Izabella Mendes Sant'Ana	
ADAPTAÇÃO E DESAFIOS DIGITAIS: JUSTIÇA E DIREITO À FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES CATEGORIA O NA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO.....	156
Cristiana Brasilio Leite e João Batista dos Santos Junior	
A AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: UM OLHAR PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS ITAPETININGA	158
Vanessa Souto Silvestre e Fernanda Keila Marinho da Silva	
SALA DO FUTURO E LETRAMENTO DIGITAL: COMPREENSÃO DOS PROFESSORES SOBRE PRÁTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA MEDIADAS PELA TECNOLOGIAS NA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO	161
Larissa Braz da Silva e Izabella Mendes Sant'Ana	
A ESCRITA DE SI E A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DE PEDAGOGOS: O PIBID COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA	164
Luís Gustavo Rodrigues Marcondes e Bárbara Cristina Moreira Sicardi Aygadoux	
ESCOLA, CURRÍCULO E INFÂNCIAS: A TRANSIÇÃO E DES(CONTINUIDADES) ENTRE A PRÉ-ESCOLA E O ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DO OLHAR DE PROFESSORES(AS)	167
Ana Paula Rodrigues Sanches e Rosa Aparecida Pinheiro	
O ESTUDO DE AULA (<i>LESSON STUDY</i>) COMO PROCESSO FORMATIVO NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS	169
Éverton da Paz Santos e João Batista dos Santos Júnior	



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 03 - DESIGUALDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS...	172
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE SOROCABA (BRASIL) E XAI-XAI (MOÇAMBIQUE) .. Caroline Barros dos Santos Feltrin e Tonito Francisco	172
EVOLUÇÃO E DESAFIOS DO SISTEMA EDUCACIONAL EM MOÇAMBIQUE	174
Tonito Francisco Bárbara Cristina Moreira Sicardi Aygadoux	
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA(SP): EDUCAÇÃO, SABERES E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL	176
Luiz Marcos de França Dias e Elson Alves da Silva	
EFEITOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DE MENINAS NEGRAS EM CONTEXTO ESCOLAR	180
Raísa Carolina Carvalho do Amaral, Marcos Roberto Vieira Garcia e Viviane Melo de Mendonça	
GRUPO DE PAIS DE LGBTs.....	182
Rogéria Fernandes do Nascimento	
EMPREENDEDORISMO PERIFÉRICO E A LUTA PARA GERAR RENDA	184
Paula Cristina Bernardo	
OS MANICÔMIOS FECHARAM? COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E A PERPETUAÇÃO DA LÓGICA MANICOMIAL NA CIDADE DE SOROCABA/SP	188
Thaís Lopes Rodrigues	
GT 04 - POLÍTICA, CULTURA E PROCESSOS EDUCATIVOS E NOVOS POSSÍVEIS..	190
FESTIVAL ESTAMXS VIVXS: GRAFFITI, CULTURA E MEMÓRIA EM UMA PERSPECTIVA AFROCENTRADA	190
Amanda Cristina Alves Prado e Michel da Silva Ceriaco	
O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	192
Sheila Lopes Barros e Débora Dainez	
QUEM NUNCA PASSOU POR UMA ENCRUZILHADA NÃO SABE ESCOLHER CAMINHOS.....	198
Ítalo Butzke	



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

O CORPO-TERRITÓRIO NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES INSURGENTES	200
Stéfany Vitores de Oliveira	
GT 05 - FUNDAMENTOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO.....	202
ARTICULANDO DIÁLOGOS ENTRE FREIRE E VIGOTSKI NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DISPUTAS E TENSIONAMENTOS	204
Daniela Dominique Ribeiro e Débora Dainez	
O DIÁRIO A/R/TOGRÁFICO DA PROFESSORA-ARTISTA NA PESQUISA SOBRE A INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	206
Paula Bologna e Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi	
CIÊNCIA EM CENA: PERCEPÇÃO DE CIÊNCIA E QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	208
Letícia Asheley Gomes	
A ESCOLA INDÍGENA NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA VISÃO ETNOGRÁFICA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS ALDEIAS	209
Celso Spinardi Junior	
O TRABALHO DO GESTOR ESCOLAR COMO POTENCIALIZADOR NO DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	210
Luciana Maria Balsamo	
A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO A PARTIR DA REDE MUNICIPAL DE CAPIVARI-SP	212
Karen Bertoldo Angelim Fernanda Keila Marinho da Silva	
“OU VOCÊ PARA DE ESTUDAR OU VOCÊ TRABALHA...” - A EXPERIÊNCIA DE JOVENS ESTUDANTES TRABALHADORES NA ESCOLA PEI	214
Agnes Jose Maria Salas Roldan	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS NAPNES E A PNAES	216
Jussara Cristina Rodrigues da Silva e Debora Dainez	



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

A ARTE DE ABRAÇAR A MUDANÇA: TRÂNSITOS ENTRE OS ESPAÇOS EXPOSITIVOS DE ARTE E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA	221
Tifany Cristina Rodrigues Rosa e Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi	
MAPAS CONCEITUAIS COLABORATIVOS: UMA PROPOSTA DE ENSINO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS ESTRUTURANTES DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA EM UMA TURMA DE ENSINO FUNDAMENTAL 2	223
Idelzuite Azevedo Alcântara Leme e João Batista dos Santos Junior	
UMA ANÁLISE HISTÓRIC-CRÍTICA DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	225
Luiza Pompeu Prado Moreira Moreau e Luciana Cristina Salvatti Coutinho	
A PRAXIOLOGIA DA ALFABETIZAÇÃO PARA CRIANÇAS NA CONCEPÇÃO DA PEDAGOGIA CRÍTICO-LIBERTADORA	228
Tácyła Agum Theotonio de Lima e Juliana Rezende Torres	



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

APRESENTAÇÃO

O XI Seminário de Pesquisa, X Encontro de Egressos e o III Seminário de Autoavaliação do PPGEd-So têm o objetivo de apresentar e discutir as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação da UFSCar – Campus Sorocaba, no diálogo com outros Programas de Pós-Graduação, além propiciar a integração e o acompanhamento de estudantes egressos do Programa. Vislumbra ainda promover um espaço de reflexão acerca das ações do programa e de sua estrutura com vista ao aprimoramento de suas práticas no contexto de um cenário de avaliação nacional fomentado por agências de regulamentação.

O histórico da temática dos Seminários sempre esteve em consonância com a diversidade expressa pelos grupos de estudos, seus respectivos eixos temáticos e diversos pesquisadores e pesquisadoras que compõem interlocuções e redes que se tramam junto a outros Programas de Pós-Graduação.

Para o ano de 2025 pretendeu-se que o seminário além de garantir continuidade às discussões e aos questionamentos, promovesse um diálogo reflexivo acerca do que a conjuntura nacional e internacional nos coloca diante de desafios que foram agregados com a temática escolhida, a saber: Diversidades e diferenças na Pós-Graduação em Educação: justiça social e garantia de direitos.

Assim, objetivou-se dialogar sobre a produção dos conhecimentos que tecemos, e como essa produção reafirma o que desejamos em uma conjuntura nacional em termos de justiça social e garantia de direitos visto que nossos compromissos institucionais e coletivos se posicionam em prol do fortalecimento do Estado Democrático de Direito, em pesquisas que se debruçam sobre as variadas facetas da educação, da escola, das políticas públicas, das práticas pedagógicas e da formação docente.

O acompanhamento de estudantes egressos do Programa também se constituiu como importante foco do evento, de modo a trazer elementos históricos e desdobramentos dos potenciais saberes e devires profissionais de discentes que fazem suas jornadas de estudo nos variados grupos do PPGEd- So, com especial interlocução com movimentos sociais, gestores de políticas públicas educacionais e de variadas áreas de interface com a educação, como saúde, comunicação e múltiplos conhecimentos que compõem os saberes de Programas de Pós-Graduação referenciais e parceiros.

O evento foi realizado inteiramente presencial e ocorreu entre os dias 09 e 11 de junho, integrando além da Palestra de abertura, Mesas de diálogos com convidados internos e externos ao PPGEd, alunos regulares e egressos, Grupos de Trabalho para a comunicação de investigações concluídas e em andamento e minicursos, sarau de cartas e atividades culturais, com especial valorização da comunidade universitária e da região. Além disso, destacamos um Grupo de Trabalho de Cartas Pedagógicas, para que fossem apresentadas experiências formadoras que se compõem na tessitura da temática do evento.

Os trabalhos que integram este material evidenciam a participação de um coletivo que integra um movimento a favor da justiça social e garantia de direitos, para que, juntos, reafirmemos o compromisso da produção de conhecimento na Pós-Graduação em Educação!

Comissão Organizadora



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

PROGRAMAÇÃO

2a - 09/06

3a - 10/06

4a - 11/06

14h30 às 17h30

GTs 1 a 5: comunicações orais

14h30 às 16h30

Seminário de Autoavaliação do PPGEd-So

17h às 19h **Intervenção poética e Sarau das Cartas Pedagógicas**

19h

Atividade cultural

19h30

Cerimônia de abertura do evento
Diversidades e diferenças na Pós-Graduação em Educação:
justiça social e garantia de direitos

Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Diretoria do CCHB Coordenação do
PPGEd-So Egresso PPGEd-So

20h30

Palestra de abertura

Nós, os outros e Redes de conhecimento na Educação

Prof Dr Rafael Marques Gonçalves -

18h30

Atividade cultural - Hall ATLAB

19h15 as 21h30

Minicursos e Diálogos com convidados, professores, discentes e egressos do PPGEd

Minicurso 1

Justica Restaurativa na Educação

Minicurso 2

Protocolo Antirracismo

Diálogo 1

A Educação em Moçambique e a Educação Antirracista no Brasil

Tonito Francisco

André dos Santos Luigi

Diálogo 2

Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva

Jeferson de Carvalho Santos Plinio César Marins

Simone de Paula Rocha

Diálogo 3

Cotas na Pós-Graduação

Lucas Bogoni - Egresso

Antonio Cícero de Andrade Pereira Adilene Cavalheiro

Diálogo 4

Gênero e Sexualidade

Jenifer Justino Izabela Cáceres Stéfany Vitores

Diálogo 5

Experiência Indígena na Pós-Graduação e Educação Indígena

Rosangela Potira

Diogo Bandeira Celso Spinardi

Diálogo 6

Educação Escolar Quilombola

Luis Keto

Elson Alves da Silva

Mariana Martha de Cerqueira Silva



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GRUPOS DE TRABALHO

GT CARTAS PEDAGÓGICAS: “Cartas Pedagógicas” é a denominação de um estilo de escrita próprio da obra de Paulo Freire, revelador da democratização do conhecimento enquanto legado freireano. Em consonância com o que propõe o autor, a produção acadêmica na modalidade de “Cartas Pedagógicas” deverá levar em conta a tradição da escrita de cartas e as experiências de reinvenção do pensamento freireano no âmbito acadêmico. O autor escreveu diversas cartas que podem nos animar a encontrar nesta modalidade de comunicação muitas possibilidades de sermos fazedores de história. Este eixo se propõe portanto a receber e dialogar com e a partir de cartas pedagógicas que versem sobre a temática do evento, anunciando experiências de pesquisa-vida-formação na Pós-Graduação que estejam na pauta das diversidades e das diferenças e que vislumbrem inéditos viáveis a favor da justiça social e da garantia de direitos.

GT 01 - DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Este eixo contempla pesquisas que aprofundem referenciais teórico-metodológicos da pesquisa em Educação e/ou demonstrem aplicações desses referenciais a partir de distintos contextos e processos educativos.

GT 02 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PESQUISA EM EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA: Este eixo deve apresentar pesquisas que discutam o campo da formação e da atuação profissional de educadores e docentes, entendido sob diferentes vertentes teóricas, níveis educacionais e áreas de conhecimento no diálogo com os estudos nos/dos/com os cotidianos e as práticas educativas.

GT 03 - DESIGUALDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS: Este eixo volta-se para pesquisas que relacionam educação, comunidade e movimentos sociais, incidindo em temáticas que integram os processos educativos em diferentes contextos institucionais e comunitários; educação e movimentos sociais; educação e cultura popular; trabalho e educação; trabalho e economia solidária; estudos feministas, gênero e sexualidade; educomunicação; culturas juvenis; juventude e mundo do trabalho; saúde mental e educação; medicalização da vida; educação e processos de subjetivação.

GT 04 - POLÍTICA, CULTURA E PROCESSOS EDUCATIVOS E NOVOS POSSÍVEIS: As pesquisas que se encontram nesse eixo buscam refletir acerca de processos educativos voltados ao conjunto de preocupações relacionadas às novas possibilidades que vimos surgir no contexto de crise “pós-pandemia” e que anunciam inéditos viáveis ao cenário atual do país.

GT 05 - FUNDAMENTOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Este eixo articula conceitos, problemas, itinerários e projetos que envolvam o fenômeno educativo escolar e não escolar sob diferentes perspectivas passíveis de investigação, mantendo o necessário diálogo com as ciências da educação.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT Cartas Pedagógicas

AS CARTAS PEDAGÓGICAS PARA A FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO, NA E PARA A ESCOLA PÚBLICA

Adriana Talita Gomes
Canizelli Universidade Federal de São Carlos - UFSCar,
campus Sorocaba
drifacul2006@yahoo.com.br

Sorocaba, 04 de junho de 2025.

Queridos (as) pesquisadores (as) e professores (a) de Educação Básica,

Sou Adriana, licenciada em Letras e Pedagogia, pesquisadora e professora da escola pública desde 2008. Desde os 23 anos, vivo a educação como um caminho de formação e transformação. Entre aulas de Língua Portuguesa com adolescentes e, hoje, com os pequenos nos anos iniciais, meu coração nunca se afastou da escola pública.

A linha de pesquisa “Teorias e Fundamentos da Educação” foi meu ponto de partida no mestrado e permanece como base no doutorado. Talvez pela necessidade – que trago desde a infância – de explicar tudo o que faço e por que faço, motivei-me a compreender o lugar das políticas públicas e das parcerias público-privadas nas escolas. Observar minha trajetória como aluna, professora e pesquisadora permite-me analisar, com criticidade, a crescente presença dessas parcerias, muitas vezes implementadas sem diálogo com os profissionais da educação e sem considerar as reais necessidades de estudantes, famílias e escolas.

Nos diferentes contextos em que atuei, testemunhei o surgimento constante de projetos e programas externos à rede pública. O problema é que, em geral, são implantados sem a participação da equipe pedagógica e, posteriormente, não passam por avaliações consistentes. Essa ausência de escuta e de revisão compromete as possibilidades de transformações reais, sustentáveis e coerentes com o cotidiano



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

escolar. Ao me aprofundar nesse tema, encontrei ressonância em autoras como Lisete Arelaro, Raquel Borghi, Theresa Adrião e Teise Garcia, que denunciam a fragilidade de um Estado que firma contratos público-privados, mesmo diante de objetivos tão distintos.

Estar na UFSCar Sorocaba é, para mim, um privilégio. A universidade, com seu corpo docente atento e acolhedor, nos convida à reflexão crítica e à construção coletiva do saber. Os espaços de debate, os grupos de estudo e as experiências vividas em cada encontro permitem-me reconhecer-me como pesquisadora e como pessoa.

A experiência com as Cartas Pedagógicas possibilitou-me uma nova forma de escrita acadêmica, marcada pelo diálogo reflexivo entre a Adriana aluna, professora e pesquisadora — cada qual com suas perspectivas e vivências. Para enriquecer esse aprendizado, as Cartas convidam o outro, que compartilha das suas próprias perspectivas e vivências. Elas se revelam como uma potência formativa em que o conhecimento é meu, é do outro e se transforma a cada nova reflexão.

Para Freitas (2021), as cartas de Paulo Freire foram inspiração para as Cartas Pedagógicas. Compreendo isso não apenas pela forma, mas pelo conteúdo político, crítico e humano que carregam. Foi um marco que revelou a potência da escrita com afeto, autoria e diálogo. Aprendi que a escrita acadêmica pode carregar nossas marcas pessoais e que o “eu” é uma possibilidade legítima no texto reflexivo. O processo de escrever uma carta é sempre desafiador: expor-me na primeira pessoa exige coragem — mas também liberta. Compreendi que a experiência educativa só é válida quando nos atravessa, nos transforma e nos faz refletir. Afinal, não é esse o propósito da pesquisa?

Ao adotar as Cartas Pedagógicas como modalidade de escrita acadêmica, foi possível observar a riqueza da diversidade de trajetórias, formações, corpos, etnias, gêneros e experiências dos pesquisadores da pós-graduação. Isso enriqueceu as discussões e ampliou as possibilidades de aprendizagem. Essa multiplicidade,



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

quando acolhida e valorizada, não apenas fortalece o processo formativo, como também atua como força vital em defesa da justiça social e da garantia de direitos. As diferenças não são obstáculos; ao contrário, são potências que tensionam o pensamento único e apontam caminhos para uma educação mais democrática, plural e inclusiva.

O diálogo entre pesquisadores e professores da Educação Básica poderia ocorrer também fora da universidade? Durante muito tempo, fomos levados a acreditar que a produção de conhecimento acontece apenas nos muros da universidade, enquanto a escola seria apenas o lugar de aplicação ou reprodução. No entanto, a prática cotidiana revela outra realidade: há saberes produzidos nos corredores das escolas, nas salas de aula, nas reuniões pedagógicas e nas conversas entre colegas. A escola pública, com todas as suas contradições, é também um espaço de pesquisa, de experimentação e de reinvenção.

Fora da universidade, o diálogo entre pesquisadores e professores pode (e deve) acontecer. Quando nos reunimos para debater nossas práticas, refletir sobre nossas condições de trabalho, pensar políticas públicas e propor alternativas, estamos, sim, fazendo ciência, aquela que parte da experiência, da escuta e da coletividade.

Com as Cartas Pedagógicas esse diálogo pode acontecer e romper com hierarquias históricas que ainda colocam o pesquisador como detentor exclusivo do saber e o professor como mero executor. É preciso reconhecer que todo professor da Educação Básica é também um pesquisador do seu cotidiano, alguém que constrói conhecimento ao refletir sobre sua prática, ao criar estratégias para ensinar, ao lidar com a diversidade e a complexidade do contexto escolar.

Na pós-graduação, autores como Leite, Verhine, Dantas e Bertolin (2020), Zimmermann e Alves (2022) e Freitas (2021) destacam o processo reflexivo da autoavaliação como instrumento formativo e transformador. A autoavaliação é também uma forma de resistência e pertencimento. Poderiam, então, a autoavaliação e as Cartas Pedagógicas constituir um espaço formativo entre



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

professores e pesquisadores?

O fortalecimento dessas pontes exige abertura, humildade e investimento em políticas públicas que incentivem parcerias horizontais. Grupos de pesquisa podem se aproximar das escolas com escuta sensível, respeitando o tempo e as demandas dos profissionais da rede. Por sua vez, os professores precisam ser reconhecidos como sujeitos que produzem conhecimento e têm muito a dizer — não apenas sobre o que vivem, mas também sobre o que pensam e sonham para a educação. Encontros verdadeiros em que a escuta seja mútua, a pesquisa seja compartilhada, e os saberes circulantes não estejam presos a um único lugar ou a um único modo de pensar. Esse movimento é urgente e necessário se quisermos construir uma educação mais justa, democrática e viva.

A UFSCar Sorocaba tem crescido a cada ano em estrutura, pesquisas, crescente número de ingressantes e egressos que já atuaram/atuam/atuarão na rede pública de ensino. A universidade mantém seu compromisso: a oferta de pós para pesquisadores e professores da educação básica. É uma escolha difícil, mas carregada de sentido. A pesquisa precisa atravessar o pesquisador — só assim ela se torna viva, potente e necessária.

A escrita reflexiva, iniciada com as Cartas Pedagógicas, ressignificou minha forma de pensar e produzir ciência. Hoje, entendo que as marcas da aluna, da professora, da mulher ecoam na pesquisadora que sou — e não são ruídos, mas trilhas legítimas da construção do conhecimento. As Cartas Pedagógicas podem ser a ponte entre pesquisadores e professores da rede básica de educação que buscam formar e transformar a, na e para a escola pública.

Um forte abraço da aluna, professora e pesquisadora,

Adriana Canizelli

Palavras-chave: Pesquisa. Educação Básica. Professores.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT Cartas Pedagógicas

COMO EU CHEGUEI ATÉ AQUI? ATRAVESSAMENTOS DE UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PÓS GRADUAÇÃO

Ana Laura Cruz Aquino
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, *campus* Sorocaba
analaura.aquino76@gmail.com

Salto de Pirapora, 02 de junho de 2025.

Olá professoras e professores da Educação Básica!

Esta é a minha primeira carta pedagógica. Confesso que estou ansiosa em poder compartilhar uma parte da minha experiência enquanto professora-pesquisadora. Trago aqui algumas considerações que permeiam minha pesquisa em andamento. Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, *campus* Sorocaba. E, para chegar a essa condição, muitas travessias eu fiz.

Atuo há 21 anos na Educação Básica como professora de Geografia. Desde 2013, trabalho na EM Dr. Getúlio Vargas, em Sorocaba. A partir de 2014, comecei a participar como supervisora do subprojeto de Geografia no PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência –, que tem por objetivo promover a experiência prática dos futuros professores e fortalecer a formação docente.

Foi por meio desse programa que iniciei minha travessia rumo à pós-graduação. Ao planejar atividades com os pibidianos e selecionar conteúdos, percebi que estava ajudando a formar futuros professores de Geografia. Aos poucos, fui estreitando o contato com a universidade e, então, compreendi que precisava refletir sobre minha própria formação. Estava colecionando vivências significativas ao longo do programa, e foi



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

assim que, de uma forma ou de outra, venho me constituindo como professora-pesquisadora — trabalhando na escola pública, com muitos desafios, confesso!

Participar do PIBID trouxe à tona diversos anseios relacionados à minha formação acadêmica. Fiz uma licenciatura que, na prática, não me preparou para ser professora. Era muito mais voltada ao exercício da profissão de geógrafa do que à docência. Vejo o PIBID como um verdadeiro vetor de mudança: transformou meu pensamento, minha prática e, sobretudo, a maneira como me compreendo hoje — como uma professora que pesquisa a própria formação.

As escolhas que me levaram até aqui não foram fáceis. Eu sabia o que desejava, mas não sabia como trilhar esse caminho nem como narrar minha trajetória. Das vivências com as pibidianas e os pibidianos, emergiram momentos formativos que me aproximaram da pesquisa (auto)biográfica, ainda que de forma inicial. Sabia que, em algum momento, seria preciso estudar com profundidade — mesmo com a dupla jornada. E me encorajei nessa travessia.

Em 2022, inscrevi-me como aluna especial na disciplina “Pesquisa Autobiográfica e Formação de Professores”, ministrada pela Prof^a Dr^a Bárbara Sicardi Aygadoux. Ao longo das aulas, nas conversas e nas leituras atentas, muitos autores do campo (auto)biográfico emergiram nas minhas memórias de formação docente, despertando um (re)conhecimento do que vivenciei no PIBID. Ali, transbordou a consciência da minha incompletude em diversos aspectos, o que me motivou ainda mais a buscar novos conhecimentos e saberes.

Percebo hoje que o (auto)biográfico ressignificou minhas experiências, trazendo fundamentos para a construção da minha autoria. Rompi com aquela formação acadêmica convencional, quase hermética, e me permiti anunciar minhas reflexões — não só sobre minha profissão, mas também sobre minha própria existência. Compreendi que, para chegar ao Outro, preciso falar de mim, colocar-me em primeira pessoa e tomar consciência da minha constituição como sujeito da própria história.

Ao ser aprovada no processo seletivo do Mestrado em Educação, enfrentei uma



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

nova travessia — que eu jamais teria conseguido sem esse processo anterior de formação e tomada de consciência. Sou efetiva tanto na rede estadual quanto na municipal. Como cursar o mestrado com uma jornada de 48 aulas semanais e ainda cumprir as ATPS?

Pela rede municipal, tive direito a uma dispensa de ao menos um período semanal, mediante comprovação da matrícula nas disciplinas e da participação em grupo de pesquisa vinculado ao meu campo investigativo. Já na rede estadual, fui buscar informações sobre como solicitar o afastamento para estudar. Foi quando descobri meu direito ao afastamento, previsto na Lei Complementar nº 444/85, que permite o curso de pós-graduação “com prejuízo dos vencimentos e sem a perda das vantagens do cargo”, por um ano, prorrogável por mais um. Solicitei e consegui o afastamento — algo que, sinceramente, eu nem imaginava ser possível.

Quero evidenciar aqui o quanto nós, professores, podemos e devemos nos anunciar. Falar das vivências, rememorar cada uma delas que compõe nossas trajetórias de vida pessoal e profissional, é fundamental para privilegiar nossa formação. Como nos ensinou Paulo Freire, a Educação é um ato de liberdade, e precisamos ter consciência de que podemos, sim, mudar a nossa realidade!

Tenho a esperança em ver mais professores da educação básica ocupando o meio acadêmico produzindo suas pesquisas, fortalecendo ainda mais a nossa profissão. Não perder a Fé em si mesma e buscar novos horizontes para se constituir com autonomia e conhecimento nessa travessia chamada Vida!!

Finalizo com um trecho da música “Brincar de Viver” escrita por Guilherme Arantes e lindamente interpretada pela gigante Maria Bethânia, pois me atravessa significativamente e acredito que é permeada pelas possibilidades que a pesquisa (auto)biográfica move: *“Quem me chamou/ Quem vai querer voltar pro ninho/ E redescobrir seu lugar/ Pra retornar/ E enfrentar o dia-a-dia/ Reaprender a sonhar”*.

Com carinho e esperança,
Ana Laura Cruz Aquino.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Palavras-chave: Pesquisa autobiográfica. PIBID. Formação de Professores

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2007.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT Cartas Pedagógicas

O acinzamento da UFSCar - características da Universidade pós pandemia e uma gestão de extrema direita

Bruno Rodrigues Pedroso
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, *campus* Sorocaba
brunorodriguespedroso94@gmail.com

Winis Henrique Rodrigues de Andrade
Universidade Federal de São Carlos- UFSCar, *campus* Sorocaba
winis@estudante.ufscar.br

Sorocaba, 05 de junho de 2025

Saudações, querido Freire,

Te escrevo para contar o que temos visto na nossa universidade. Falamos da Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba, atualmente somos educadores, tivemos nosso processo de formação inicial aqui nesse lugar, que carrega em nossos sentimentos, espaço de grande importância e significados. É dito muitas vezes que a UFSCar muda a vida das pessoas e concordamos.

Uma universidade não é composta apenas das construções científicas, mas tem espaço para as manifestações artísticas e culturais. Ouvíamos os sons da bateria, da capoeira, do Maracatu, eram corpos em movimentos, pelo *campus*, gastronomia das mais singelas, mas carregadas de afeto, um colorido construído com a comunidade. Como você, Freire (2015) mesmo nos salientou na Pedagogia do Oprimido, a educação não se faz de A para B, mas de A com B conhecemos uma universidade que foi construída com as pessoas.

Porém voltando agora, já como alunos da Pós-graduação em Educação, refletimos conforme a arte do poeta popular Gentileza, muito bem representado na



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

canção da Marisa Monte, na sua canção “Gentileza”;

“Apagaram tudo

Pintaram tudo de cinza

A palavra no muro

Ficou coberta de tinta

Apagaram tudo

Pintaram tudo de cinza

Só ficou no muro

Tristeza e tinta fresca.”

Nessa música, é narrado o que aconteceu, as artes pintadas nos muros do Rio de Janeiro pelo Gentileza, o poder público do dia para noite acinzentou os muros, apagando com isso a vida daquele lugar. Acinzentaram a universidade, o pós pandemia, intensificado pelos ataques da extrema direita, contra a universidade, nos tirou a boniteza da vida acadêmica, acreditamos que a vida com arte e cultura, nos fortalece no esperar. A Macroestrutura é de extrema importância, como nos ensina Marx, mas não devemos desprezar a Superestrutura, e é ela a mais atacada quando tenta nos coisificar, retirar o direito de ser nas nossas construções, sociais, históricas e culturais.

Acinzentaram a universidade. E quem mais isso toca?

A todos aqueles que precisam de acolhimentos, que saem de suas casas, cidades, estados, países e comunidades (tradicionais, rurais, periféricas, invisibilizadas). Esses são acolhidos? Às vezes a sala de aula não permite, admitimos, ainda vivemos uma educação bancária, transmissiva e cumulativa de conhecimentos vazios, palavras ocas. Textos acadêmicos, provas, produtividade acadêmica... E os espaços de escuta? Onde estão? Eu me sinto pertencente a algum grupo? Será que sabemos o que se passa na vida dos nossos colegas? A relação educador-educando se dá só na construção do conhecimento científico?



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Conhecer as peculiaridades das pessoas, nos causa curiosidades e afetos, até hoje não me esqueço quando soube que quando estava em exílio ficava muito feliz quando te levavam um bombom sonho de valsa, seu doce brasileiro preferido, ou sobre seu sonho de ser um passarinho, seu gosto pelo café.

Muitas vezes só enxergamos o que acreditamos ser grandeza e não vemos a pequenez, tão importante no devir da vida, afinal somos todos movimento.

Ao nos apresentarmos para cada professora ou professor na pós-graduação, nos é perguntado: linha de pesquisa, projeto, trabalho e formação acadêmica. Nunca nos perguntam da nossa infância, dos nossos gostos: musicais, filmes, viagens... Ou que animal queria ser, como você disse um dia “um passarinho.”

Apresentado aqui a denúncia, vamos pensar no anúncio. O tempo e a produtividade nos sufoca e nos faz perder a sensibilidade, o nosso poder criativo para o trabalho, a nossa busca pelo ser mais (Freire, 2015), porém não podemos nos entregar facilmente, essas são as armadilhas neoliberais, que tentam nos transformar em coisas, nos atomizar. Precisamos parar e pensar em maneiras de nos reencontrarmos, não somente de maneira individual, que também se faz necessário, mas de maneira coletiva. Reorganizar, reconstruir e transformar, talvez sejam as palavras que podem nos orientar enquanto farol no horizonte da vida acadêmica. Não podemos deixar de lembrar da importância da comunhão, do diálogo autêntico, do reconhecimento do outro, especialmente na educação, mas também em todas as dimensões das relações humanas. O diálogo é o encontro amoroso dos homens (sic) que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (Freire, 1983). Comunhão, não é apenas estar junto fisicamente, mas compartilhar e construir sentido, humanidade.

O potencial criador da comunhão, há pouco tempo evidenciava na UFSCar diversas dimensões de todas as nossas relações e práticas, muitas vezes contraditórias, antagônicas, mas que fertilizavam um jardim bastante diverso de possibilidades. Diante da forma foi tratada a sindemia¹ da COVID, este jardim foi devastado por uma



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

tempestade ideológica, que tentou podar nossa força promotora de significados, mas resistiu. Não só isso, continuou nutrindo, aos poucos, o solo que deu estrutura para a construção do futuro de tantas pessoas. Depois da tempestade, percebemos hoje que o *campus* da universidade aos poucos se torna bonito de novo, vivo e colorido. Contudo, não podemos deixar que ideias ultrapassadas, daquela época (que queremos esquecer, muitas vezes), voltem a crescer novamente, agora adaptadas para esse novo que está surgindo. Precisamos trazer à tona essa inspiração dialógica, continuar transformando nossas ações em ações de amor, comunhão e respeito.

Cabe a nós, pesquisadores e pesquisadoras, comunidade acadêmica em geral, resistir, não esquecer a terra fértil que é o ambiente acadêmico, não o reduzi-lo ao academicismo, reconhecendo como espaço de afeto, amizades e amorosidade, se formamos educadoras e educadores, precisamos desses cuidados. Os embates, a dialogicidade com aqueles que nos atacam, não é tarefa (você já nos orientou sobre isso), mas é necessário. Não podemos jamais esquecer o esperar, não como espera, mas como movimento de ação e transformação.

Abraços fraternos,
Dos seus amigos
Bruno e Winis

¹ Termo usado por Merrill Singer, médico e antropólogo. Sinteticamente, *sindemia* é usada para contrapor *pandemia* ou *epidemia*, pois estas podem não levar em consideração as influências das relações sociais, culturais e econômicas na disseminação de uma doença. A covid no Brasil, ao nosso ver, não foi causada somente por questões puramente naturais, mas fortemente disseminada devido a estes outros fatores citados.

Palavras-chave: Vida acadêmica. Universidade Federal de São Carlos. Paulo Freire

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [1968].

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

SINGER, M. BULLED, N. OSTRACH, B. **Syndemics And Human Health: Implications For Prevention And Intervention.** Annals of Anthropological Practice 36.2/Syndemics and Human Health, 2012.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT Cartas Pedagógicas

O ENSINO DA MATEMÁTICA: DA RECICLAGEM AO JOGO PEDAGÓGICO

Elisângela Cristina Monegatto
emonegatto@yahoo.com.br

Sorocaba, 03 de junho de 2025.

Prezada professora Janaina Padilha,

Espero encontrá-la bem! Fiquei muito feliz em receber e ler a sua carta, principalmente por tratar de temáticas tão importantes e que já foram familiares em meu cotidiano no chão de escola, abordando o ensino de matemática, a valorização das diferenças, a garantia de direitos e a vulnerabilidade social. Outra questão pertinente foi nosso , reencontro oportunizado pelo XI Seminário de Pesquisa, X Encontro de Egressos e o III Seminário de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED da Universidade Federal de São Carlos, excelente momento de rememorar nossas vivências singulares, possibilitando reflexões plurais acerca da nossa prática pedagógica.

Lendo sua carta marcada pela potência da narrativa, “que dá forma ao vivido e à experiência” (Delory-Momberger, 2008), e por ela é possibilitada a compreensão, a ressignificação e transformação da ação pedagógica, me recordei de quando lecionei para crianças de 7 a 8 anos em uma escola que ficava em um bairro com muita vulnerabilidade social, na cidade de Capivari, em que os estudantes conviviam diariamente com a realidade social frágil, influenciada pela pobreza, desigualdade e falta de acesso a serviços essenciais.

A maioria das atividades envolvendo os conceitos da matemática solicitadas aos estudantes em sala de aula, eram os exercícios do livro de um sistema apostilado, seguindo as normativas do sistema de ensino. As crianças não conseguiam



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

compreender, encontravam dificuldades e não entendiam as consignas. As atividades estavam muito longe da realidade sofrida que viviam. Muitas das situações propostas sugeriam vários materiais manipulativos para exploração, mais uma vez a desigualdade social interferia e moldava o processo de ensino-aprendizagem.

As situações propostas não consideravam a etnomatemática (D' Ambrósio, 2005) e nem respeitava os saberes (conhecimentos prévios) como ponto de partida para o conhecimento (Freire, 1996), por isso, os estudantes apresentavam dificuldades em relacionar esses conceitos estudados do componente curricular da matemática às vivências, aos saberes, habilidades e competências que precisavam utilizar na prática, no mundo real, o mundo fora da escola, (a função social) de modo a compreendê-los.

Diante desta realidade de grande dificuldade de aprendizagem da matemática na sala de aula, me senti provocada a resistir. Naquele momento decidi garantir a igualdade de direitos, afinal, todos tem direito de aprender. Escrevi um projeto pedagógico para a confecção de jogos com materiais recicláveis, ensinando os conceitos da matemática de forma lúdica, com materiais concretos, favorecendo “a observação e análise, desenvolvendo o raciocínio lógico, crítico e científico” (Lorenzato, 2009, p. 61). Lembro-me como se fosse hoje, do dia em que propus a confecção de uma amarelinha com pedaços de tecido diferentes que cada um trouxe de suas casas, do jeito que conseguiu. Vieram pedaços simples, de todos os tamanhos e tipos de panos, que depois de muito trabalho com a tesoura e a cola quente, deu forma a uma amarelinha toda decorada, feita com carinho e a colaboração de todos, para explorar a multiplicação. Os olhos curiosos e maravilhados não viam a hora de “brincar”. Foram muitas vezes, com representação na lousa, nos cadernos, nas folhas, nos rabiscos no chão e com isso, compreenderam o conceito da multiplicação. A confecção da amarelinha foi o pontapé inicial, depois nos acostumamos a criar e a cada semana confeccionávamos um jogo diferente com os materiais mais ricos do mundo para nós: os que todos os alunos conseguiam e traziam



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

felizes, dentre eles: a reta numérica, o tapete com formas geométricas, o boliche de garrafas, o jogo da memória com quantidades, o dominó com caixinhas de fósforo, etc.

Ao rememorar essa minha experiência, posso afirmar que ensinar a matemática desta forma foi um ato político, de resistência, acolhimento, inclusão e ampliação das possibilidades de aprender, considerando as subjetividades e as singularidades de cada um dos estudantes. Não há um único modelo e nem material pronto e acabado a ser utilizado para ensinar, ainda mais se não considera a realidade, o contexto social e econômico dos estudantes. Preciso frisar ainda que a liberdade de cátedra permite ao educador condições de ensinar sem restrições ou censuras.

Diante desta realidade, semelhante à sua, fiz como você, e acredito que é desta forma que possamos garantir que o ensino da matemática dialogue efetivamente com a realidade dos nossos estudantes. Primeiro diante da escuta sensível e atenta das fragilidades e depois ao propor um trabalho embricado na superação destas dificuldades e transformação da realidade, fortalecida pelo conhecimento.

Procurei contextualizar e construir materiais a serem explorados, considerando a realidade possível, para oferecer um processo de ensino–aprendizagem significativo trazendo sentido aos estudantes. Essa reflexão sobre a vivência e o cotidiano da sala de aula só foi possível, por meio da escuta sensível e atenta (Souza, 2018) aos anseios e às dificuldades das crianças, momento propulsor de aprendizagens significativas (Ausubel, 1968).

Ao ler suas inquietações, consigo revisitar meus inventários de vivências da sala de aula, relacionando essa experiência como formadora, ou seja, experiências como essa “podem intervir na formação dos sujeitos de maneira mais criativa, interrogando-os sobre as escolas, as inercias e as dinâmicas” (Josso, 2004, p. 41) e desta forma, ressignificando a minha prática educativa.

A escrita da carta pedagógica é além de um ato de escolha e coragem, é um



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

potente dispositivo de formação de educadores como instrumento de reflexão da prática docente, permitindo o registro e a análise do vivido, enaltecendo o diálogo e a partilha dos saberes no coletivo.

Esse processo formativo permite pensarmos na necessidade constante da reflexão crítica sobre a ação pedagógica, estruturando, replanejando e articulando a teoria à prática docente.

Me sinto muito feliz e lisonjeada por partilhar comigo a sua experiência do vivido, por propor essa reflexão tão importante, dialógica e política que enaltece e promove a garantia de que todos tenham acesso igualitário a recursos, oportunidades, direitos, à educação de qualidade e o respeito às diferenças. Neste contexto, me coloco à disposição para aprofundarmos nosso diálogo e nossos conhecimentos.

Gostaria de pedir sua contribuição para uma questão pertinente a minha sala de aula atual: Como você tem usado as estratégias no ensino da matemática diante das dificuldades de aprendizagem dos estudantes?

Com muitas saudades e admiração,
Professora Elisângela Cristina Monegatto.

Palavras-chave: Ensino de Matemática. Garantia de direitos. Jogo Pedagógico.

Referências

- AUSUBEL, D. P. **Educational psychology: a cognitive view**. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1968;
- D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 2005;
- DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e Educação: figuras do indivíduo projeto**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulinas, 2008;
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996;



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Trad. João Wanderley Geraldi. Campinas: Papyrus, 2002;

LORENZATO, Sérgio. **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. 2ª ed. Campinas – São Paulo: Autores associados, 2009.

SOUZA, Elizeu Clementino de; MEIRELES, Mariana Martins de. **Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar-narrar em educação**. Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 282-303, 2018.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT Cartas Pedagógicas

MATEMÁTICA QUE ALIMENTA: ENSINANDO A PARTIR DOS MERCADOS DA “QUEBRADA,” ONDE CALCULAR É ESCOLHER O QUE VAI PARA O PRATO

Janaína Padilha
professorajanainapadilha@gmail.com

Sorocaba, 02 de junho de 2025.

Querida professora Elisângela Monegatto,

É com grande alegria e afeto que escrevo esta carta, pois ela marca não apenas um exercício de reflexão sobre minha prática docente, mas também um reencontro significativo em nossa trajetória profissional e pessoal. Tivemos a oportunidade de trabalharmos juntas na Secretaria de Educação, no município de Capivari-SP e agora nos reencontramos no Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba (PPGED), unidas pelo interesse comum em pesquisar o ensino da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental — uma área que continua nos mobilizando e nos conectando.

Atualmente, sou professora do 4º ano do Ensino Fundamental I e escrevo esta carta como parte de um exercício de reflexão sobre minha prática no ensino da matemática. Desejo relatar uma experiência vivida em sala de aula ao desenvolver uma atividade da área de matemática com meus alunos — um momento que se revelou muito mais do que uma simples proposta didática. Mais do que compartilhar a prática em si, busco refletir sobre os sentidos que emergiram dessa vivência, especialmente no que diz respeito à valorização das diferenças, à promoção da justiça social e à garantia de direitos — temas que dialogam profundamente com nossas



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

inquietações pedagógicas e com os caminhos que temos buscado em nossas práticas educativas.

Ao partilhar esta experiência, reafirmo meu compromisso com a sala de aula como um espaço legítimo de construção e transformação do conhecimento, onde educar é também um ato político, ético e sensível às múltiplas realidades dos sujeitos que ali aprendem e ensinam.

Minha escrita fundamenta-se na perspectiva autobiográfica como dispositivo de formação, conforme discutido por Nóvoa (1992) e Josso (2002). Ao narrar, compreendo, ressignifico e transformo meu próprio fazer pedagógico. Essa carta é, portanto, testemunho e proposição. Atuo em uma escola situada em uma comunidade vulnerável na cidade de Votorantim, São Paulo. O cotidiano das famílias é atravessado por privações materiais e simbólicas, que se refletem diretamente no processo de aprendizagem dos estudantes. Nessa realidade, as diferenças não são apenas culturais: são desigualdades estruturais que operam silenciosamente, negando direitos e expectativas.

Foi a partir dessas inquietações que desenvolvi uma atividade de matemática focada no sistema monetário e na cesta básica. Com R\$ 100 fictícios, os alunos simularam compras baseadas naquilo que efetivamente fazem no dia a dia. A maioria nunca entrou em grandes redes de supermercado: suas famílias compram o que é possível, quando é possível. "Calcular", nesse contexto, é um exercício de sobrevivência. A matemática que se ensina precisa dialogar com esse mundo — e não ignorá-lo.

Durante a atividade, exploramos o sistema monetário e trabalhamos as quatro operações básicas. Mas o mais significativo foi observar como os alunos se reconheceram no conteúdo. Nomearam produtos, lembraram das promoções que veem com a família, falaram sobre os dias de feira, comentaram sobre o quanto precisam planejar as compras com base no que têm ou no que é possível adquirir naquele momento. Mais do que apenas realizar cálculos, a atividade mobilizou



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

habilidades como o uso funcional da matemática no cotidiano, a leitura, interpretação e resolução de problemas, o raciocínio lógico e o pensamento crítico, a tomada de decisões diante de restrições financeiras simuladas, a valorização da escuta e da troca de saberes entre os colegas e, principalmente, a construção de significados sobre o valor do dinheiro e o planejamento de consumo consciente.

Essa escuta ativa permitiu que a matemática ganhasse sentido — e dignidade. Esta prática alinha-se à proposta da etnomatemática de Ubiratan D'Ambrosio (2005), que reconhece a legitimidade dos saberes matemáticos oriundos de diferentes contextos culturais. Também encontra eco na pedagogia freireana (Freire, 1996), ao respeitar os saberes dos educandos como ponto de partida para a construção de conhecimento.

A partir desse diálogo com a realidade dos estudantes, a matemática deixou de ser apenas um conteúdo abstrato e passou a ser um instrumento de leitura e compreensão do mundo, fortalecendo vínculos, reconhecendo experiências e ampliando possibilidades de aprendizagem.

É nesse gesto de escuta e valorização das vivências que penso a justiça social no ensino. Afinal, garantir o direito à educação não é apenas abrir as portas da escola, mas criar condições reais de pertencimento e aprendizagem. O currículo não pode ser cego às diferenças. Diversidade é mais do que uma palavra bonita nos documentos oficiais: é o desafio constante de ensinar considerando as singularidades e as urgências de cada contexto. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao falar em competências socioemocionais e resolução de problemas reais, também abre oportunidades para práticas pedagógicas mais conectadas com o território e com a luta por direitos.

A partir dessa experiência, compreendo que ensinar matemática é também um ato político. Ao permitir que os alunos pensem criticamente sobre suas condições de vida, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades acadêmicas, abrimos caminho para a formação de sujeitos ativos, que compreendem sua realidade e se



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

sentem autorizados a transformá-la. Como defende Skovsmose (2000), a Educação Matemática Crítica não se limita a números, mas amplia a leitura do mundo e das injustiças que o estruturam.

A escrita desta carta é, portanto, também um gesto de formação e resistência. É um modo de afirmar que, mesmo diante de condições adversas, seguimos criando possibilidades, e reinventando outras formas de ensinar e aprender. Escrever é um ato de memória, mas também de proposição. Como professora da Educação Básica, é neste entrelaçamento entre teoria, prática e vivência que sigo construindo minha identidade docente, comprometida com o direito de todas às crianças a uma educação que reconheça, valorize e responda às suas realidades.

Agradeço imensamente pela oportunidade de compartilhar esta experiência e me coloco à disposição para o diálogo, na esperança de que nossas práticas, diferentes em forma, mas unidas pelo desejo de justiça social, possam se fortalecer mutuamente.

Como podemos, enquanto educadoras, garantir que o ensino da matemática dialogue verdadeiramente com a realidade dos estudantes, promovendo a justiça social e respeitando as diferenças, e quais estratégias você tem utilizado para aprofundar essa escuta ativa e fortalecer a matemática como instrumento de empoderamento e transformação social?

Com carinho e admiração,
Professora Janaína Padilha

Palavras-chave: Matemática. Desigualdade social. Cálculos.

Referências

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papyrus, 2005.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Trad. João Wanderley Geraldi. Campinas: Papirus, 2002.

NÓVOA, António (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática e democracia**. Trad. Luiz Carlos de Oliveira. Campinas: Papirus, 2000.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 01 jun. 2025.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT CARTAS PEDAGÓGICAS

O CAMINHO LONGO ATÉ O DOUTORADO: RELATO DE UM PROFESSOR NORDESTINO

Éverton da Paz Santos
Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba
eda-paz@hotmail.com

João Batista dos Santos Júnior
Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba
joabats@ufscar.br

Boituva, 02 de junho de 2025, às 23h00, uma noite fria e silenciosa na minha casa
Aos trabalhadores da educação que almejam a pós-graduação e aos
ingressantes,

Sou Éverton da Paz Santos, nordestino, tenho 39 anos, sou do sexo masculino, casado com Paula Paz, pai da Aurora, de 6 anos, e do Augusto, de 1 ano e 3 meses. Sou licenciado em Química desde 2011, por uma faculdade particular em Sergipe, e mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Sergipe desde 2015. Tenho experiência em laboratórios da indústria de Alimentos e Bebidas, além da Educação Profissional. Atualmente, sou professor de Educação Profissional nas áreas de Química dos Alimentos e Ciências da Natureza. Resido em Boituva-SP e nasci no município de Itabaiana, no estado de Sergipe.

O objetivo desta carta é relatar a minha experiência de como conheci e ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar – Campus Sorocaba e destacar algumas percepções sobre a avaliação do programa ao ingressar em 2024.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Freire (1984) afirma que:

Não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos avançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige a prática, melhora a prática, aumenta a nossa eficiência. O trabalho de avaliar a prática jamais deixa de acompanhá-la (p.92).

A avaliação aqui não é um julgamento. É uma estratégia de melhoria da própria prática, para além de um programa de pós-graduação. Conheci o PPGEd-So em 2019, quando abriu o edital para a primeira turma do doutorado. Passei vários momentos visitando o site, lendo sobre o programa, as linhas de pesquisa e pesquisando o Currículo Lattes dos professores e algumas pesquisas realizadas pelos alunos egressos.

Em 2020, tentei ser aluno especial, mas não consegui. Mesmo assim, me arrisquei e prestei a seleção diretamente para aluno regular em meio à pandemia. Minha inscrição foi D91; cheguei até a etapa da entrevista, realizada de forma remota, mas, infelizmente, não passei. Fiz uma autoavaliação sobre o que poderia melhorar, diante das perguntas realizadas pela banca e do momento que estava vivendo.

Resolvi participar de um grupo de pesquisa da linha Fundamentos da Educação e, de forma paralela, após alguns meses, ingressei num segundo grupo de pesquisa na linha Educação em Ciências, que discorria sobre Percepção Pública da Ciência. Eu participava das discussões de forma remota, quando estava nos intervalos das minhas aulas, no trajeto indo para casa e, por vezes, em casa, dividindo a atenção com a rotina.

Em 2021, especificamente no segundo semestre, ingressei como aluno especial na disciplina Interdisciplinaridade no Ensino de Ciências da Natureza, ofertada pela professora Dra. Maria Gebara. Cursar a disciplina foi um divisor de águas, um momento de proximidade e reconhecimento dos alunos regulares e de outros pares, na condição de aluno especial. No mesmo ano, prestei novamente o processo seletivo para aluno regular, com o número de inscrição D46. Com a criação da linha Educação em Ciências, passei em todas as etapas, mas fiquei na lista de espera, especificamente em sexto colocado. Penso que devido à baixa oferta de vagas na nova linha de pesquisa e ao interesse pela temática do meu projeto de pesquisa.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Em 2022, no primeiro semestre, ingressei novamente como aluno especial na disciplina Formação de Professores de Ciências no Brasil, com o professor Dr. João Batista, e entrei no meu terceiro grupo de pesquisa, agora com uma discussão voltada para a Formação de Professores de Ciências. Cursar mais uma disciplina me trouxe uma esperança e uma certeza de que estava no caminho certo. Com a minha participação no grupo, me encontrei e conectei com as discussões e atividades realizadas. Passei a publicar trabalhos de forma colaborativa e a participar dos eventos, mesmo que de forma remota. As aulas e os momentos de discussão da disciplina ampliaram a minha mente e percepção sobre o meu projeto de pesquisa. Foi neste ano que tive um momento charneira: meus olhos brilharam ao ler um artigo durante a aula. Ao final, troquei algumas palavras com o professor João sobre o que estava lendo e, a partir dali, reformulei meu projeto de pesquisa para submetê-lo na próxima seleção.

Cursar essas disciplinas e participar dos grupos de pesquisa foi muito importante e necessário. Pude compreender a dinâmica das aulas e conhecer os professores e alunos do programa e da linha. Em 2022, prestei novamente o processo seletivo e, por falta de atenção, não assinei a minha ficha de inscrição a próprio punho, o que resultou no indeferimento da minha inscrição.

Na ocasião, meu número de inscrição foi D12. Como já havia cursado o número máximo de créditos como aluno especial, em 2023 tentei novamente o processo seletivo para aluno regular e, dessa vez, falei para mim mesmo:

"Eu quero entrar no PPGEd, fazer o doutorado lá. Já conheço o processo seletivo, me identifiquei com a linha de pesquisa e com os professores. Vou reformular meu projeto e deixá-lo pronto para, assim que abrirem as inscrições, eu ser um dos primeiros a me inscrever."

Dito e feito. Minha inscrição naquele ano foi D01. As provas presenciais já haviam sido retomadas como etapa do processo, assim como as entrevistas. Com muita vontade, persistência e resiliência — sim, resiliência, porque não é fácil ser avaliado e



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

não saber exatamente o que precisa ser melhorado — enfrentei esse desafio e superei o medo e a incerteza. Esse sentimento pode desencadear muitas outras ações que, por vezes, nos distanciam do que queremos, não é mesmo? Freire (2013) destaca que professores, de tanto ouvirem de seus pares e da sociedade que são incapazes, que não sabem nada e não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencer de sua “incapacidade”.

Mas eu não desisti do doutorado. Não desisti do PPGEd. Acreditei que eu era capaz e, dessa vez, chegou minha hora! Passei em todas as etapas e consegui ficar em segundo lugar na linha de pesquisa Educação em Ciências, empatado com o primeiro e o terceiro colocados. Relato cada detalhe de como conheci o programa porque o caminho foi longo e difícil até chegar aqui, na condição de aluno regular, e, hoje, ter a oportunidade de relatar essa experiência a você, leitor.

Escrevi alguns trechos desta carta em janeiro deste ano, durante uma disciplina condensada, ofertada pelo programa. Hoje, revisitei a minha escrita, para incorporar “outras falas” não ditas por mim naquele momento. Destaco elementos importantes no meu relato, inspirados na professora Dra. Ana Lúcia Souza de Freitas, a qual tive a oportunidade de conhecer em uma aula na disciplina Cartas Pedagógicas, ministrada pelas professoras Dra. Ana Crista e Dra. Solange Brito, através de uma chamada de vídeo. A contribuição da professora foi significativa sobre registros e escrita de Cartas Pedagógicas, e sua experiência entre os países Brasil e França enriqueceu profundamente a aula com a sua fala. Naquele momento, a professora falava sobre quatro elementos fundamentais que precisam compor uma Carta Pedagógica, os quais posso citá-los, não necessariamente nesta ordem: destinatário, experiência, título, motivação e/ou problemática (Freitas, 2021).

Além de explicar um Tetragrama utilizado em seu texto, contendo quatro palavras: ação, reflexão, emoção e registro (Freitas, 2021, p. 8). Neste bojo, a professora Solange (Sol) fez uma menção e adendo, apontando o elemento contextualização geográfica e o momento da escrita da Carta defendido em sua tese, que embeleza ainda mais e



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

aumenta doses de emoção e autobiografia na escrita, como uma verdadeira cidadã (Brito, 2023).

Minhas aspirações são ser professor universitário e pesquisador em Educação, principalmente na área de Educação em Ciências da Natureza. Temas como ensino de Ciências, ensino de Química, formação de professores, desenvolvimento profissional, alfabetização científica, Lesson Study ou Estudo de Aula, grupos colaborativos, CTS/CTSA e livro didático me motivam à escrita e à produção científica. Atualmente, trabalho 40 horas semanais e tenho um dia para me dedicar ao doutorado. No ano passado, trabalhei todos os sábados para compensar o dia de "folga" disponibilizado durante a semana. Optei por não concorrer à bolsa, tanto por questões éticas quanto profissionais, visto que tenho vínculo empregatício em regime CLT. Mesmo assim, tenho buscado conciliar minhas atividades laborais com as da pesquisa, submissão do projeto ao Comitê de Ética e à Plataforma Brasil, cursando disciplinas, participando de grupos de pesquisa, seminários da linha e congressos. A experiência na pós-graduação tem sido intensa e, por vezes, julgo insana. Conciliar as obrigações familiares com o trabalho e o estudo é uma tríade que vai muito além de um crédito cursado ou de um artigo submetido a um congresso ou revista. Ainda nesse caos, meu filho nasceu no mesmo mês em que fiz a matrícula no programa, em fevereiro de 2024. Sem dúvida, foi um ano de muitos desafios e oportunidades para cumprir os compromissos que assumi.

Sobre a estrutura geral do programa, sei que busca formar pesquisadores e professores para atuar em diferentes níveis e contextos de ensino. Ele conta com três linhas de pesquisa: Formação de Educadores, Cotidianos e Práticas Educativas; Teorias e Fundamentos da Educação Escolar e Não Escolar; e Educação em Ciências. A seleção ocorre anualmente, geralmente com o lançamento do edital entre setembro e outubro. Semestralmente, são ofertadas disciplinas para alunos especiais e, nos últimos anos, especialmente entre 2021 e 2023, a oferta aconteceu de forma remota, beneficiando muitos interessados no programa.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Falar sobre a coordenação e secretaria do curso/programa é muito subjetivo, visto que cada aluno tem o seu olhar, suas expectativas e necessidades. No decorrer deste tempo em que fui aluno especial e agora como aluno regular, me sinto bem acolhido e atendido pela secretaria/coordenação do programa. Nos momentos em que precisei de respostas, solicitações de declarações, matrícula, aproveitamento de créditos, proficiência etc., a Fernanda ou a professora Bárbara sempre me deram retorno aos e-mails. Destaco a preocupação, o cuidado, os informes e a celeridade da Fernanda em muitas tratativas que precisei. Sobre as questões relacionadas ao contexto de inovação, o que consigo identificar são algumas temáticas de pesquisas que percebo a partir das interações nas disciplinas, na participação de seminários, grupos de estudo e de pesquisa, que considero de cunho inovador, com um viés de ineditismo.

Acerca das ações de internacionalização do programa, o que sei que existe é a participação de professores do programa e discentes em eventos internacionais, com temáticas de pesquisas em outros países da América do Sul, Europa e Estados Unidos. Produções e publicações em periódicos internacionais e a participação de alunos na pós-graduação vindos da África, especificamente o nosso colega Tonito, de Moçambique, que cursou uma disciplina comigo no ano passado.

O corpo docente é altamente envolvido e engajado nas pesquisas. Tenho um excelente relacionamento com meu orientador, professor João Batista. Acredito que não seja apenas por ele ser da área de Ensino de Química, mas porque demonstrei interesse em tê-lo como orientador diante de várias visitas ao currículo Lattes dele. Sim, busquei atentamente compreender o que o professor tem interesse e percebi que os meus interesses também eram semelhantes. Ele sempre está disponível para orientações, sejam agendadas ou não. Nossa comunicação por telefone e e-mail acontece a qualquer hora do dia e, ao menos duas vezes por mês, conversamos sobre o andamento da pesquisa, das disciplinas no programa e qualquer outro assunto de interesse.

No que se refere à infraestrutura e ao acervo da biblioteca, minha interação é limitada ao uso das salas de aula, espaços de convivência, bebedouros e banheiros.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Entretanto, percebo que os espaços são bem conservados e atendem às minhas necessidades até o momento.

Ser doutorando em Educação é um valor significativo para mim. Foi um longo caminho que me fez chegar aqui, e continuarei trilhando incansavelmente, pois, desde o término do mestrado em 2015 até agora, foram 9 anos de muitas realizações e mudanças: mudei de estado, de trabalho, casei-me, me tornei pai, me descobri como professor pesquisador. A pós-graduação contribui muito para a minha atuação docente e para os meus alunos, pois me permite refletir constantemente sobre minha própria prática. Embora ainda de forma tímida, percebo que ser doutorando traz um retorno financeiro que não é proporcional ao nível de especialização exigido pela escola onde trabalho, mas estou feliz e realizado até aqui.

Estou ávido por um tanto de experiências e relatos que posso receber após esta leitura. Que você, ingressante ou àqueles que almejam a pós-graduação, prepare-se para um caminho que transformará a sua vida acadêmica e profissional, sobretudo, a certeza de que te tornará um ser humano melhor. Persevere na pesquisa e na escrita.

Boituva-SP, no meu intervalo da tarde às 15h, no dia 03 de junho de 2025, finalizo minha carta.

Éverton da Paz Santos

Palavras-chave: Trajetória acadêmica. Professor. Doutorado em Educação.

Referências

BRITO, Solange Aparecida da Silva. Pesquisadora-autora-cidadã: por uma pedagogia da escrita de si em espaços/tempos de pesquisa-vida-formação. **Tese doutorado - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos**, campus Sorocaba, (UFSCar-So), junho, 2023.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1984

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: homenagem a Paulo Freire no ano do centenário de seu nascimento. **Cadernos de Educação**, n. 65, p. 1-14, 2021.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT Cartas Pedagógicas

ENTRE NÚMEROS E PALAVRAS: TECENDO SABERES NA EXPERIÊNCIA DO PESCD COM FUTUROS DOCENTES DE MATEMÁTICA

Priscila Borges Ribeiro Oliveira

Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba

priscilaribeiro@estudante.ufscar.br

Sorocaba, 29 de maio de 2025.

Queridos licenciandos da disciplina de “Instrumentação para o Ensino de Matemática B”, desejo que esta carta encontre-os bem e seja um convite à leitura, uma mensagem de inspiração e um instrumento de formação. Descrevo nesta carta as vivências das terças-feiras à noite junto ao PESCD¹, compreendendo os processos educativos e formativos, de acordo com Tião Rocha (2000) “aquilo que fica, depois que tudo o mais se foi” e nesse contexto um espaço potente de encontros, descobertas e transformações em meu percurso profissional e pessoal rumo ao Doutorado em Educação.

¹ Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente voltado para estudantes de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) com o objetivo de aprimorar a formação docente, proporcionando experiências práticas em atividades didáticas de graduação sob supervisão.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Cada diálogo, troca e aulas vivenciadas ensinaram-me não apenas sobre os saberes da Matemática, mas, sobretudo, sobre a beleza da convivência com a diversidade e diferenças, a diferença de nossas idades, mas também de ideias plurais, trajetórias singulares, modos de estar, de ser, de aprender e com-viver. Sinto uma volta ao começo, quando ainda estagiária iniciava os passos rumo à profissão professora, reconheço que não é apenas uma etapa obrigatória, mas sim uma travessia formativa, como a pedagogia do encontro de que falava Freire (1992), construída na escuta ativa, no respeito às diferenças, na valorização da cultura de cada sujeito que compõe a sala de aula.

Reflito com Soares (2001) a partir da compreensão de minha vida atual: “no passado e outrem me vejo, não encontro a que fui, encontro alguém que a que foi vai reconstruindo com a marca do presente. Na lembrança, o passado se torna presente e se transfigura, contaminado pelo aqui e agora”, inclino o olhar epistemo-curioso, para compreender o processo formativo entrelaçado nesse rico processo de tornar-se docente.

A oportunidade de partilhar um pouco do que já fiz e do que ainda faço, dividindo o encantamento pela Arte e Literatura Infantil, foi sem dúvida um momento importante neste ciclo. Freire (1987, p. 29) nos ensinou que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, assim vivenciando com vocês, reconheci um processo coletivo de ensino e aprendizagem, percebendo o quanto nós temos algo a ensinar e a aprender.

Pude compreender a metáfora de que a Matemática é “a mãe de todas as áreas” a qual expressa sua importância essencial em praticamente todos os campos do conhecimento e da vida, uma base para compreender outros fenômenos, resolver problemas e ainda contribuir para a construção de conhecimentos diversos. A aprendizagem deste futuro, transcende os números uma vez que tende a promover o pensamento crítico, o diálogo com o outro e a compreensão do mundo de forma mais justa e humana.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Reflieto sobre as diversidades e as diferenças, as quais não devem ser tratadas como um apêndice do currículo, mas sim um eixo estruturante da formação comprometida com a justiça social e a garantia de direitos. Em um país marcado por desigualdades históricas — de classe, raça, gênero, território e acesso à educação -- é imprescindível pensar sobre os espaços acadêmicos que se posicionam não apenas como locais de produção de conhecimento, mas como territórios de resistência e transformação social. Não me refiro apenas à diversidade, sobre a presença de sujeitos distintos no espaço educativo, mas à valorização efetiva de suas vozes, saberes e trajetórias, uma vez que a diferença exige de nós a capacidade de reconhecer que equidade não é tratar todos igualmente, mas promover possibilidades de cada um e cada uma, ter condições necessárias para aprender, participar e pertencer.

Mais do que observar e/ou participar das aulas, sinto-me atravessada por experiências desafiadoras que fazem repensar o meu lugar enquanto professora e Orientadora Pedagógica de escola pública. As terças-feiras têm se tornado um laboratório vivo, as metodologias e instrumentações ganham novos sentidos e significados, se cruzam com a realidade, contextos e saberes, uma vez que a Matemática não reside apenas nos livros, mas nas atividades diárias, nos ritmos da vida, nas medidas do cuidado e até mesmo nos silêncios que se fazem falar.

É curioso pensar como a Matemática veio ao meu encontro, logo eu que tive tantas dificuldades e lacunas escolares com ela, ao chegar em casa, não é com o silêncio que me deparo, mas sim o anseio de contar e recontar o vivenciado, recordando as dúvidas ainda não formuladas, os olhares atentos, observadores e curiosos, as risadas das partilhas e os questionamentos levantados com propriedade.

Roldão (2007) reitera que ser professor transcende um fazer técnico: envolve identidade, ética e compromisso, e também que a prática educativa não é neutra, mas sim um ato político e amoroso. Venho compreendendo um pouco mais, que a formação continuada é um destino a ser alcançado, por uma estrada permanente, de encontros, alguns tropeços, dúvidas e reinvenções. Cursar este caminho com vocês, transcende um



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

cumprimento de créditos, é uma oportunidade para lapidar meu olhar pedagógico e docente, um processo real, pulsante, de alguns imprevistos, mas de muita potência, uma formação que não se conclui, inspirada por Nóvoa (1992), algo que se vive, uma travessia, que a partir de agora fazem parte, deixando as memórias bordadas neste tecido chamado PESCD.

Desejo que possam trilhar uma carreira sólida, ética, repleta de boas e alegres surpresas, pois, segundo Freire (1996), “ensinar exige alegria e esperança”, assim é o sentimento que vem ao meu encontro, chamado também de renovação e ânimo, reafirmando minha escolha pela docência, lembrando o porquê estou aqui, na intenção de construir um caminho de envolvimento e esperança.

Mergulhando nos conhecimentos da Matemática, reconhecendo-a como plural nos modos de pensar e de aprender, longe de roteiros didáticos reduzidos ou aplicação de fórmulas que seguem um modelo, reflito sobre as formas distintas com que fomos inseridos nesse universo, o quanto o cálculo e as operações são harmônicos para vocês, como as palavras e versos são para mim, reforçando o ensinamento de Freire (1996) quando nos diz sobre cada estudante chegar com uma bagagem, com saberes prévios e com formas únicas de se relacionar, partindo do universo vocabular, dialogando com as realidades e experiências concretas dos sujeitos que nela se inserem.

O professor e filósofo Cortella (2017, p. 54) reflete que: “educar é tornar-se inteiro, é perceber que a missão do educador é provocar a reflexão, o pensar crítico e a liberdade”, a experiência do PESCD assim se aproxima, mostrando a potência das metodologias ativas, deslocando o professor do centro da fala e convidando o estudante a ser protagonista do próprio ato de aprender. Atrevo-me a brincar com os conceitos matemáticos, vislumbrando que ensinar é função contínua, uma curva que nunca pára de crescer, cada ponto no gráfico do tempo é uma chance de aprender a aprender, a sala é um grande conjunto e um elo de pertencimento, em cada troca, soma-se um sentido, em cada escuta nasce um movimento e nos faz reconhecer que nunca estaremos prontos, condição essencial para continuar aprendendo.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Para encerrar, empresto os versos do poeta Manoel de Barros (2006, p. 109) “a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”, deixo registrado meu encantamento em forma de agradecimento, e quando o tempo passar, se por acaso me encontrar nos corredores da vida, saibam que podem comigo contar, esse vínculo formativo não se desfaz com o tempo, ao contrário, se transforma em rede, um compromisso coletivo na caminhada docente, no anseio que aprendemos uns com os outros, e, pelo encanto da arte com palavras, teço nas linhas deste papel, meus versos em Cordel:

Girando meu compasso, vou
traçando meu saber,
descobrimo que o quadrado
nem sempre quer só conter.

Há retas para entrelaçar, há
curvas para entender,
analisando o gráfico da vida,
constato: aprender é florescer.

Floresço nesta PESCD tão viva,
cada voz é uma equação,
cada olhar resolve um “x”, num
sistema de atenção.

Cada atividade e metodologia é
ativa, é construção,
sigo somando aprendizados,
multiplicando minha formação.
Assim como os ângulos,
estabelecemos relações, E
como a trigonometria,
Compreendemos as funções.

Nos momentos vividos, cada
aula é uma expressão, um
convite ao aprendizado e à
conjunta construção.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Reafirmo: ensinar é afeto,
ato de coragem e reinvenção, levo
comigo a certeza de Freire, Educar
é transform-Ação.

É ato político, ético e estético, De
respeito às diferenças, Valoriza
os saberes múltiplos, E acredita
nas potências.

É diálogo, espaço de escuta, Se
faz com processos de luta,
Compreende o respeito à diversidade,
E procura fazer da Educação um direito de verdade.

Com esperança, afeto e cordel,
Priscila Borges

Palavras-chave: Docência. Formação de professores. PESCD

Referências

- BARROS, M. **Memórias Inventadas: A Segunda Infância**. São Paulo: Planeta, 2006.
- CORTELLA, M. S. **Viver, a que se destina?** 8. ed. São Paulo: Vozes, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- ROLDÃO, M, do C. **Professores: identidade, competências e profissionalidade**. Porto: Porto Editora, 2007.
- ROCHA, T. **Educação, cultura e cidadania: práticas e reflexões de um educador popular**. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão / Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

SOARES, M. **Metamemória-memórias: travessia de uma educadora**. São Paulo: Cortez, 2001.



GT Cartas Pedagógicas

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS BASEADAS NA EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA ANTIRRACISTA: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UMA PROFESSORA EM FORMAÇÃO

Elisa Amanda Santos do Amaral
Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba
amaral.elisa3@gmail.com

Sorocaba, 03 de junho de 2025.

É com grande alegria que a escrita desta carta toma forma, diante do convite em participar, junto da turma de graduação em Pedagogia da mesa redonda organizada sob o seguinte tema: Práticas pedagógicas baseadas na educação em perspectiva antirracista: desafios e possibilidades, no dia 04 de junho de 2025. A mesa foi organizada no contexto da disciplina, agora obrigatória, de Educação para as relações étnico-raciais, e o convite dizia respeito à partilha de experiências com os estudantes em formação.

Pensando nisso e refletindo sobre o que eu poderia compartilhar, achei justo comigo mesma falar justamente sobre a minha trajetória, para que eu me sentisse mais confiante, mas também num esforço de reflexão.

Eu me formei em pedagogia em 2017, na universidade estadual de Campinas, considerada uma das melhores do país, e já de cara adianto que não tive uma formação antirracista.. não tive uma disciplina obrigatória como essa, por exemplo. Apesar disso, tive acesso a espaços formativos diversos que me constituíram, o centro acadêmico, os coletivos negros, o movimento estudantil, o movimento de mulheres, tanto por interesse pessoal, quanto pela manutenção da minha saúde mental em um espaço tão elitizado



e embranquecido.

Em 2018 comecei a lecionar na educação infantil, no município de Araçoiaba da Serra, e o choque de realidade foi grande, as dificuldades inúmeras.. a burocracia, a precarização, enfim, esses primeiros anos foram de muito aprendizado e também de muito sofrimento, tropeços, dúvidas e incertezas.

Mudei de cidade, passei em lecionar em Salto de Pirapora, e as dificuldades seguiram, encontrei muita gente pelo caminho, professores de todos os tipos, que me inspiraram de diversas formas, inclusive sobre quem eu não queria ser. Em 2019 tive a oportunidade de cursar uma disciplina como aluna especial aqui na Ufscar - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba -, conheci Bell Hooks e fui profundamente afetada logo de cara: Hooks nos conta, “cheguei à teoria porque estava machucada” (Hooks, 2019), e eu também estava. Eu nunca deixei de estudar, mas o cotidiano é um furacão daqueles que nos engole, se não mantivermos a consciência do nosso próprio caminho.

Em 2021, em meio à pandemia, ingressei no mestrado, no Programa de Estudos da Condição Humana, na Ufscar campus Sorocaba. Como estávamos em casa, o tempo era outro, e esse é um fato importante. Chego ao mestrado cheia de inseguranças, mas esperançosa.

Mudei novamente e passei a lecionar no município de Sorocaba, três anos lecionando na periferia da cidade, em um dos bairros mais estigmatizados. Passei pelas salas de aula da educação infantil, pelas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos e no ensino fundamental, enfrentando muitos desafios, mas sempre munida da esperança. E hoje estou aqui me encontro, no início do doutorado, buscando justamente o diálogo com professores sobre como reafirmar diariamente o compromisso com uma educação antirracista.

Falando de Bell Hooks e compartilhando um pouquinho da minha pesquisa de mestrado, hooks nasceu em 1952 no Kentucky, Estados Unidos. Família grande, patriarcal, nascida Glória Jean, adota o pseudônimo em homenagem a sua bisavó,



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

reconhecida pela fala inflamada e a coragem de dizer a verdade. Frequenta as escolas segregadas e é marcada pela experiência de ter professoras - mulheres negras em sua maioria - transgressoras, que praticavam uma pedagogia revolucionária e nutriam seu intelecto. Apesar disso, diante da dessegregação, sua experiência na escola é transformada, encarando o racismo e a sociedade, que denomina como capitalista patriarcal de supremacia branca. Ela vai para universidade, se torna professora e através da escrita compartilha seu compromisso com a luta contra os sistemas de dominação como o racismo, o sexismo, através de uma educação para a liberdade.

O meu objeto de pesquisa foi composto pela trilogia do ensino, as obras “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (Editora WMF Martins Fontes, 2019), “Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança” (Elefante, 2021), e “Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática” (Editora Elefante, 2020).

São três livros compostos por ensaios sobre temas diversos relacionados ao ensino e a aprendizagem, em diálogo com professores, estudantes e todos os envolvidos e interessados em educação e nos processos educativos. Muito inspirada pela obra de Paulo Freire, o qual considerava um grande mentor, a autora compartilha caminhos e reflexões muito potentes sobre a sala de aula, o professor, as relações, entre outros temas.

Para compor a pesquisa, um dos nossos passos metodológicos foi o de decodificar as bases fundamentais do que a autora denomina como uma educação para a liberdade. Princípios orientadores baseados no compromisso irrefreável da autora na construção de uma educação aberta às transgressões, firmada no combate aos sistemas de opressão como o racismo.

O *entusiasmo* é o primeiro desses princípios, que segundo a autora é o que funda a prática transformadora em sala de aula e é visto constantemente como transgressão, perturbação da ordem. Na realidade, hooks aponta que o entusiasmo pode coexistir com uma atividade intelectual séria e rigorosa, e deve ser gerado através do esforço coletivo.



A construção de *Comunidades de aprendizado*, através da visão constante da sala de aula enquanto um espaço comunitário, a partir da qual aumenta a probabilidade desse esforço coletivo se concretizar e, dessa forma, se criar e manter uma comunidade baseada no respeito mútuo. Embasada pela *Pedagogia engajada*, expressão de movimento que busca reconhecer a realidade da sala de aula e pautar o trabalho coletivo pelo processo de ensino-aprendizagem crítico.

A pedagogia engajada infere que todos os estudantes têm uma contribuição válida para o processo de aprendizagem, ao contrário do que prevê o modelo de educação bancária definida por Paulo Freire, onde o estudante se torna um receptor passivo do conhecimento predeterminado.

O *Pensamento crítico*, que para bell hooks possui em seu cerne o anseio pelo saber, desta forma, trata-se de um processo interativo que exige a participação tanto do professor quanto dos estudantes. Manter a mente aberta é exigência fundamental do pensamento crítico, e o professor deve estar aberto o tempo todo, disposto, inclusive, a reconhecer aquilo que não sabe.

O princípio da *Integridade*, considerando que bell hooks defende a noção de uma educação holística, que não separa mente, corpo e espírito - tecendo crítica ao modelo de pensamento ocidental colonizado -, dessa forma é necessário que os professores estejam abertos, totalmente presentes, de modo que haja convergência entre o que pensamos, dizemos e fazemos. Esse movimento se faz possível através do compromisso de *Autoatualização*, um movimento consciente por parte do professor sobre as mudanças em si, na sala de aula e no mundo, em busca da promoção do seu próprio bem-estar e da eliminação das brechas entre teoria e prática. Trata-se da clareza sobre quais são os princípios que orientam a sua prática pedagógica, o que é inegociável.

A *Comunidade pedagógica* trata da responsabilidade que professores, acadêmicos e pensadores críticos têm em quebrar barreiras e, através do diálogo, construir pontes colaborativas, criar uma atmosfera cultural onde, como explica a



autora, os preconceitos possam ser questionados.

A autora também discute a presença de *Eros* e o *erotismo* no processo pedagógico, através da compreensão para além da dimensão sexual, tendo em vista que se trata, mais do que isso, de uma força motriz que nos impulsiona. *Eros* no processo pedagógico, significa aceitar a subjetividade de cada estudante, aceitá-los na absoluta diversidade de corpos, a recusa da separação corpo-mente, é pensar e agir inteiros, convidando outros a serem igualmente inteiros.

A *Educação democrática* postula o compromisso contínuo com a justiça social, a sala de aula deve tornar-se o lugar para a construção da consciência democrática, ou seja, terreno em que os valores democráticos possam florescer.

E por fim, mas não menos importante, pelo contrário, o *Amor*, enquanto categoria política, ação. É capaz de estabelecer uma base para o aprendizado que acolhe e empodera todo mundo, prepara professores e estudantes para abrir a mente e o coração, e é, portanto, a base sobre a qual toda comunidade de aprendizagem pode ser construída, pautada no desmantelamento das matrizes de dominação. Como afirma hooks onde há dominação não pode haver amor, conseqüentemente, não há educação antirracista sem amor.

Quando falamos de bell hooks, falamos de teorizar as experiências e experienciar as teorias, a caminho da conscientização e libertação coletivas, uma educação antirracista pressupõe o compromisso com a construção de práticas que visem o desmantelamento das estruturas do racismo, considerando que grande parte do processo de conscientização em relação ao racismo está voltada a ensinar como o racismo é e como ele se manifesta no nosso dia-a-dia. É fundamental estudar sobre raça e racismo, é fundamental estudar sobre relações étnico-raciais.

bell hooks nos lembra: o pessoal é político. Analisando e selecionando imagens dos meus trabalhos em minha galeria para compartilhar e refletindo sobre elas, percebo que carregam o amadurecimento da minha prática pedagógica, através da reflexão sobre a teoria, os estudos, os encontros e desencontros, mas acima de tudo o



compromisso, que é o que uma educação antirracista requer primordialmente. Vamos construindo o nosso repertório, amadurecendo, todavia o inegociável desse ser sempre manifesto. Quais são os princípios que orientam a sua prática pedagógica?

Abraços calorosos e corajosos!

Elisa Amaral

Professora da rede municipal de Sorocaba e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar - Sorocaba.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação antirracista.

Referências

- AMARAL, Elisa Amanda Santos. **Do bell hooks e a Trilogia do Ensino: contribuições para uma educação infantil antirracista**. 2023.
- ANDREOLA, Balduino Antonio. Carta-prefácio a Paulo Freire. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: homenagem a Paulo Freire no ano do centenário de seu nascimento. **Cadernos de Educação**, n. 65, p. 1-14, 2021.
- FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: experiência e reinvenção do legado de Paulo Freire. In: DICKMANN, Ivânio (org.). **Diálogo Freiriano**. - Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019, p.55-64.
- HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. 4a tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.
- HOOKS, B. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Tradução: Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.
- HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Editora Elefante, 2020.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Editora Elefante, 2019.

MARINHO, C. . Bell hooks: pedagogia engajada, pensamento crítico e prática da liberdade. **Kalagatos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. eK22016, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/8245>. Acesso em: 05 junho de 2025.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT Cartas Pedagógicas

DO PRESENTE PARA O PASSADO: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS COMPARTILHADOS PELA PÓS-GRADUAÇÃO

Carla Leitão da Silva
Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba
carlaleitaobio@gmail.com

Carolina Agostinho de Jesus
Universidade Estadual de Maringá - UEM
adm.carolina.agostinho@gmail.com

Sorocaba, 04 de junho de 2025.

A vocês, queridas Carla e Carol do tempo da graduação (2014-2019).

Para nós, escrever um pouco da nossa história acadêmica e de vida por meio do olhar das Cartas Pedagógicas é um exercício que, associado aos ensinamentos de Paulo Freire e outros pensadores que compartilham os mesmos modos de ver o mundo, fazemos com imenso prazer, pois por meio desses sentimos que finalmente podemos compartilhar um pouco de quem nós somos.

Concordando com os diálogos de Cartas Pedagógicas usados por Ana Lúcia de Souza Freitas (2021) nos ancoramos na seguinte definição sobre o nosso manuscrito que:

considera-se que a qualidade pedagógica de uma carta pode ser compreendida em dois sentidos: num sentido amplo, diz respeito à intencionalidade da escrita como prática crítico-reflexiva, compartilhamento de experiências e saberes e convite ao diálogo; num sentido específico, refere-se às múltiplas finalidades que podem lhes ser atribuídas, em diferentes contextos de ensino, pesquisa, extensão e gestão – no âmbito acadêmico – ou em outros espaços educativos (Freitas, 2021, p. 7).

Nosso primeiro contato com essa forma de desnudar nossos sentimentos e



vivências, foi por meio da disciplina Cartas Pedagógicas e pesquisa (auto)biográfica, cursada no verão de 2025, com queridos colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar Sorocaba, onde imediatamente começamos a planejar como iríamos expressar quem somos por meio das Cartas, tornando-a assim nosso porta voz.

E por meio dessa escrita reflexiva, nos transportamos para o passado ao nos recordar do lugar de onde viemos: o interior do Ceará, onde apesar de morar em cidades diferentes, estávamos sempre por perto, devido a Universidades. Nos recordamos desses e outros momentos sempre quando aparece algum lembrete nas redes sociais, como fotos ou vídeos, onde rapidamente mandamos mensagens uma pra outra para recordar aquelas lembranças especiais. Costumamos dizer que nossa amizade e parceria já estava destinada.

Quando entramos na Universidade Estadual do Ceará, campus da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), vindas ambas do ensino público, cada uma já tinha seu grupinho de amigos, mas a curiosidade de conhecer pessoas novas nos aproximou. A partir do segundo semestre começamos a participar da mesma equipe em algum trabalho e assim foi até o último semestre. Vivenciamos muitos apuros, entre disciplinas exigentes, seminários exaustivos e provas complexas, mas a gente sempre estávamos juntas, lembrando o quanto somos mais fortes do que imaginamos, e assim superamos cada semestre.

Até o final da graduação tínhamos alguns resumos publicados em anais de eventos (Semana Universitária da UECE e Encontro Nacional das Licenciaturas), planejamos publicar mais, mas os eventos científicos em sua maioria ocorriam de forma presencial em lugares distantes das nossas condições financeiras.

Em uma das muitas tardes que passamos juntas no campus universitário, na oportunidade gravando aquele documentário para a disciplina Ecologia Regional do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, desejamos encontrar uma máquina do tempo para darmos uma espiadinha no futuro e verificar se todo esforço e adversidades que passamos durante a graduação era válido. Não foi possível encontrar a máquina



do tempo, pois ela deve está muito protegida em algum lugar do planeta Terra. Mas agora já se passaram alguns anos e demos um jeitinho de enviar um spoiler do que ocorreu no espaço de tempo de 5 anos (2020-2025) para Carla e Carol da graduação.

Logo após nossa formatura em 2019, não conseguimos exercer a profissão de professora, infelizmente a região centro sul do Ceará é precária em relação ao mercado de trabalho, mas logo conseguimos ingressar em cursos de especialização para agregar mais conhecimentos a nossa formação.

No ano de 2020 ocorreu a pandemia da Covid-19, uma doença respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, aconteceram muitas mortes durante esse período, foi um momento que o mundo parou, tivemos que viver por um tempo em isolamento social, recebendo notícias pela TV e pelo celular. Nós criamos um grupo no *Whatsapp* com algumas amigas da graduação para desabafar, conversar e fofocar. Chegamos até fazer lives no instagram e vídeos para o Youtube.

Como a nossa rotina era essa, passamos a acrescentar algumas atividades e metas, começamos a escrever trabalhos científicos para participar de eventos que estavam acontecendo de forma remota, nosso primeiro trabalho escrito na pandemia ganhou o prêmio de melhor trabalho de divulgação científica, logo seguimos fazendo mais pesquisas para deixar o Currículo Lattes mais apropriado para concorrer uma bolsa em algum programa de pós-graduação porque a nossa meta era ingressar em um mestrado em qualquer lugar do país.

A partir desse cenário, conseguimos visionar que era o nosso momento de ocupar um lugar que sempre nos atraiu, por mais que as dificuldades por vezes falassem mais alto: a Pós-Graduação. E ocupar o espaço da Pós em uma Universidade pública soa tanto para nós como para aqueles que torcem por nós como uma vitória. Viemos de família simples do interior do estado do Ceará, onde sempre estudamos em escolas públicas e simples da nossa região.

Acreditamos que esta era nossa maior chance de alcançar esta meta, pois os eventos e as seleções de pós-graduação no Brasil estavam acontecendo de forma



remota, não precisamos nos locomover para participar, então arriscamos. Então em 2021 ingressamos em programas de pós-graduação do Sudeste e Sul do país e logo fomos contempladas com bolsas da CAPES de demanda social.

No primeiro ano de mestrado cursamos as disciplinas de forma remota, mas em 2022 tivemos que mudar de cidade, estado e região (Ceará para Sorocaba - SP e Ponta Grossa - PR) para concluir o mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de São Carlos e Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática - Universidade Estadual de Ponta Grossa), esta mudança só foi possível graças à bolsa concedida, pois antes não tínhamos condições financeiras para estudar em outra região. A bolsa foi essencial e necessária para custear nossas moradias, alimentação e locomoção.

Em 2024 foi a vez de ingressarmos no doutorado (no mesmo programa da UFSCar e Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática - UEM), sim! Agora somos doutorandas, e mais uma vez a CAPES nos contemplou com outra bolsa, o que nos permite a pensar e estudar com mais calma as nossas pesquisas e fazer publicações.

Não viramos uma dupla sertaneja “Carla e Carol” como algumas professoras diziam durante a graduação. Nos tornamos parceiras de publicações e produções, até o momento foram quatro artigos científicos publicados em periódicos, quatro capítulos de livros, oito trabalhos completos publicados em anais, cinco resumos expandidos, seis resumos simples, 16 apresentações de trabalhos, um minicurso e um prêmio de melhor trabalho de divulgação científica.

E nos mais, viemos dizer que concluímos sim o mestrado e que já trilhamos o caminho para o doutorado, com muito esforço e perseverança!

Com carinho, orgulho e admiração,
Carla e Carol do presente.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Palavras-chave: Ensino Superior. Paulo Freire. Pesquisa (auto)biográfica.

Referências

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: homenagem a Paulo Freire no ano do centenário de seu nascimento. **Cadernos de Educação**, n. 65, p. 1-14, 2021.



GT Cartas Pedagógicas

CARTA PEDAGÓGICA AOS/ÀS COLEGAS PROFESSORES(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA: POR UM CURRÍCULO QUE REENCANTE A VIDA E DESFOLCLORIZE A HISTÓRIA

Adilene Cavalheiro

Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba

adilenecavalheiro@estudante.ufscar.br

Queridos(as) colegas,

Escrevo-lhes movida por memórias que insistem em me acompanhar e pelas inquietações que, ao longo da caminhada, têm alimentado minha esperança de que a escola pública possa ser, de fato, espaço de reencantamento da vida. Comecei minha trajetória docente como professora eventual em turmas do 6º ano ao Ensino Médio, e já ali compreendi que havia uma tensão entre o que se ensinava e o que se vivia. Buscando caminhos, propus o projeto “Folclore para sentir, ver e ouvir” — uma tentativa sincera de valorizar as manifestações culturais da cidade e da região. Contudo, foi somente em 2006, ao assumir um cargo efetivo como professora de História e participar do curso de extensão “Educação Africanidades Brasil”, promovido pela UNB/MEC/SECAD, que fui profundamente tocada por um saber que não me havia sido apresentado antes: o da ancestralidade africana e afro-brasileira como estruturante da história nacional.

Não aprendi isso na graduação, tampouco na escola. Estava, como tantos de nós, mergulhada na lógica de um currículo eurocentrado e profundamente marcado pela colonialidade. Naquele momento, senti que me encontrava numa encruzilhada: como



ensinar outra história, se a matriz curricular não reconhecia as vozes negras e indígenas que fundaram este país? Como reverter, nas práticas escolares, o projeto de branqueamento que, como alerta Cida Bento (2016), esvazia a autoestima de nossos estudantes negros e negras e legitima a exclusão como norma?

A urgência de tais perguntas se ampliou quando, em 2009, assumi a função de professora orientadora pedagógica. Agora, o desafio não era mais apenas no ensino da História, mas nos atravessamentos de todas as disciplinas, etapas e sujeitos da escola. As ações pontuais em datas comemorativas me incomodavam profundamente. Via-me, muitas vezes, legitimando práticas que reforçavam o racismo institucional, travestido de celebração. A pergunta que me movia era: como romper o silêncio que se impõe o ano todo, interrompido apenas por datas marcadas no calendário escolar? E mais: como construir, com os/as professores/as, uma formação continuada que enfrentasse a geopolítica do conhecimento e desnaturalizasse a hegemonia do pensamento europeu como o único saber legítimo?

Foi nesse contexto que, no mês de março de 2017, ano em que assumi a Gestão de Desenvolvimento Educacional da rede pública municipal de educação, criei, no âmbito da Secretaria de Educação, o Grupo de Ações Articuladas (GAAR). Composto por integrantes da própria secretaria, dos movimentos sociais negros de Sorocaba, da UFSCar, do Conselho Municipal do Desenvolvimento da Comunidade Negra e da sociedade civil, o GAAR teve como objetivo implementar, de forma efetiva e sustentável, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004). A iniciativa foi concebida como resposta concreta ao desafio de combater o racismo e superar as desigualdades étnico-raciais no contexto educacional, em conformidade com as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Essas inquietações me conduziram, em 2019 — após retornar à escola em meu cargo de origem, em março de 2018 — a dialogar com docentes supervisores do PIBID



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

e com estudantes dos subprojetos de Pedagogia e Matemática, em experiências profundamente formadoras no cotidiano da escola pública. A escuta e a partilha vivenciadas ali reafirmaram a urgência de uma formação docente que não se limite à técnica, mas que seja ética, crítica e situada. Foi a partir desse movimento que ingressei no mestrado, onde investiguei como as práticas pedagógicas poderiam se articular à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) emancipatória — não de forma pontual ou protocolar, mas de maneira crítica, intencional e profundamente comprometida com a reconfiguração do currículo e da prática docente.

Por meio de entrevistas narrativas (Jovchelovitch e Bauer, 2002) com professores(as) de duas escolas públicas, pude perceber a ERER como práticas pedagógicas de insubordinação criativa que desafiam silenciamentos históricos e estruturam novos sentidos de pertencimento.

Na pesquisa de doutoramento, avanço na análise da desfolclorização do currículo, compreendida não como um adereço, mas como deslocamento epistemológico que tensionado a centralidade do saber europeizante e promove rupturas fundantes. Nesse contexto, a comunicação pedagógica, deixa de ser “neutra” para se tornar insurgente: denuncia, anuncia e reconfigura. A inserção crítica dos conhecimentos, saberes e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas — não mais como exotismo, mas como referências legítimas e estruturantes — rompe com a lógica do “currículo turístico” e inscreve uma outra possibilidade de ensinar e aprender.

A desfolclorização, assim compreendida, exige uma prática pedagógica fundamentada na intencionalidade crítica e no compromisso ético-político. Não se trata de “acrescentar” conteúdos ou de substituir datas comemorativas, mas de repensar o próprio desenho curricular, suas hierarquias, suas ausências e seus silenciamentos. Trata-se de reconhecer e incorporar, com legitimidade, os saberes, cosmovisões e produções científicas e culturais dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros como parte constitutiva do processo educativo. Percebo como fundamental desconstruir a



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

concepção desgastada e reducionista de “folclore” que ainda persiste em muitos materiais didáticos e práticas escolares. A folclorização transforma manifestações culturais em objetos exóticos, desprovidos de historicidade, situando-os à margem do conhecimento considerado legítimo. Em contraste, saberes europeus são apresentados como universais, científicos e neutros. Tal hierarquização epistemológica naturaliza exclusões, reforça desigualdades e sustenta práticas que negam o direito à pluralidade.

Os estudos que me acompanham — Sodré, Gonzalez, Nascimento, Bernstein, Santomé, Lopes e Macedo — reforçam que desfolclorizar é, sobretudo, um ato político de afirmação da vida e de combate ao epistemicídio. Escrevo a vocês, colegas de trajetória escolar, não com a pretensão de oferecer fórmulas prontas, mas com a partilha honesta de um percurso que é também coletivo. A desfolclorização exige coragem, escuta e compromisso. Ela começa nos gestos mais simples: na escolha de um texto, na problematização de uma imagem, na valorização da experiência de nossos estudantes.

Convido vocês a pensarem o currículo não como prescrição, mas como território em disputa — espaço onde é possível semear pertencimento dignidade e reexistência. Que nossas práticas pedagógicas possam ser abrigo e travessia. Que a comunicação nas salas de aula não reproduza silenciamentos, mas convoque vozes.

Que o currículo se abra para a pluralidade dos saberes, das memórias e das epistemologias que têm sido, por tanto tempo, ignoradas.

Sigamos juntas(os), na insurgência amorosa e crítica que Paulo Freire nos ensinou: ensinar exige coragem, exige sonho, exige compromisso com a transformação. Como nos lembra Freire (1996), “pensar certo” implica rejeitar toda forma de discriminação e assumir uma pedagogia engajada com a transformação do mundo. Desfolclorizar o currículo é, também, libertar a educação de seus grilhões coloniais para que ela possa, enfim, estar a serviço da vida.

Com afeto, firmeza e esperança,
Adilene Cavalheiro



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Doutoranda e Mestre em Educação - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – campus Sorocaba. Professora orientadora pedagógica da rede pública municipal de ensino.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Prefácio de Kabengelê Munanga. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 28-63.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, código e controle**. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **Festas Populares no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2024.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. W. A entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 90-113

LOPES, Alice C; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, 2020. p 155-172.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT Cartas Pedagógicas

Carta a quem inicia a travessia: aos orientadores pedagógicos em início de carreira

Daniela de Ávila Pereira Lourenço
Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba
danielaavila.sedu@gmail.com

Renata Prenstteter Gama
Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba
rpgama@ufscar.br

Sorocaba, 03 de junho de 2025.

Queridas e queridos orientadores pedagógicos, uma vez mais nos aproximamos! Com alegria, novamente estabelecemos uma relação de afeto e diálogo com os orientadores pedagógicos, por meio dessa oportunidade nos dada pelo XI Seminário de Pesquisa, X Encontro de Egressos e III Seminário de Autoavaliação do PPGEd-So.

Construímos no decorrer de 2019 e 2020, a pesquisa Orientador Pedagógico Iniciante: início de carreira e saberes necessários à atuação (Lourenço, 2020). E, neste momento, escrevemos com o coração aberto, como quem se aproxima à beira do início, esse lugar onde tudo é semente, descoberta e pergunta. Escrevemos como quem vê vocês chegando à escola com cadernos novos, e com uma escuta formada pelas intuições e histórias que a vida e todo o tempo transcorrido nas escolas já lhes contaram. É bonito ver alguém começar assim: com os pés no chão da escola e os olhos no horizonte da transformação. Vocês são aqueles que escolheram cuidar das passagens, desses tempos de transição, entre alunos e professores, entre conteúdos e contextos,



entre o que já se sabe e o que ainda se pode sonhar.

E como é preciso sonhar... A escola tem nos convocado! Em cada corredor, em cada silêncio, em cada conflito, em cada criança que chega com mais do que podemos nomear. Chega com sua fome de sentido, com sua sede de cuidado, com sua história que às vezes grita nas entrelinhas. A violência, sim, está aí! Está nas omissões, nas ausências, nos preconceitos velados, no cansaço dos professores. Mas, aí também reside o convite ao gesto ético, ao diálogo generoso, à pedagogia que escuta para transformar.

O desenvolvimento almejado na atuação é processual e nos acompanha durante todo o ciclo de vida profissional, transborda para a nossa identidade modificando-a e incorporando novas concepções e modos de fazer que possibilitam a reinvenção do cotidiano.

Desse modo, o imediatismo e a superficialidade, precisam ceder espaço ao “pensar, planejar, conceber com o outro”. A essa aprendizagem poderíamos chamar de artesanal. Ela é formada pela singeleza, pelas aproximações e distanciamentos estabelecidos no decorrer dos encontros, pelas palavras e pelo silêncio, mas, especialmente pela abertura a uma nova forma de compreender as relações humanas.

Quando fazemos as coisas “com” e não “por; para; ou pelo” outro, os resultados sempre serão diferentes das expectativas iniciais. O outro age, modifica, amplia, sintetiza, atua, diverge e deixa as suas digitais impregnadas nos projetos que, coletivamente, compõe.

Nesse processo, meu caro orientador pedagógico, você não está sozinho. Integra um coletivo que também carrega a tarefa de articular, formar e transformar, sem se perder de si. De cuidar dos tempos e espaços, dos encontros e das escutas, dos planejamentos e das pausas. De não deixar que a rotina estrangule o sentido.

Nas brechas, muitas vezes invisíveis aos olhos dos que só enxergam a produtividade, mora o gesto mais transformador da escola: o cuidado ético com o outro. E é por isso que escrevemos esta carta: para lembrar que a sua chegada importa. Que



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

o seu trabalho, mesmo quando não vira relatório, é semente lançada no campo da vida. Que há beleza na dúvida, dignidade no esforço e poesia nos gestos miúdos que constroem o comum.

Então, convidamos: não silenciem suas impressões, não calem seus espantos, não guardem só para si o que veem e sentem no chão da escola. Escrevam também. Escrevam outras cartas. Cartas que façam ponte entre o vivido e o sonhado. Cartas que sejam abrigo, denúncia, suspiro e gesto político. Porque a escrita é uma forma de cuidado, e a palavra partilhada é também ferramenta de transformação.

Com estima e compromisso,

Daniela Ávila e Renata Prenstteter Gama
Educadoras em travessia, como vocês.

Palavras-chave: Orientador pedagógico. Início de carreira. Atuação profissional

Referências

LOURENÇO, Daniela de Ávila Pereira. **Orientador pedagógico iniciante: inserção profissional e saberes necessários à atuação.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/13789>.



GT Cartas Pedagógicas

REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA SOCIAL, A TRAJETÓRIA PESSOAL, DE FORMAÇÃO E PROFISSIONAL NA CONSTRUÇÃO DE UM PESQUISADOR

Celso Spinardi Junior

Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba

spinardiadv@gmail.com

Sorocaba, 01 de junho de 2025.

Aos prezados colegas de caminhada,

Escrevo a presente carta como um depoimento de vida e trabalho realizado ao longo dos anos por um pesquisador, consciente das diversidades e diferenças, que desde o início permaneceu na posição de ampla concorrência, mas sempre apoiando a justiça social e a garantia de direitos. Com meus relatos, espero acrescentar um olhar crítico sobre como as desigualdades se operam e se relacionam com as diversidades e diferenças que chegam na Pós - Graduação.

O direito ao acesso à educação é de importância incontestável, porém existe uma distância relevante entre o direito garantido e seu efetivo acesso. A sociedade tem se mobilizado historicamente através da formulação e implementação de políticas educacionais, no sentido de diminuir os efeitos das desigualdades, respeitando as diferenças.

Minha trajetória acadêmica foi iniciada nos anos 2000, com a graduação em direito que finalizei em 2005, na sequência advoguei por aproximadamente 15 anos na área criminal, fui conveniado com a defensoria pública do estado de São Paulo, atuando como advogado dativo em causas onde os acusados não constituíam advogado particular, cujas especificidades do ambiente de trabalho me levaram em 2016 a realizar uma etnografia com o título: “O Assistencialismo Jurídico no Processo Penal, na visão



etnográfica de um advogado dativo”, durante minha Especialização em Direito Processual Penal com capacitação para o Ensino no Magistério Superior, finalizada em 2018.

Durante o trabalho como advogado criminalista, tive contato com inúmeros detentos. Conversando com eles no intuito de entender o caso e as condições que os levaram a serem acusados da prática de delitos, notei que a grande maioria era composta ou por jovens com menos de 20 anos de idade, ou por homens de meia idade reincidentes, sendo que nesses dois grandes grupos, boa parte eram semi analfabetos ou totalmente analfabetos, não conseguindo sequer escrever o próprio nome. Situação que me fez lembrar dos textos de Pierre Bourdieu, mais especificamente, quando o autor disserta sobre o capital cultural, a exemplo da passagem transcrita abaixo:

[...] a noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o sucesso escolar, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe (BOURDIEU, 1998, p.73).

Refletindo sobre o contexto social no qual os acusados estavam inseridos, passei a dar mais importância para questões educacionais, sendo que, no mesmo contexto, porém se alfabetizados, seria possível imaginar que uma parcela significativa daquelas pessoas, nem chegaria na situação descrita.

A violência acaba sendo identificada, enquanto produtora de delinquentes, de forma tardia, devendo ser percebida na estrutura social, que está intimamente ligada com a educação, assim como expressa Marilena Chauí (2003):

A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isto, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira (CHAUÍ, 2003 p. 52).



Ao pensar educação, passei a entendê-la de forma continuada, abrangendo fatores sociais, econômicos, familiares, políticos, culturais, entre outros, que vão muito além do formalismo das salas de aula, porém quando o Estado nega educação, ele contribui para o aumento da violência generalizada. Podemos entender melhor, na seguinte passagem de Paulo Freire (2001):

[...] o ser humano jamais pára de educar-se. Numa certa prática educativa não necessariamente a de escolarização, decerto bastante recente na história, como a entendemos. Daí que se possa observar facilmente quão violenta é a política da Cidade, como Estado, que interdita ou limita ou minimiza o direito das gentes, restringindo-lhes a cidadania ao negar educação para todos (FREIRE, 2001 p.13).

Ainda em 2018, ingressei em outra Especialização, dessa vez em Direito Penal, com o título: “O Índio e o Direito Penal Brasileiro, crítica ao resquício de uma herança legislativa eugênica e higienista” (cuja palavra “índio” deveria ter sido substituída pelo termo “indígena”), com a intenção de mudar o foco do interesse das pesquisas para o estudo dos povos originários, uma vez que, minha amizade com os indígenas do litoral sul do estado de São Paulo, desde meados de 2015, me fizeram entender na prática, suas necessidades e dificuldades, principalmente no que tange ao efetivo acesso aos direitos a eles garantido.

Voltando um pouco no tempo, em paralelo aos trabalhos e estudos na área do direito, ingressei em 2011 na Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, finalizando o Bacharelado com a Licenciatura Plena e a Habilitação em Sociologia em 2015.

Na mesma época, comecei a me aproximar dos indígenas paulistas, conhecendo as lideranças que estavam intimamente ligadas com a presença das escolas públicas nas aldeias e aos poucos fui me afastando da sociologia e me aproximando da antropologia, culminando no meu reingresso em 2018 para terminar as matérias obrigatórias faltantes para a Habilitação em Antropologia finalizada em



2019.

No mesmo ano fui aprovado no Mestrado em Educação - Antropologia Filosófica e Educação - pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar-So, com a proposta de realizar um trabalho etnográfico nas aldeias escolarizadas paulistas, que concluí em 2022 com o Título: “Escola indígena no Estado de São Paulo: uma visão político legislativa da educação escolar nas aldeias paulistas”.

Atualmente, sou doutorando no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba UFSCar-So, faço parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Epistemologia – GEPEE da UFSCar-So e sou Membro Efetivo Regional da Comissão Permanente de Direitos Humanos da OAB/SP.

O trabalho de pesquisa que realizo como doutorando segue a mesma linha do mestrado, com mais ênfase nas questões antropológicas e pretende realizar uma etnografia nas 43 escolas públicas indígenas do estado de São Paulo.

Sendo fortemente inspirado pela frase de Paulo Freire (1987) proferida em uma de suas principais obras, a Pedagogia do Oprimido: “Não há palavra verdadeira que não seja práxis” (FREIRE, 1987, p.44).

A escola pública inserida no interior de terras indígenas não é apenas um ambiente educacional. Uma análise do entorno remete ao contexto econômico e social das aldeias. O conhecimento compartilhado torna-se apenas mais um dos elementos constitutivos dessa complexa estrutura, que envolve as relações com o Estado.

Pensar a prática da ação pedagógica nos ajuda a entender como a sociedade tem se mobilizado historicamente através da formulação e implementação de políticas educacionais, no sentido de diminuir os efeitos das desigualdades, respeitando as diferenças.

Uma vez que: “Os antropólogos não estudam as aldeias [...] eles estudam nas aldeias”. (GEERTZ, 1978, p. 32). Para Geertz (1978) compreender a ciência antropológica não é apenas debruçar-se sobre os seus resultados e teorias. Para ele, a



etnografia é um esforço elaborado para uma “descrição densa”.

Posso dizer que o doutorado é indispensável para a carreira que escolhi seguir, de antropólogo e pesquisador, podendo contribuir na Pós-Graduação, mesmo partindo de uma posição privilegiada, no reforço da promoção da justiça social e da garantia de direitos.

Como pesquisador, posso trazer o conhecimento do campo de trabalho para indivíduos interessados, na forma de produção acadêmica. A etnografia proporciona a imersão na realidade da pesquisa e seu método possibilita a transcrição e divulgação de resultados práticos e atuais, podendo embasar políticas públicas, movimentos sociais, formas de compreensão da realidade e tornar o sistema menos injusto.

Atenciosamente,
Celso Spinardi Junior

Palavras-chave: Direitos. Educação. Escola Indígena

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p.73

CHAUÍ, Marilena. Ética, Política e Violência. In: CAMACHO, Thimoteo (org.). **Ensaio sobre Violência**. Vitória: EDUFES, 2003. pp. 39-59

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

FREIRE, Paulo R. N. (1968). **Pedagogia do oprimido** (11ª ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p. 55-69

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In ____ **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 17-32



GT Cartas Pedagógicas

CARTAS PEDAGÓGICAS: COMPOSIÇÕES DE SENTIDOS E SABERES NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, TORNAR-SE AUTOR(A)

Jean Carlos Gomes Santos Costa
Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba
Universidad Nacional do Rosário
jeancosta@estudante.ufscar.br

Sorocaba, 29 de maio de 2025.

A quem ousa autorizar-se a autoria e compor sentidos outros na pesquisa em Educação.

Queridos colegas, amigos e amigas deste território formativo na/da pós graduação em Educação, e demais leitores que se inquietam e se movimentam por uma educação libertadora, emancipadora e atravessada pela vida e suas nuances formadoras, (trans)formadoras, e ainda, (de)formativas, escrevo-lhes movido pela carta convite da organização do XI Seminário de pesquisa, X Encontro de Egressos do PPGEd e que também configura-se o III Seminário de autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar-So.

Minha escrita se faz diante dos movimentos de pesquisa que tenho tateado como professor das, para e com a infâncias, na busca por autorização à autoria no processo de tornar-me pesquisador-autor-cidadão como me convida a pensar Sol Brito (2024) nos diálogos que a mesma tece em sua tese, encharcada de suas lentes e leituras dos tantos autores e autoras, entre eles Joaquim Barbosa (2020).

Em minha atuação como professor na/da educação básica encontrei na escrita



de cartas a possibilidade de anunciar e enunciar uma outra educação possível para as infâncias. E na busca pela composição nos/dos sentidos desta prática rigorosa e afetiva, no intento de justificar minha prática passei a aprofundar minhas leituras em Paulo Freire, que escrevera:

Fazia algum tempo um propósito me inquietava: escrever cartas pedagógicas em estilo leve cuja leitura tanto pudesse interessar [...] professoras e professores que, chamados à reflexão pelos desafios em sua prática docente, encontrassem nelas elementos capazes de ajudá-los na elaboração de suas respostas. (FREIRE, 2021).

E foi por essa inquietação latente presente em mim, que Dr^a Margareth Pedroso e M^a Danieli Casare me inspiraram e possibilitaram o encontro com o NEPEN, onde a pesquisa narrativa e (auto)biográfica se instituem como epistemologias, e nesse grupo tenho experienciado a pesquisa-vida-formação como espaço tempo de ser e estar na pós-graduação, para compor uma pesquisa que defenda as CARTAS PEDAGÓGICAS como dispositivo narrativo de autorização a autoria.

[...] segundo o que indica a própria expressão, que a escrita de uma Carta Pedagógica caracteriza-se por atender dois critérios. Sendo uma carta, deve apresentar os elementos próprios deste gênero de escrita [...] Por ser pedagógica, a escrita apresenta e desenvolve com clareza a finalidade a que se propõe, por exemplo: comunicar uma experiência, abordar um tema, dar retorno sobre apreciação de trabalhos, fazer um convite, dar boas-vindas, entre outras. (FREITAS, 2019).

Sendo assim tenho concebido os processos de escrita de CARTAS PEDAGÓGICAS como proposições de “virar, girar e deslizar, palavras, sentidos e reflexões” como escrevi junto de Ariana Queiroz e Gleice Beltrão ao XXV Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire em 2024, possibilitando à quem escreve o processo de se “autorizar... em seus movimentos para se tornar pesquisador(a)” na medida em que “vivenciam a aquisição e aplicação de conhecimentos técnicos referentes à realização da pesquisa, trabalham-se a dimensão existencial e o conhecimento de si” (BARBOSA; SILVA, 2020 p.17)

Nesse sentido, pensar as CARTAS PEDAGÓGICAS como dispositivo no qual



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

se promove tempo e espaço de reflexão e “se faz emergir e se autorizar não somente para um trabalho acadêmico, mas também como sujeito autorcidadão.” (BARBOSA; SILVA, 2020, p. 17)

Aqui, queremos destacar a importância de se pensar a formação docente, seja ela inicial ou continuada, a partir das narrativas de seus professores/as [...], acolhendo suas histórias de vida, suas experiências e suas percepções acerca do vivido, construindo novas teorias e novas práticas. Um processo que se faz no coletivo, na escuta e na análise do narrado, e que se configura em formas outras de pensar a organização do trabalho de professores/as e de sua formação. (ARAÚJO; NAKAYAMA; LIMA, 2023).

Sendo assim, diante deste grupo de pesquisadores em formação, deixo nesta carta o convite para o diálogo, por ser “a carta [...] um documento, um instrumento potente de escrita e reflexão, de troca e construção de saberes, sendo assim, possível avaliar, reavaliar e se necessário, reconduzir pensamentos, concepções, organizações, estratégias, etc.” (trecho escrito em parceria com Ariana Queiroz e Gleice Beltão). Como a escrita de cartas tem constituído e contribuído em nossos processos de autorização a autoria?

Ao longo desta caminhada, tenho compreendido que narrar-se é resistir, é desafiar os discursos normativos que pretendem dizer quem somos ou quem deveríamos ser. Sou travessia, sou sujeito em construção — jamais pronto, jamais neutro, na busca pelo desvelar deste processo de tornar-me professor-pesquisador-autor-cidadão, sempre em diálogo. Assim, gostaria de ler-vos, se possível em resposta.

Um fraterno abraço,
Jean Costa (Fuá)

Palavras-chave: Cartas Pedagógicas. Autoria. Pós-graduação.

Referências

ANDREOLA. Balduino Antonio. Carta-prefácio a Paulo Freire. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

BARBOSA, Joaquim Gonçalves. Educação para a formação de autores-cidadãos In: BARBOSA, J.G. (org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EDUFScar, 1998. p. 7-13. Disponível em: www.multirreferencialidade.com

BRITO, S. A. S. **Pesquisadora - Autora-Cidadã**: Por uma Pedagogia da Escrita de Si em Espaços/Tempos de Pesquisa-Vida-Formação. 2023

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: homenagem a Paulo Freire no ano do centenário de seu nascimento. *Cadernos de Educação*, n. 65, p. 1-14, 2021.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: experiência e reinvenção do legado de Paulo Freire. In: DICKMANN, Ivânio (org.). **Diálogo Freiriano**. - Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019, p.55-64.

NAKAYAMA, Bárbara Sicardi; BRITO, Sol Silva; MORAIS, Joelson de Sousa; VIEIRA, Juliana. (Orgs.) **Diálogos entrecruzados**, modos de narrar e pesquisa-vida-formação. Curitiba: CRV, 2023.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT Cartas Pedagógicas

COMO ANDAM/DANÇAM/MOVEM-SE OS CORPOS DAS PROFESSORAS DE CRIANÇAS PEQUENAS?

Monize Laís Fernandes Machado
Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba
monize@estudante.ufscar.br

Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi
Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba
lucialombardi@ufscar.br

Sorocaba, 31 de maio de 2025.

Queridas Pedagogas Professoras de crianças pequenas,

Talvez vocês ainda não me conheçam. Por isso, permitam-me começar me apresentando, como quem chega devagar e com respeito. Sou Monize, filha da Neusa e do Gilson, nascida e criada em Sorocaba, interior de São Paulo. Sou Pedagoga formada pela Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba e, com muita alegria, componho atualmente o corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Educação e sou participante do GIAPE – Grupo de Pesquisa sobre Infância, Arte e Práticas Educativas, da mesma universidade.

Costumo dizer que sou professora de crianças pequenas, ainda que, neste momento, não esteja atuando diretamente com elas. Digo que *sou* e não *fui*, porque é no chão da escola, junto das crianças de 2 a 5 anos com quem trabalhei por sete anos, que reconheço minhas primeiras aproximações entre o vivido e o estudado, sobretudo no que diz respeito à corporeidade. Hoje, transito pelo Ensino Fundamental I, e confesso que ainda me sinto um pouco estrangeira nesse novo território. Mas sigo levando comigo o desejo e o compromisso de manter o corpo presente e em movimento



também ali, onde tantas vezes se tenta silenciá-lo.

Lembro-me constantemente das palavras de Paulo Freire, especialmente de sua oitava carta em *Professora sim, tia não!* (1997), quando ele nos provoca a compreender que somos seres condicionados, mas não determinados. Essa consciência de nosso condicionamento é, para ele, condição essencial para lutarmos pela liberdade, entendida não como um dado, mas como movimento, como processo. É nessa perspectiva que me aproximo de vocês, partilhando esta carta como quem aposta na potência do encontro e na escrita como gesto político de reinvenção e partilha de saberes.

Mas esta carta nasce de outras motivações, entrelaçadas ao que eu pesquiso na Educação, que está nos estudos sobre/no corpo que colocam a corporeidade no centro, como princípio a partir do qual todos os nossos movimentos emergem. É pelo corpo que conhecemos, sentimos e nos expressamos no mundo. Jussara Miller (2022), em *A escuta do corpo*, nos convida a refletir sobre os limites e desafios de traduzir em corpo-palavra as experiências vividas por meio da cinestesia. Como dar voz ao que pulsa na carne, no gesto, no silêncio? Talvez possamos, como propõe a autora, conversar primeiro e registrar depois – deixando que a escuta preceda a escrita pedagógica, que o sentir preceda o dizer.

Em *Ação Cultural para a Liberdade*, Paulo Freire nos lembra que o ato de aprender, compreendido como ação cultural para a libertação, é essencialmente um ato de conhecimento. Um ato que se dá por meio do “diálogo autêntico”, no qual educadores(as) e educandos(as) se reconhecem como sujeitos cognoscentes. Nas palavras do próprio Freire: “o diálogo engaja ativamente a ambos os sujeitos do ato de conhecer: educador-educando e educando-educador” (1981, p. 42).

Escrever uma carta, portanto, é assumir o risco e o desejo de abrir uma conversa. É estender a mão, ainda que pela palavra, para um encontro. Não pretendo transformar esta carta em uma série de perguntas formais ou em um questionário disfarçado. Mas, como já nos advertiram, “são as perguntas que movem o mundo”. Então, que estas



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

perguntas que seguem não sejam respostas prontas esperando confirmação, mas sejam um convite a dançar com o pensamento, a estremecer certezas, a mover o olhar que tempos sobre as práticas pedagógicas.

Gostaria de escutar – sim, escutar mesmo, com o corpo todo – as professoras que vivem cotidianamente com trinta e tantas crianças em sala. Professoras que conhecem de perto os desafios da realidade concreta, mas que, mesmo assim, não renunciam à seriedade e à alegria que acompanham o ofício de educar crianças pequenas. Quero dialogar com quem reconhece os limites, mas não se resigna a eles. Com quem busca, nas brechas do cotidiano, os gestos de reinvenção possíveis.

Como tem sido para vocês?

Daniel Calméis, no livro *Infâncias do corpo*, afirma com delicada precisão:

Escutar, então, exige um compromisso corporal: quem olha e escuta está colocando o corpo. Seria inverídico dizer que, na escola, existe um profissional que tem a exclusividade do corporal, porque, nas redes da corporeidade, estão todos implicados (e complicados). [...] (Calméis, 2022, p.19)

Como é para vocês, professoras da Educação Infantil, pensar o corpo? Como se dá sua chegada cotidiana à sala de aula? Como será que as crianças percebem seus gestos ao se moverem entre elas? Já testemunharam alguma criança reproduzir sua postura, seus modos de andar, falar ou acolher? Por onde seus pés caminham? Há blocos de empilhar desviando o trajeto ou o chão anda limpo demais? Seus braços encontram tempo e espaço para oferecer colo? Como percebem o próprio corpo entre as crianças? Quais são seus reflexos corporais diante de um tropeço inesperado? Que gestos alimentam suas rodas de conversa? O que ecoa nas caixinhas JBL para embalar as danças das crianças? Você se permite entrar na brincadeira?

Sabemos o quanto as crianças pequenas falam. Falam com palavras e sem palavras. Falam com o corpo, com o olhar, com o choro, com o silêncio. Falam até quando não falam. Quem não percebe, com um nó no estômago, que aquela criança antes vibrante chegou amuada, o corpo inteiro denunciando que algo não vai bem?

Esse radar sensível também se acende por aí?



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Jussara Miller (2022, p. 57) afirma: “não existe dança se não houver primeiro o corpo”. Tomo a liberdade de estender essa ideia ao campo da docência e dizer que não existe educação e docência sem o corpo – seja ele qual for, com a presença que tiver, com a escuta que alcançar. É o corpo que chega primeiro. É ele que atravessa porta da sala, que expressa antes das palavras. É com ele que tocamos, acolhemos, olhamos, respiramos e ensinamos.

Como anda nosso escutar de si mesmas? Como está nossa escuta das crianças, essa escuta que exige uma presença corporal inteira e disponível?

Sigo de mãos dadas com Fátima Freire Dowbor (2008), que em *Quem educa marca o corpo do outro*, nos presenteia com um entrelaçar de palavras e inquietações: será que aprender a perguntar está, de algum modo, ligado a aprender a dizer as nossas próprias palavras? E quando não aprendemos a dizer-nos, a nos expressar com autenticidade, será que também não se cala nossa capacidade de perguntar o mundo?

Então, eu pergunto: Chegou alguma pergunta aí que fez morada? Alguma esbarrou em lembranças de sua própria vivência escolar? Ou, quem sabe, reverberou a memória do olhar de sua professora do Maternal, aquele olhar que ainda vive dentro de você?

Se quiserem e puderem responder, estarei aqui. Receberei com alegria e acolhimento qualquer carta-email que deseje prolongar esse diálogo. Mais do que uma contribuição para minha pesquisa (que, trata justamente da corporeidade da professora de crianças pequenas e do modo como ela reverbera nas relações pedagógicas), essa troca é um gesto de construção conjunta de sentido, de comunhão de experiências, de reafirmação do que Paulo Freire sempre nos ensinou: ninguém educa sozinho. Nas palavras dele: “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (Freire, 1967, p.35).

Confesso que pensei em escrever que “vim de forma despretensiosa”, mas seria desonesto com o que me move. Porque há sim pretensões nesta carta: a pretensão de reivindicar o lugar do corpo em nossa docência, a urgência de refletirmos



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

sobre o nosso fazer cotidiano, e o desejo sincero de que possamos seguir oferecendo às crianças pequenas a educação sensível, comprometida e viva que elas merecem. Espero, do fundo do coração, que esta carta as encontre bem, mesmo chegando nesse final de semestre em que o corpo já pede pausa e os dias parecem escorrer até o recesso-respiro de julho.

Que bons abraços lhes alcancem. E que o corpo-professora, esse que acolhe, dança, ensina e se afeta, siga sendo potência.

Com carinho e esperança,

Professora Monize Machado.

Palavras-chave: Corporeidade. Formação docente. Criança.

Referências

- CALMÉLS, Daniel. **Infâncias do corpo**. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2022. 118 p.
- DOWBOR, Fátima Freire. **Quem educa marca o corpo do outro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Olho d'Água, 1997. 84 p.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- MILLER, Jussara. **A escuta do corpo: Sistematização da técnica Klaus Vianna**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2022. 128 p.



GT Cartas Pedagógicas

A SUPERVISÃO DE ENSINO: FUNÇÃO FISCALIZADORA OU (TRANS)FORMADORA?

Rogéria Fernandes do Nascimento
Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba
rogeria.sedu@gmail.com

Sorocaba, 05 de junho de 2025.

Cara equipe gestora,

Ao ingressar no cargo de supervisora de ensino pude sentir/compreender que supervisionar é uma escolha que se dá na relação com os pares, com outros gestores, com os docentes e, direta e indiretamente, com as/os estudantes e é nessa perspectiva que escrevo à equipe gestora, formada por diretores(a), vice-diretores(as) e orientadores(as) pedagógicos(as), das escolas públicas municipais de Sorocaba.

Espero que com a partilha de saberes e fazeres possamos contribuir e construir espaços-tempos para a reflexão e o aperfeiçoamento das competências de planejar, implementar, acompanhar, coordenar e avaliar projetos e ações educacionais desenvolvidas nas escolas. Nessa perspectiva, busca-se constituição de processos pedagógicos baseados em ações articuladas em conjunto com os sujeitos que compõem a comunidade escolar: pais, alunos, funcionários, prestadores de serviço e, em especial, a equipe gestora.

A supervisão de ensino, assim como outros cargos de gestão da/na escola pública, não é daqueles cargos que se conquista com e/ou na posse (enquanto ato administrativo); é uma função que se estabelece no exercício. Não é um título, uma posição, o carimbo ou uma cadeira. A nomenclatura do cargo tem muitas variações no



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

tempo e nos espaços podendo ser supervisores, inspetores, muitas vezes remetendo à ideia de um fiscalizador. Aqui, com vocês, a supervisora de ensino é uma servidora que, entre outras atribuições, tem buscado torna-se elemento fundamental na articulação entre a secretaria de educação, a escola e a comunidade.

Nesta perspectiva, ao escrever esta carta estou buscando compartilhar um pouco do muito que tenho vivido e aprendido nessa trajetória pessoal/profissional. Durante os anos trilhados na educação tive a oportunidade de estudar, ler, escrever, desenhar e pintar (e criar); na sequência, lecionar, dirigir escolas e supervisionar (e sonhar). As experiências vividas me fizeram acreditar no poder transformador que há na educação, sendo ela um meio privilegiado das e para as aprendizagens individuais e coletivas.

Como afirma Paulo Freire (2000),

É certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que "chegam" em sua geração. E não fundadas ou fundados em devaneios, falsos sonhos sem raízes, puras ilusões. O que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. (p.53)

São aprendizagens e experiências simples, do cotidiano (e nada extraordinárias) que se passam no município de Sorocaba/SP, na secretaria da educação na qual atuo desde 2011, onde a equipe de Supervisão de Ensino é composta, atualmente, por vinte e quatro supervisores de ensino que atuam no Sistema Municipal. A fundamentação legal para o exercício da supervisão encontra-se no Parecer CEE nº 197/1988, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 08 de maio de 1998, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino em Sorocaba.

A atuação dos supervisores de ensino tem como ponto de partida as atribuições deste cargo, previstas na Lei Municipal nº 8.119/2007, que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei nº 4.599, de 06 de setembro de 1994, que estabelece o quadro e o plano de carreira do magistério público municipal de Sorocaba e dá outras providências.

É importante salientar que a orientação e o acompanhamento às instituições



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

escolares do sistema municipal, têm por fundamento a legislação de ensino em vigor, os princípios que regem a educação nacional, as diretrizes educacionais da rede municipal de ensino e as políticas públicas educacionais implementadas nas esferas federal e municipal, de modo a promover a integração do sistema municipal em seus aspectos administrativos e pedagógicos, visando à efetiva aprendizagem dos seus estudantes.

Ao supervisor de ensino são atribuídos diversos papéis. Na rede municipal de Sorocaba são funções dele(s):

Garantir a integração do Sistema Municipal de Ensino em seus aspectos administrativos e pedagógicos, fazendo observar o cumprimento das normas legais e das determinações dos órgãos superiores, assim como proceder à orientação, acompanhamento e avaliação dos processos educacionais implementados nos diferentes níveis e modalidades desse sistema; Participar, sempre que solicitado, da elaboração de programas e projetos em nível de Secretaria da Educação;
Assistir tecnicamente as unidades escolares sob sua responsabilidade, por meio de visitas regulares e reuniões;
Supervisionar os estabelecimentos de ensino sob sua responsabilidade, mantendo-se atento ao seu andamento na área pedagógica e administrativa, bem como às suas condições físicas;
Proceder, em comissão, à análise dos pedidos de legalização e autorização de funcionamento das escolas particulares de educação infantil; Assumir atendimento ao público em geral;
Assumir atendimento ao público em geral;
Trabalhar em conjunto com seus pares e demais elementos de suporte pedagógico, a fim de manter sua formação e o andamento pedagógico e administrativo da Rede Municipal de Ensino em uníssono.

Atuando na supervisão de ensino, busca-se, de forma concomitante aos processos de diagnóstico, acompanhamento e estudos, observar, avaliar e identificar possibilidades de contribuição e orientação por meio da partilha de exercícios e ações numa busca constante por alinhar os procedimentos e integrar as várias dimensões que constituem o ambiente escolar.

Assim, espera-se contribuir com a implementação de uma gestão (democrática) – administrativa e pedagógica – focada nos Fins, Princípios e Objetivos da Educação que orientam o trabalho de todos os educadores, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9394/96), almejados nos Planos



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Nacional e Municipal da Educação, determinados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), organizados no Currículo Paulista, contando ainda com os documentos estruturantes da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba e das escolas.

Desta forma, entende-se como função prioritária do supervisor de ensino ser um líder fundamental para o conhecimento, apropriação e operacionalização junto às escolas dos documentos norteadores: DCNs, BNCC, Currículo Paulista, etc.

Contribuindo ainda para o desdobramento das políticas públicas em práticas educativas e no desenvolvimento dos programas e projetos da Secretaria da Educação, além de atender as demandas apresentadas pelas equipes gestoras das unidades: organização da rotina escolar, questões administrativas e financeiras da gestão, legislação educacional e trabalhista, relacionamento interpessoal, condições dos prédios, acompanhamento pedagógico e a avaliação/expectativas de atuação apresentada, anualmente, pelas equipes gestoras que compõe o nosso setor de atuação.

Sendo assim, a proposta de trabalho desta supervisão se articula no sentido de buscarmos, juntos e juntas, a construção de um lugar do eu – eu estudante, eu professor, eu diretor, eu supervisor, eu comunidade, eu tantos outros que, antes de termos escolhido ser qualquer eu profissional, se tornaram apenas um ou muitos – ‘eus’. Esses, compostos por uma identidade que se constitui atrelada aos percursos e escolhas feitas, em nossas histórias e experiências tão particulares e singulares que, no espaço coletivo da educação, da escola, haverá de se tornar um nós, na representatividade de cada um. Por outro lado, podemos pensar em nós a serem atados para garantir a articulação e a estruturação pedagógica e administrativa da rede municipal de Sorocaba, em busca do comprometimento com um trabalho pedagógico comprometido e do sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

A gestão da educação exige planejamento, estabelecimento de metas, manutenção de recursos e avaliação. Essas bases devem ser estruturadas em um projeto comum, construído e consolidado, coletivamente, por meio da ação da equipe



gestora da unidade, da comunidade escolar em e com a parceria da supervisão de ensino.

Nesse cenário, ao assumir que ser supervisora de ensino significa ser/estar/compor, em parceria com a comunidade escolar, é importante destacar que sua função prioritária, como já foi dito, é ser um líder fundamental para o conhecimento, apropriação e operacionalização, junto às escolas, das políticas públicas educacionais, mas não se limita a isso. Dito isto, há que se pensar sobre os limites e as possibilidades que acompanham as experiências vivenciadas no cotidiano escolar, sob a ótica daquele que é visto como “visita” ou “instância recursiva”.

Por outro lado, as unidades escolares ao se comprometerem com uma educação de qualidade social na busca dos valores democráticos da e na gestão, encontram formas de garantir a participação e fortalecer a autonomia da equipe que integram o movimento da construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), sendo imprescindível que a participação do supervisor de ensino, nesse movimento, seja problematizada.

Propor que outras vozes se juntem ao diálogo que ora é iniciado, é um convite para ampliar a discussão acerca dos limites e das possibilidades sobre as potencialidades da atuação do supervisor de ensino, não só na construção do PPP, mas em todos os processos que voltados à garantia do direito à educação de qualidade social.

Vamos juntos e juntas nessa jornada?

Supervisora de Ensino

Palavras-chave: Supervisão de ensino. Gestão escolar. Transformação.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

SOROCABA, Câmara Municipal de, **LEI Nº 4599, de 6 de setembro de 1994**, que dispõe sobre o Quadro e o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e dá outras providências. Disponível em:
<https://leismunicipais.com.br/a1/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/1994/460/4599/lei-ordinaria-n-4599-1994-estabelece-o-quadro-e-o-plano-de-carreira-do-quadro-do-magisterio-publico-municipal-de-sorocaba-e-da-outras-providencias?q=4599>.



GT Cartas Pedagógicas

ESCUTAR O QUE AINDA NÃO SE DIZ: INFÂNCIA, DIFERENÇA E DIGNIDADE COMO FUNDAMENTOS DA JUSTIÇA SOCIAL

Solange Cardoso
Universidade Nacional do Rosário
sol_cardosoo@hotmail.com

Ariana de Queiroz Lima
Universidade Nacional do Rosário
arianadequeiroz@gmail.com

Sorocaba, 31 de maio de 2024.

Aos que educam, escutam e se formam nas frestas do diverso,

Escrevemos do lugar que ocupamos hoje, uma sala de pós-graduação onde aprendemos que pensar é também revisitar. Revisitar o que fomos, o que nos disseram que éramos, e o que, ainda agora, nos esforçamos para nos tornar. Aqui, entre autores, teorias, utopias e políticas, reencontramos nossas crianças: fomos nós, mas poderia ser qualquer uma. E talvez por isso nossas crianças nos convoquem com tanta força.

Uma era a criança “quieta demais para a idade”, diziam, porque falava pouco e observava mais do que participava. Quando perguntava por que só alguns podiam falar durante as rodas, riram. Quando falava alto demais, diziam que “não era lugar para esse tipo de comportamento”. Ainda não sabia dizer, mas estava aprendendo na prática que a dignidade, para certas infâncias, vinha com condição ou moldura.

A outra, era aquela que tinha medo de errar, sempre buscando aprovação, mas percebendo que nem tudo ali estava certo, já que todo erro era seguido de um “presta atenção, não é assim que se faz”, sempre achando um tanto estranho, no lugar do acolhimento, encontrava na verdade, cobrança.

Essa aprendizagem sobre as condições da dignidade infantil nos acompanha até



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

hoje e é parte fundamental do que escrevemos em travessia, não apenas no sentido de estar agora em uma pós-graduação que nos convida a repensar o percurso formativo, mas também porque atravessamos, nos últimos anos, um giro de mundo e de escuta.

Uma, que depois de mais de 15 anos trabalhando com crianças maiores e adolescentes, foi parar, ou melhor, foi chamada — à creche. E foi ali que precisou reaprender a olhar. A outra, que após 15 anos de Educação Infantil, “se vê às voltas” com tantas inquietações sobre os rumos e (im)possibilidades institucionais do cotidiano da infância.

Em um encontro com uma instituição em movimento, o cuidado com os bebês já se apresentava sob a linguagem da Educação, mas no cotidiano ainda se organizava segundo a lógica do atendimento institucionalizado. Nas observações e práticas no cotidiano da creche, se notava quanto o cuidado se dissolvia em rotinas cronometradas, onde os movimentos seguiam o compasso de um relógio mais do que o ritmo e o tempo dos bebês. Alimentar, trocar, pôr pra dormir — numa ordem que atende sempre, mais à lógica do mundo adulto do que às descobertas de quem está apenas começando a habitá-lo.

Percebemos corpos sendo contidos para que não sujasse a roupa “do uniforme”, movimentos sendo impedidos “para não se machucarem”, brincadeiras sendo limitadas, descobertas sobre o mundo ao qual esses bebês acabaram de chegar, sendo tolhidos. Por vontade, desejo e regras adultas, “para manter a ordem”.

Então, começam as perguntas: quem é essa ordem? Para quem ela serve? Por que tudo acontece dessa forma?

É assim que esta Carta começa a nascer — no desconforto, no estranhamento, no gesto automático que, de repente, percebemos repetir. Uma educadora, certa vez, disse, sem intenção de ofensa, enquanto servia a sopa com colheradas rápidas: “*Eles não sabem o que querem, então a gente faz por eles.*” Aquilo ecoou forte. Como assim, não sabem o que querem? Não saber desejar também não é, por si só, uma forma de



comunicar algo? Como no diz Rayssa Oliveira, “cabe a nós, portanto, estarmos atentos a compreender se estamos fazendo escolhas conscientes ou nos submetendo (...). É preciso ver e ouvir o que dizem nossas escolhas.” (2021). E é possível ver, ouvir e agir diferente.

A pós-graduação nos permite revisitar as leituras de Paulo Freire com outros olhos — olhos atravessados pela prática cotidiana na creche e pela escuta das infâncias que ainda não falam com palavras. Mas, afinal, como Freire dialoga com a infância? Como seus ensinamentos — associados à alfabetização, à consciência crítica e à leitura do mundo — podem contribuir para pensarmos o cuidado, o acolhimento e a educação daqueles que ainda não andam nem falam?

É nesse movimento de escuta e observação que reencontramos Freire habitando também o cotidiano da infância — à sombra das mangueiras, onde gestos e silêncios se tornam conversas formativas. Sua presença ali convida educadores a ir além das técnicas e da linearidade cronológica, abrindo espaço para um tempo mais sensível, atento à linguagem dos corpos: dos gestos, dos choros, dos silêncios e das presenças.

A escuta como ato político, o respeito à autonomia como prática de liberdade, a humanização como horizonte da ação pedagógica — tudo isso nos parece, neste contexto, profundamente necessário.

Compreendemos, então, que formar o educador da primeiríssima infância é também convidá-lo a olhar para o bebê como sujeito de direitos: digno de tempo, de escuta e de presença. Bebês não são futuros adultos — são sujeitos agora. E é no agora que sua humanidade precisa ser reconhecida.

A legislação brasileira, alinhada aos princípios internacionais de direitos humanos, reconhece a criança como sujeito de direitos. No entanto, na prática, esse reconhecimento ainda esbarra numa centralidade do adulto, naturalizada, muitas vezes invisível nos pequenos gestos do cotidiano. É ali, na troca de fraldas, na maneira de segurar no colo, no tom da voz — ou até no simples “senta aí” — que dizemos ao bebê: você importa — ou não.



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Falar em justiça social na pós-graduação é também reconhecer quais vozes e presenças ainda são silenciadas em nossos processos formativos — e a infância é, muitas vezes, a primeira e mais negligenciada delas. É urgente que a pós-graduação também se pergunte: onde estão as vozes das crianças — inclusive dos bebês — em nossas pesquisas e projetos de justiça social? Hoje, pesquisando a formação de educadores da primeiríssima infância, trazemos essa inquietação como ponto de partida: quem forma o educador que cuida e educa aqueles que estão apenas começando a chegar ao mundo? Que espaços de escuta, sensibilidade e ética temos construído em nossos itinerários formativos?

Falar em diversidade e diferença, como propõe este seminário, é falar também da diversidade radical que cada bebê traz. Não falamos de categorias identitárias apenas — embora elas também atravessem a infância. Falamos de corpos que sentem o mundo de modos diferentes. Que precisam de tempos diferentes. Que vivem desigualdades desde o berço, e que ainda assim são convocados a caber em um modelo uniforme de criança ideal.

A justiça social começa no cuidado. E o cuidado começa no reconhecimento da diferença. Reaprender a olhar tem sido o maior gesto formativo nos últimos anos. Entender que não basta ensinar, mas é preciso também abrir espaço para que o outro seja. Mesmo — e principalmente — quando esse outro ainda não tem palavras para dizer.

Talvez esse seja o sentido mais essencial da Educação como prática da liberdade: a liberdade de existir com dignidade desde o início da vida. Porque um bebê escutado hoje talvez tenha mais chances de se tornar um adulto que escute o mundo com mais abertura e sensibilidade. E é aí que encontramos um sentido que nos convoque: cuidar e educar na primeira infância é mais do que uma tarefa técnica — é uma escolha ética, política e humana, que “Tem que ver com o sentido ético de que as tarefas devem “molhar-se” com a competência com que as desempenhamos, com o equilíbrio emocional com que as efetuamos e com o brio com que por elas brigamos”. (Freire,



2021).

Paulo Freire nos lembra que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” — e o bebê já lê o mundo com diversos sentidos: o corpo, o olhar, os gestos. Para ele, o mundo se revela nas texturas do chão, na voz que embala, no toque que acolhe ou nega presença. Formar-se para a primeira infância implica abrir-se, antes de tudo, à escuta dessas linguagens, sem reduzi-las a códigos comportamentais. A dignidade do bebê está no reconhecimento de que ele sente, deseja, escolhe, resiste. Que ele é sujeito, mesmo antes de saber pronunciar “eu”. Na pós-graduação, entre textos acadêmicos e experiências de campo, compreendemos que a infância continua sendo um território de disputas — e também de potências. A diferença de linguagem, de ritmo, de origem, de corpo não deve ser apagada em nome de uma suposta normalidade. Ao contrário, é nela que reside, muitas vezes, a força formativa da Educação.

Reencontramos Paulo Freire nos cotidianos da creche, no chamado a romper com a educação que impõe e silencia — aquela que despeja verdades adultas sobre os corpos infantis sem escutá-los. Em seu lugar, uma pedagogia da escuta e da abertura se desenha, no compasso das infâncias e de quem, com elas, aprende a perguntar.

Nesta carta, trazemos perguntas que nos formam. Trazemos também um compromisso: que nenhuma criança precise justificar sua existência para ser reconhecida como pessoa. Que toda diferença seja acolhida antes mesmo de ser nomeada. Que a dignidade da criança — especialmente daquelas que ainda não têm voz no sentido convencional — seja reconhecida no olhar, no gesto, no cuidado e na presença. Uma presença INTEIRA.

Com respeito à infância e ao que ela nos ensina,

Solange e Ariana.

Palavras-chave: Escuta. Dignidade. Diferença



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Referências

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

_____. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

OLIVEIRA, Rayssa. **Espaços afetivos**: habitar a escola. São Paulo: Diálogos Embalados, 2021.



GT Cartas Pedagógicas

Carta Pedagógica aos Educadores e Educadoras da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por uma alfabetização emancipadora na perspectiva de Paulo Freire e da Educação Popular

Cristiane Aparecida Madureira
Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba
cristiane.madureira@educacao.sp.gov.br

Sorocaba, 04 de junho de 2025.

Educadores e educadoras!

Dirijo-me a vocês, companheiros e companheira de caminhada pedagógica, com profundo respeito, admiração e esperança. Cada gesto de ensino que realizam no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) carrega a potência transformadora de um projeto de sociedade mais justa, plural e democrática. Em meio a desafios cotidianos, reafirmamos, junto as estruturas freireanas, que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

A EJA, como política pública, é historicamente atravessada por disputas de sentido e de legitimidade. Seus sujeitos — homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, pessoas com trajetórias marcadas por múltiplas formas de negação do direito à educação — não chegam à escola como páginas em branco. Ao contrário, carregam em si saberes constituídos na luta pela sobrevivência, no trabalho, na convivência e na resistência. Reconhecê-los como seres inconclusos, em permanente processo de formação, é condição ética e política para uma educação



verdadeiramente libertadora.

Inspirada no pensamento freireano, esta carta pretende dialogar com o compromisso assumido pelo Pacto Nacional pela Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA), que propõe a construção de uma política formativa sustentada nos princípios da educação popular emancipadora. O Pacto reafirma a EJA não como modalidade compensatória ou emergencial, mas como campo legítimo e necessário, no qual se reconhece a alfabetização como instrumento de humanização e reinvenção do mundo.

No horizonte freireano, alfabetizar adultos não é uma tarefa técnica ou neutra: trata-se de um quefazer político-pedagógico, comprometido com a transformação das estruturas sociais que historicamente excluíram parcelas significativas da população do direito à leitura e à escrita. Nesse sentido, a alfabetização deve ser compreendida como práxis, ou seja, como ação-reflexão transformadora, que se articula com a vida concreta dos sujeitos e com seus projetos de futuro.

A prática pedagógica na EJA exige o cultivo do diálogo, entendido não como troca superficial de palavras, mas como encontro autêntico entre sujeitos que buscam, conjuntamente, compreender e transformar a realidade. É nesse encontro que emergem as situações-limite, isto é, as condições objetivas e subjetivas que dificultam ou inviabilizam o exercício pleno da cidadania. Reconhecê-las é o primeiro passo para superá-las, por meio de uma pedagogia que denuncia as estruturas opressoras e, ao mesmo tempo, anuncia o inédito viável — a possibilidade de um outro mundo, mais solidário, mais justo, mais humano.

Professores e professoras da EJA, vocês são agentes fundamentais nesse processo. Ao assumirem a formação de jovens, adultos e idosos em contextos de múltiplas vulnerabilidades, realizam uma prática de esperança, sustentada pela ética da escuta, pela amorosidade e pela crença no poder transformador da palavra. O compromisso pedagógico que carregam não se reduz ao espaço da sala de aula;



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

ele se estende à luta por reconhecimento, por políticas públicas efetivas, por valorização profissional e pela afirmação de que todos(as) têm o direito de aprender — em qualquer tempo da vida.

É nesse marco que o Pacto EJA se apresenta como uma política estratégica: por meio da formação continuada, da valorização dos saberes docentes e da produção de materiais contextualizados, o Pacto visa fortalecer práticas pedagógicas que respeitam a diversidade, promovem o pensamento crítico e reafirmam a alfabetização como processo de libertação.

Sigamos, portanto, na construção de uma escola pública viva, popular e crítica, que reconhece nos sujeitos da EJA não a falta, mas a potência. Sigamos fiéis ao legado freireano, que nos encaminha que a educação se faz pela palavra, pela amorosidade, pela intencionalidade, pelo respeito, e pelos sujeitos de práxis.

Com esperança ativa, compromisso ético e solidariedade pedagógica,

Cristiane Madureira

Educadora da luta, freireana, marxista, Em apoio ao Pacto Nacional pela Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA)

Palavras-chave: Educação popular. EJA. Emancipação

Referências

BRASIL. **Ministério da Educação**. Diretrizes nacionais para a oferta de educação nas prisões. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024**.

Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília,



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

DF, 6 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12048.htm. Acesso em: 4 jun. 2025.

jusbrasil.com.br+11anec.org.br+11meuvademeconline.com.br+11

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.. FREIRE,

Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2022.



GT Cartas Pedagógicas

CARTA PEDAGÓGICA AOS COMPANHEIROS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Por uma educação libertadora, que floresce mesmo nos muros da prisão

Cristiane Aparecida Madureira
PPGEd-So/UFSCar
Sorocaba cristiane.madureira@educacao.sp.gov.br

Juliana Rezende Torres
PPGEd-So/UFSCar Sorocaba julianart@ufscar.br

Sorocaba, 04 de junho de 2025.

Caros companheiro e companheiras,

É com humildade, respeito e esperança que escrevo esta carta. Escrevo não como quem traz verdades prontas, mas como quem deseja dialogar com homens e mulheres, que, mesmo privados de liberdade, não perderam a capacidade de sonhar, de pensar, de buscar o ser mais¹.

Vivemos tempos difíceis, em que muitos de vocês foram privados não só da liberdade física, mas também, desde cedo, do direito à educação — esse direito que, como nos ensinou Paulo Freire, deveria ser caminho para a liberdade, e não mais uma forma de exclusão. Nosso tempo carrega marcas profundas de injustiças sociais

¹ Ao longo da estrutura de sua obra, Freire nos traz que os sujeitos buscam o ser mais, na consciência de si; na consciência do mundo; na esperança, no lidar com a diferença – aprender quem eu sou; no estar sendo e humildade; na identidade cultural; no ser político – não neutralidade; e na persistência do sonho utópico.



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

históricas. O que chamam de “mérito” esconde uma realidade em que a escola, em vez de incluir, muitas vezes seleciona e descarta, mantendo o *status quo* da desigualdade. Talvez, quando vocês eram crianças ou jovens “em idade certa”, foram empurrados para fora dos bancos escolares, pela violência, pela fome, pela própria necessidade de sobrevivência. Muitos tiveram a porta da escola fechada antes mesmo de cruzá-la, para que de forma violenta, estruturalmente intencional, legitimasse a fórceps que o conhecimento acadêmico, científico e histórico, não lhe pertencia. Isso não foi culpa de vocês. Como força de aparato ideológico lhes foi apresentada a visão escolar que aquele que não se adapta ao modelo rígido, ao currículo padronizado, ao silêncio imposto pela sala de aula tradicional, vai sendo empurrado para fora - primeiro da aprendizagem, depois do sistema, depois da própria sociedade. E, assim, a exclusão escolar se transforma em exclusão social, e esta, tantas vezes, abre caminho para o encarceramento. Assim aconteceu com vocês, mesmo que esse não fosse seu desejo intencional.

Por isso, escrevo a vocês não como quem fala a “alunos”, mas como quem se dirige a homens e mulheres com história, com vivências, com experiências únicas de trajetórias, mas também, como seres inconclusos¹, que, mesmo em condições tão duras, não perderam a dignidade de seguir caminhando. A educação que defendemos - aquela inspirada na Educação Popular, de base freireana - não é uma forma de “domesticar” ou “adaptar” vocês à prisão. Ao contrário: ela é convite à liberdade, é denúncia da opressão e anúncio do inédito viável, mesmo entre grades e muros.

E é por isso que esta carta os encontra!

Mesmo entre muros, mesmo no concreto frio das celas, ainda é possível cultivar liberdade. Porque liberdade é também um ato de consciência. Quando um homem ou uma mulher aprende a ler e a escrever, aprende também a ler o mundo - e ao nomear o mundo com suas próprias palavras, começa a transformá-lo. A educação verdadeira não é

¹ A conscientização da própria inconclusão é fundamental para que o sujeito se reconheça como agente da mudança e possa participar ativamente da transformação da realidade.



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

adaptação: é reconstrução da dignidade. É denúncia da opressão e anúncio do que ainda pode ser.

Quando Paulo Freire (1981) nos fala que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão”³, ele nos lembra que a educação verdadeira nasce do encontro. Encontro de palavras, de ideias, de histórias. Encontro entre vocês e os educadores que acreditam que todo sujeito tem direito à leitura do mundo e da palavra. A alfabetização - essa que está sendo ofertada talvez pela primeira vez, à você, na prisão - não é um fim em si mesma. É um começo, um recomeço. É o início da práxis verdadeira, autêntica: ação e reflexão que, juntas, fazem da aprendizagem um ato de transformação do mundo.

Sabemos que o cárcere impõe situações-limite: nega o corpo, o tempo, o afeto. Mas, mesmo ali, a alma pode resistir e insistir em voar. E a palavra escrita, a leitura do mundo, o estudo - por mais simples que pareça - são asas. Aquele que lê, escreve e pensa vai se reconstruindo por dentro, vai nomeando as coisas, vai descobrindo que tem voz. E ninguém que descobre a força da própria voz aceita mais calar. Estudar no cárcere é ato de coragem, de amorosidade, de rebeldia. É dizer “sim” à vida, mesmo onde muitos disseram “não” a vocês. É romper o silêncio que a exclusão impôs. É dizer: “agora eu posso escrever minha própria história”.

Por isso, meus companheiros, não desistam. O silêncio, não lhes cabe, ao contrário, lhes acomoda e padroniza. Mas a palavra, sim, a palavra liberta. Se já começaram a trilhar esse caminho da alfabetização e da Educação Básica, sigam, se façam. Se ainda não começaram, comecem. Ainda é tempo. Sempre é tempo. A educação libertadora não tem data de validade. Ela é como semente: germina quando encontra o solo fértil da esperança.

A escola na prisão não pode ser reprodutora do silêncio e da obediência cega. Ela deve ser, ao contrário, espaço de escuta, de crítica, de imaginação e de reexistência. E vocês, estudantes em privação de liberdade, são parte viva desse movimento. A cada letra aprendida, a cada livro lido, a cada pergunta feita - vocês



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

denunciam a lógica da exclusão e anunciam outro futuro possível - o inédito viável.

Me despeço com os olhos e o coração voltados para o horizonte. Que esta carta vos encontre como um sopro de coragem. Que ela te inspire a seguir estudando, pensando, transformando. Como disse Freire (1989, p.9), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”⁴ — e o mundo ainda está esperando para ser lido por vocês, com olhos novos, com mãos livres, com consciência desperta.

Com respeito e esperança ativa,

Cristiane Madureira

Em comunhão com Paulo Freire

Por uma educação que liberta, mesmo entre muros!

Palavras-chave: Educação popular. Liberdade. Emancipação

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2022.



GT CARTAS PEDAGÓGICAS

DIÁLOGOS, PESQUISA E O PROCESSO CRIATIVO DE UM LIVRO INFANTIL

Deise Marina Gomes
UFSCAR-So
demarinadesign@gmail.com

Sorocaba, 6 de junho de 2025.

A todos que, com coragem, paciência e dedicação, transformam vidas através da educação.

Venho compartilhar um pouco da minha trajetória, na maternidade atípica e na pesquisa, bem como descrever as inspirações para o processo criativo do livro infantil *“TICO: Nosso amigo autista”* (2025).

Para iniciar preciso contar um pouco sobre como o Transtorno do Espectro Autista e a pesquisa sobre o tema entraram em minha vida. Em 2021 recebi o laudo do meu filho, na época ele estava com dois anos e meio. Apesar das avaliações e de já estar desconfiada, acreditei até o último instante que poderia “não ser nada” ou apenas “um engano”. Após esse momento, muitas dúvidas e incertezas surgiram. Questões sobre absolutamente tudo, foi difícil de segurar e compreender as emoções. Era como se tudo que eu havia imaginado ou sonhado para ele acabasse ali. Como seria o futuro? Como? E a educação? E o desenvolvimento dele? O que eu deveria fazer? Foi um momento complexo e delicado. Todas essas emoções vieram com uma grande intensidade. Os pais nunca estão preparados para a notícia de que seus filhos apresentam traços do espectro do autismo. Por mais que desconfiem, a confirmação de um especialista é algo bem diferente.” (Gaiato, 2018, p. 36) E com o apoio dos familiares e com as primeiras informações recebida pela minha cunhada, psicóloga, eu consegui ter clareza para perceber que teria que assumir escolhas importantes e buscar



mais informações sobre o TEA.

Enquanto considerava a oportunidade de emprego que havia aparecido pouco tempo antes, entrei em grupos de mães nas Redes Sociais e comecei a pesquisar sobre o tema: leituras iniciantes sobre O que é o Autismo? e O que fazer?, leituras que serviram de manual para aquele momento.

Conforme mencionei, nos meses anteriores eu havia recebido uma oferta de trabalho numa Universidade, após considerar cuidadosamente os pontos positivos como: garantir o convênio de saúde e o acompanhamento adequado para meu filho além de retornar na área da Educação, agora no Ensino Superior e ter acesso à ciência e ao conhecimento e compreender melhor o TEA; auxiliar meu filho e outras pessoas que se encontram na mesma situação. Dessa forma, com o incentivo do meu marido optei por voltar a trabalhar. Depositei parte da minha confiança à minha rede de apoio e na escola municipal, na creche e em sua primeira professora. Mais tarde, com as leituras nas aulas de mestrado, eu viria a compreender que o modo como a família acolhe a criança com autismo em seu diagnóstico, já é uma a prospecção para o seu progresso (Dainez, Freitas, 2018) impactando diretamente seu desenvolvimento.

Essa escolha foi crucial para o desempenho do meu filho e para a construção da minha pesquisa. A creche nos recebeu muito bem, iniciando com uma reunião e também facilitando os diálogos junto da família. O vínculo que construí com a professora foi muito forte, pois vivenciamos o retorno das aulas presenciais pós pandemia (outubro de 2021) e juntas buscamos soluções para a adaptação de todos, familiares e escola. De certa forma, todas as pessoas envolvidas nesse momento, professora, auxiliar e orientadora pedagógica, foram compreensivas e nos apoiaram muito. Durante esse tempo fomos compreendendo melhor o TEA e como deveríamos mediar e auxiliar a criança. Tentei manter os diálogos e trocas nos anos seguintes, alguns foram parecidos e outros anos tivemos algumas dificuldades, em razão de crises e pela rigidez cognitiva¹, características do próprio autismo.

Antes de continuar, preciso ressaltar que a arte sempre fez parte da minha vida.



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Ao longo da minha infância fiz cursos de dança, pintura e desenho, antes mesmo de ser alfabetizada eu já ilustrava histórias e pedia para que minha mãe escrevesse enquanto eu narrava. Meu pai também sempre teve dom para as artes, tinha um escritório em casa com muitos materiais de pintura, livros, discos, violão e telas. Os dois sempre me incentivaram, sendo assim me formei em Teatro/Arte-educação e Design e a ideia de ilustrar um livro já tinha passado por meus pensamentos, o que se concretizou quando meu filho nasceu. Dentre tantas situações fofas que só a infância dos nossos filhos nos presenteiam, trago uma que foi parte da inspiração para minha história: meu menino adorava pegar o pão inteiro no pacote sobre a mesa da cozinha, um dia ele estava vestido com uma roupa dessas de pelúcia, parecia um ursinho. Tirei uma foto e enviei para meu pai, ele logo comentou: “Olha o quati!” – Demos risadas e percebi que eu tinha meu personagem curioso, fofo e cheio de personalidade. Comecei a ilustrar pequenos esboços durante meus intervalos.

Enfim, no ano de 2023 eu finalizei um curso de Treinamento para Pais de Autistas ² e com isso iniciei uma ação para orientar pais e professores, também dei início a escrita do projeto de pesquisa para o mestrado. Os anos seguintes foram de muito aprendizado e troca de experiências, realizei duas rodas de conversas em escolas municipais afim de debatermos sobre a inclusão e seus desafios. Todas essas vivências com a educação me inspiraram a começar a criar uma pequena história, eu queria muito contar como era a relação do meu filho com a escola e mostrar como o ambiente inclusivo, mesmo com alguns desafios, traz muitos benefícios para o desenvolvimento das crianças.

Em 2024 ingressei no programa de Pós-graduação com um projeto sobre Inclusão escolar de alunos com autismo na Educação Infantil, seguindo as minhas considerações iniciais, eu estava levando a nossa história para inspirar aos outros. Durante as aulas do mestrado tive contato com a Educação, a psicologia da Educação e em especial sobre a vida e obra de Vigotski (1896–1934), que me mostrou um ponto de vista totalmente diferente sobre a educação de crianças com deficiências. Cheguei a



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

compreender até as emoções iniciais que tive ao receber o laudo. Foi como muitos chamam de “luto”, a psicanálise explica que é o “Luto do filho idealizado” pois nós, familiares, de um modo ou de outro, projetamos uma vida inteira para nossos filhos, sempre pensando à frente e no vir a ser. Existe uma ruptura dos nossos anseios quando o laudo chega, trazendo um tipo de “obstáculo”. Mesmo assim, optei pelos estudos e por seguir com os estudos, percebi que precisei renascer como mãe, enquanto me tornava também pesquisadora.

No âmbito da Educação, eu já valorizava os(as) professores(as) e o trabalho junto da inclusão escolar, mas o mestrado destacou o quão fundamental é a mediação e o ambiente inclusivo. Uma nova personagem se fez necessária em meus esboços: colocando a professora Cora (coruja) acompanhando as atividades de seus alunos.

Na escola do meu filho, seguia na troca de diálogos junto da equipe escolar, em uma das reuniões a professora contou o seguinte relato: um dos alunos da classe a questionou porque meu filho e alguns outros alunos podiam ficar fora da sala, enquanto os outros não. Na hora a solução dela foi informar que o coleguinha era “especial” e a criança rebateu instantaneamente: “mas eu também sou especial” e sabemos que aos olhos dos pais de fato os filhos são especiais mesmo. Ao compartilhar comigo, notei como a minha história poderia colaborar com esse olhar para junto dos comportamentos dos alunos atípicos e a essa altura ficou definida a faixa etária e o tipo de narração que seria utilizada.

Relembrei das histórias, que tive contato quando trabalhei numa livraria infantil, como o meu favorito “Nós Agora Somos Quatro” de Lilli L'Arronge e tantos outros autores incríveis, iniciei o processo de escrita. Meu intuito foi apresentar o autismo e suas singularidades de forma lúdica, leve e sem reforços negativos ou pesados, mostrar as características e escolhas do personagem em seu dia a dia sem estranhamentos. Eu queria tornar seu modo de ser algo *cotidiano* ao olhar de todos, a diversidade sem os pré-conceitos ou discriminações.

Por isso, a construção da narrativa teve sustentação na obra de Vigotski (1997)



que considera o “compromisso de transformação social, que o ensino da criança com deficiência deveria se ancorar nos mesmos princípios de desenvolvimento humano – de desenvolvimento cultural, como ele insistia em ressaltar – de qualquer pessoa”. (Dainez, Smolka, 2019. p.3)

Dessa forma, junto com o personagem principal, TICO, eu quis colocar mais dois coleguinhas. Dar vida aos personagens interagindo, imaginar as atividades realizadas na escola e criar cada cenário foi um processo carregado de afeto e cuidado. Em cada detalhe busquei mostrar as situações do TEA no dia a dia, na história é possível ver características comportamentais como o hiperfoco, a crise e as estereotípias, contudo na narração é possível perceber que as mesmas acontecem, mas todos que estão no ambiente *abraçam, acolhem* e mostram que está tudo bem.

A ilustração das expressões e os gestos dos personagens foram escolhidos afim de mostrar sua personalidade, o colega “Gui” seria mais extrovertido e mais cômico, em vários momentos é possível observar seu sorriso sapeca, já a “Manu” é aquela colega que acolhe. Optei por deixar os dois, tanto TICO como “Gui”, sem diferença física entre eles, essa escolha foi proposital uma vez que o TEA não tem “cara”, então ao olhar apenas as ilustrações não é possível indicar quem é quem. A opção por não destacar TICO com algum ícone do TEA também foi visando essa diversidade sem os pré-conceitos ou os *rótulos*. Faço isso com o meu filho, em vários momentos não uso o cordão do quebra-cabeça pois acredito que um ambiente inclusivo é aquele em que o respeito e a empatia devem prevalecer, como retorno posso afirmar que algumas pessoas já percebem pelo comportamento e comentam que conhecem alguém ou tem um familiar próximo. O nome TICO veio do próprio apelido do meu filho, que quando neném chamávamos de “Tiquiti” e evoluiu para “Tico” conforme seu crescimento. Mais uma homenagem para ele.

Já com o livro quase finalizado, busquei informações sobre como realizar uma publicação. Conversei com colegas escritores para compreender melhor o processo. Por volta de setembro e outubro do ano de 2024, lembrei do Edital da Lei de Incentivo à



Cultura³ que acontece na cidade todos os anos, no qual já havia escrito projetos anteriormente. Para minha sorte, eu tinha vinte dias para inscrever o projeto, acrescentei o subtítulo “Nosso amigo autista” com intuito de definir e enfatizar o tema. Devido a submissão rápida, consegui definir à quantidade para entrega para as pré-escolas municipais e para a própria Secretária da Cultura, um número relativamente pequeno, mas que tem alcançado proporções que eu não esperava.

Depois de aprovado, optei por utilizar a técnica da aquarela, que eu não tinha tanto domínio, mas sempre achei maravilhosa, ainda não domino tanto assim. Meu pai me auxiliou na escolha dos materiais e na sua quantidade, difícil mesmo foi não conseguir desenhar o tempo todo! Estar tão envolvida com o tema facilitou a escrita e aprovação do projeto, estar dentro da Universidade e no mestrado também fortaleceu a base para o meu trabalho de escrita. Viver a maternidade atípica me trouxe os detalhes e encantos que só o personagem TICO poderia mostrar. Já estou com o roteiro do próximo livro, sobre a professora Cora.

Após a entrega, várias escolas entraram em contato para conversar, marcar reuniões e solicitar exemplares. O livro trouxe para minha pesquisa mais diálogos, espero que esteja sendo para Educação e para as crianças um primeiro passo para a compreensão da inclusão escolar a respeito da diversidade. Espero que seja utilizado pelas escolas como uma ferramenta pedagógica e que para todas as crianças seja uma referência.

"A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa." (Paulo Freire)

Agradeço a todos pelos diálogos e pela oportunidade.

1. Característica marcada pela dificuldade de quebra de rotina ,

2. 2023 - Instituto Singular – Mayra Gaiato.

3 Apoio institucional da Prefeitura Municipal de Sorocaba – Secretaria da Cultura – Lei Nº11.066/2015



Palavras-chave: Carta pedagógica. Processo criativo. Inclusão escolar. Autismo

Referências

DAINEZ, Débora; FREITAS, Ana Paula de. Concepção de educação social em Vigotski: apontamentos para o processo de escolarização de crianças com deficiência. **Horizontes**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 145–156, 2018. DOI: 10.24933/horizontes.v36i3.685. Disponível em:

<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/685>. Acesso em: 30 maio. 2025.

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. SEÇÃO TEMÁTICA: EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Educ. Pesqui.** 45, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945187853> Acesso 03 junho 2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Editora UNESP. São Paulo, 2000. P. 29-69.

GAIATO, Mayra. **SOS Autismo**. São Paulo. Editora NVERSOS, 2018.



GT Cartas Pedagógicas

PEDAGOGIA E AFETO

Maria Clara Paleari
Pedagogia - UFSCar
mariapaleari@estudante.ufscar.br

Isabel Steck Gonçalves
Pedagogia - UFSCar

Sorocaba, 29 de maio de 2025.

Escrevemos esta carta com o coração cheio de gratidão e entusiasmo para compartilhar um pouco de nossa trajetória e o motivo pelo qual escolhemos seguir a carreira docente.

Desde cedo, frequentar a escola era, para nós, mais do que uma obrigação: era um prazer genuíno. O ambiente escolar sempre nos acolheu com afeto, estímulo e segurança. Tínhamos professores atenciosos, pacientes e profundamente comprometidos com o aprendizado de cada aluno. Eles não apenas nos ensinaram conteúdos curriculares, mas também valores, empatia e a importância de acreditar no potencial de cada ser humano.

Foi nesse espaço de descobertas, afetos e trocas que nasceu em nós o desejo de um dia retribuir tudo o que recebemos. A convivência com educadores tão inspiradores despertou em nossos corações a vontade de sermos, também, agentes de transformação na vida de outras crianças. Escolher Pedagogia foi, portanto, um passo natural – uma decisão movida por lembranças felizes e pela certeza de que a educação é uma das ferramentas mais poderosas para construir um mundo mais justo, humano e esperançoso.

Sabemos que a jornada da formação docente é exigente, mas estamos dispostas



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

a encará-la com responsabilidade, sensibilidade e amor. Carregamos conosco não apenas lembranças, mas também o compromisso de fazer da sala de aula um espaço de acolhimento, escuta e crescimento, assim como foi para nós.

Agradecemos pela oportunidade de nos apresentar e reiteramos nosso entusiasmo em fazer parte desta instituição e dessa missão tão nobre que é educar.

Atenciosamente,

Maria Clara Paleari e Isabel Steck Gonçalves

Palavras-chave: Formação. Empatia. Carreira docente.



GT Cartas Pedagógicas

VOZES E NÚMEROS: UMA CARTA SOBRE PRÁTICAS DE JUSTIÇA SOCIAL NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Betabara Aparecida Rodrigues
Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba
betabara@estudante.ufscar.br

Sorocaba, 08 de junho de 2025.

Aos meus pares,

Vejo a Matemática não como um corpo frio e distante, mas como veia pulsante de nossa sociedade, tecendo significados e possibilidades. Desde os primeiros contatos com números, somos convidados a vislumbrar relações que perpassam nossas vidas: quantificar impactos, estimar futuros, ler territórios invisíveis no cotidiano. Ao reconhecer a Matemática como eixo fundante da organização social, percebo sua potência emancipatória: ela poderia nos oferecer instrumentos para entender e intervir no mundo, revelando as tramas que sustentam desigualdades e apontando caminhos para a justiça.

Em minha trajetória como estudante de Pedagogia, especialmente durante a participação no PIBID interdisciplinar entre Pedagogia e Matemática, fui instigada a visualizar projetos onde se cruzam saberes: ao articular discussões matemáticas com teorias pedagógicas, imaginei um currículo que não isolasse conteúdos, mas tecesse diálogos entre áreas. Essas vivências me mostraram que, como futura profissional, poderei construir espaços de aprendizagem nos quais a curiosidade e a voz de cada aluno sejam acolhidas e valorizadas.



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Na dimensão curricular, a Educação Financeira e a Educação Estatística despontam como pontes para tratar de questões de urgência social. No âmbito do PIBID, seria possível propor atividades de orçamento participativo em sala de aula: crianças poderiam registrar despesas familiares fictícias, debater prioridades comunitárias e elaborar propostas de transformação do bairro. Dessa maneira, deixariam de perceber a Matemática apenas como cálculos algébricos, passando a reconhecê-la como linguagem de justiça social. Para minha prática futura, isso significa planejar aulas em que cada análise estatística sobre acesso à água potável ou à coleta de lixo seja convite a ações concretas, fortalecendo o papel da escola como agente de mudança.

Para que essas discussões germinem, a postura dos alunos precisaria se transformar: não mais receptores passivos de fórmulas, mas protagonistas ativos de suas aprendizagens. No encontro da ACIEPE "Perspectivas e Possibilidades Didáticas para a Formação de Professores que Ensinam Matemática", vislumbrei aulas dialógicas, nas quais, em vez de corrigir apenas respostas certas, se convida o grupo a explorar caminhos alternativos, valorizando conjecturas e erros produtivos. Levo comigo a possibilidade de, como professora, configurar minha sala de aula para ser um ambiente de escuta atenta, onde cada hipótese seja celebrada como passo rumo ao conhecimento coletivo.

Nesse contexto, o papel do professor ressoa como o de mediador e orientador: alguém que escuta, problematiza e instiga investigações ancoradas na realidade dos alunos. Ao tratar a Matemática como ciência humana, e não uma verdade absoluta, poderíamos desafiar o paradigma tradicional. Em vez de listas de exercícios mecânicos, seriam exploradas situações-problema: pesquisar o consumo de energia da escola, calcular o descarte de resíduos no bairro ou analisar estatísticas de acesso à educação em diferentes comunidades. Para a minha prática profissional, isso abre possibilidades de co-criar, junto aos estudantes, projetos que conectem o aprendizado



matemático às lutas e sonhos da comunidade.

Essa construção pedagógica não precisa ser linear: ela emerge de um movimento dialógico, no qual nos colocamos como aprendizes junto aos alunos. A partir da Análise de Conteúdo, poderíamos organizar três categorias indissociáveis de estudo: Aspectos Curriculares do Ensino de Matemática; Postura dos Alunos; Práticas

Pedagógicas de Professores. Cada uma sustentaria a outra: sem um currículo que valorize temas sociais, o protagonismo esmoreceria; sem alunos engajados, as práticas não ganhariam vida; sem práticas reflexivas, o currículo permaneceria estéril. Para meu futuro referencial, entendo que essas categorias serão bússolas, orientando-me a planejar, revisar e reinventar minhas estratégias em busca de um ensino mais justo.

Imagine a sala de aula como um território vivo, onde cálculos se misturam a conflitos sociais e a resolução de problemas se converte em poesia de ação. Ali, cada gráfico poderia tornar-se um mapa de resistências; cada fração, um convite à partilha; cada equação, uma promessa de autonomia. A Matemática, assim, poderia ser linguagem de libertação, abrindo frestas para que vozes marginalizadas ganhassem potência e apontassem novas direções.

Incluir questões de urgência social no Ensino Fundamental requer quebrar paradigmas: abandonar o modelo linear e excludente para abraçar um ensino dialógico, inclusivo e humanista. Um ensino no qual a criança se sinta parte do seu processo de aprendizagem, sabendo que, ao dominar conceitos matemáticos, ela também exerce poder de transformação na sociedade. Que cada problema resolvido seja ato de cidadania e cada reflexão coletiva, um gesto de solidariedade.

Com esta carta, celebro o potencial dialógico que nos convida a repensar a Matemática como prática social e emancipadora, nutrida pelas possibilidades



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

vislumbradas no PIBID e nos encontros do ACIEPE. Que essas experiências me inspirem, como futura docente, a criar caminhos de transformação em minha prática educativa, mantendo viva a curiosidade de questionar números e desenhar um futuro onde a Educação Matemática seja ponte para a equidade e a dignidade de todos.

Com afeto e compromisso,

Betabara

Palavras-chave: Educação Matemática Crítica. Urgência Social. Diálogo Pedagógico.

Referências

RODRIGUES, Márcio Urel; KOCHHANN, Maria Elizabete Rambo; SOUSA, Sandra Maria Tavares; BRITO, Acelmo de Jesus. Questões de urgência social em aulas de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Ensino da Matemática em Debate**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 4-28, 2023. ISSN 2358-4122



GT Cartas Pedagógicas

ESPERANÇAR A EDUCAÇÃO

Mel Soares Maia
Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba
mel@estudante.ufscar.br

Sorocaba, 09 de junho de 2025.

Aos que insistem em esperar, reinventando caminhos todos os dias,
Queridos(as) companheiros(as) de propósito,

Escrevo movida pelo desejo de compartilhar um sentimento que vive em mim e que tem me moldado como educadora em formação. Esta carta nasce do encontro com a vida acadêmica que se faz nos espaços da extensão, da pesquisa e do ensino, especialmente por meio da minha atuação como licencianda em Matemática junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e à Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE), experiências que têm me moldado enquanto estudante da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba.

Em tempos de tensões e retrocessos nas políticas educacionais, viver a formação docente na universidade pública é um ato de resistência. Resistência que não se dá apenas na permanência, mas também na escolha de construir um conhecimento que dialogue com a realidade, que acolha as diferenças e que se comprometa com a justiça social. Como nos inspira Paulo Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 25). E é nesse movimento criativo, em que ensinar e aprender se conversam,



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

que venho compreendendo o real sentido de uma educação que se quer democrática e transformadora.

Ao vivenciar a escola pública, percebo que a diversidade que habita os corpos, as vozes, os silêncios e as individualidades dos estudantes pode, muitas vezes, ser ignorada por estruturas que insistem em padronizar o ensino. Nesse contexto, a formação docente precisa se posicionar politicamente em defesa do direito à diferença e da valorização dos saberes que emergem das experiências de vida. E é justamente aí que eu penso que a pós-graduação em Educação se apresenta como espaço fundamental, para promover diálogos e elaborar a construção de projetos viáveis.

Durante minha trajetória, percebi que a formação não acontece apenas no saber de teorias, mas também no conhecimento do dia a dia em prática no contexto escolar. A práxis pedagógica, quando associada a uma escuta sensível e em um compromisso ético com os estudantes, nos convoca a enxergar o outro não como destinatário passivo do ensino, mas como sujeito ativo da construção do conhecimento. Isso é uma educação significativa para mim.

Nesta carta, portanto, relato que mesmo inserida nas mais diversificadas dificuldades, sigo escrevendo, pesquisando, dialogando. Nós, licenciandos e educadores, seguimos formando vínculos, partilhando experiências, e sobretudo, esperando, porque, como disse Freire (1992), “é preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar, porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança: é espera.”

Na caminhada pelo ACIEPE, pelo PIBID e pela graduação, aprendi que a docência é feita de encontros, com o outro e consigo. Que o conhecimento se reinventa quando atravessado pelas realidades múltiplas dos estudantes. E que a diversidade, longe de ser um obstáculo, é condição fundamental para pensar em um ensino que faça sentido. Quando o saber acadêmico encontra os saberes da comunidade, criam-se espaços de formação que acolhem, potencializam e (re)existem.

Assim, finalizo esta carta como uma reafirmação do meu compromisso com uma



educação que reconhece as diferenças, valoriza as multiplicidades e luta pela garantia de direitos. Que as cartas pedagógicas que circulam neste sarau sejam votos de coragem e atitude, para que possamos seguir escrevendo a educação que sonhamos: uma educação viva, coletiva e humana.

Com esperança,

Mel Soares Maia
Licencianda em Matemática – UFSCar

Palavras-chave: Formação docente. Diversidade. Esperançar.

Referências

ANDREOLA, Balduino Antonio. Carta-prefácio a Paulo Freire. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: homenagem a Paulo Freire no ano do centenário de seu nascimento. **Cadernos de Educação**, n. 65, p. 1-14, 2021.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: experiência e reinvenção do legado de Paulo Freire. In: DICKMANN, Ivânio (org.). **Diálogo Freiriano**. - Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019, p.55-64.



GT 1- DIMENSÕES TEÓRICO-MEODOLÓGICAS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL E CRIAÇÃO ARTÍSTICA DAS CRIANÇAS PEQUENAS

Micaele Cristina Sousa Lima
micaelelima@estudante.ufscar.br ¹
Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi
lucialombardi@ufscar.br²

Resumo

A pesquisa de Mestrado, em fase inicial, tem como objetivo principal investigar como acontece a presença das artes visuais na Educação Infantil e a criação artística das crianças pequenas na pré-escola. Parte-se da questão-problema: Como proporcionar situações e experiências na pré-escola nas quais as crianças tenham possibilidade de vivenciar a arte, superando os modelos tradicionais, permitindo que explorem, criem e produzam suas expressões próprias? A partir desta indagação, surgem outras questões complementares: como se dá a formação artística de Pedagogos para que saibam planejar e executar ações pedagógicas com as artes visuais considerando as necessidades exploratórias e brincantes das crianças? Como os espaços da pré-escola podem favorecer explorações artísticas significativas para a criança? Quais são as materialidades – tanto das linguagens artísticas quanto dos elementos da natureza – que podem possibilitar experiências sensíveis, investigativas e criativas pelas crianças? E, ainda, como ocorre a curadoria educativa realizada pelos professores, compreendida em dois momentos distintos, mas articulados: quando selecionam obras e materiais para provocar encontros das crianças com a arte e quando organizam a exposição das

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos - *Campus* Sorocaba. Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar campus Sorocaba (PPGE-So). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5820742380395550>

² Doutora em Educação. Professora Associada da UFSCar *campus* Sorocaba/SP (UFSCar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6978-864X> CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5697508831302188>



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

produções das crianças no ambiente escolar? A pesquisa propõe uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico com inserção em campo. Inicialmente, está sendo realizado um levantamento bibliográfico a partir de autores das áreas da Arte, da Educação e da Pedagogia da Infância que tratam da importância da linguagem visual na formação sensível das crianças pequenas, considerando as crianças como sujeitos ativos de direitos e produtores culturais, que têm as artes na infância como linguagem e experiência estética. Na fase seguinte, está prevista uma inserção em campo com ênfase na etnografia educacional, conforme proposta por Marli André, visando à observação participante e à descrição densa de cenas pedagógicas vividas em uma creche ou pré-escola da rede pública. O foco será nas experiências com as artes visuais e nas práticas de curadoria educativa realizadas por professores da Educação Infantil. O trabalho de campo envolverá registros escritos, fotográficos e entrevistas com docentes, com a devida autorização e respeito aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos. A investigação buscará identificar como os professores selecionam obras para leitura de imagem, planejam materiais provocadores do encontro das crianças com a criação artística, como organizam os espaços para a exposição das produções infantis, respeitando os modos próprios das crianças de expressar e ler o mundo. A proposta assume uma perspectiva que valoriza a infância como tempo de experimentação e de relação estética com os contextos. Busca compreender as condições formativas no campo da Arte no curso de Pedagogia, as condições espaciais e materiais que possibilitam a presença qualificada das artes visuais no cotidiano da pré-escola, problematizando os limites das práticas que ainda operam com modelos repetitivos, padronizados, homogeneizantes, repressores do pensamento da criança e, portanto, pouco dialógicos. Ao investigar as possibilidades das didáticas da Arte na Educação Infantil, a pesquisa pretende contribuir com o campo da formação docente no trabalho pedagógico com as artes que valorize a criação artística das crianças pequenas como forma de expressão, investigação e pertencimento ao mundo.



GT 1- DIMENSÕES TEÓRICO-MEODOLÓGICAS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

VIVÊNCIAS DAS FAMÍLIAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Jefferson Roberto de Carvalho Santos
professorjeffcarvalho@gmail.com¹
Debora Dainez
ddainez@ufscar.br²

Resumo

Trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento cujo objetivo geral é investigar os sentidos, historicamente constituídos no âmbito das relações sociais, mobilizados no discurso das famílias acerca da educação escolar de seus filhos com transtorno do espectro autista. Busca-se, ainda, analisar as vivências que emergem na relação das famílias de estudantes com transtorno do espectro autista com o meio escolar. A partir dos objetivos gerais, elenca-se como objetivos específicos conhecer as expectativas e anseios dos familiares e responsáveis a respeito do processo de escolarização dos alunos com TEA, analisar como as famílias e responsáveis concebem o transtorno do espectro autista, a aprendizagem e o desenvolvimento de seus filhos; também compreender como as famílias se organizam e quais são as estratégias que utilizam para acessar o direito à educação escolar dos filhos com TEA. Como objetivo específico também busca-se examinar os desafios enfrentados e as possibilidades encontradas pelas famílias na relação com o meio escolar. Este estudo emerge no contexto em que a temática do autismo tem sido amplamente discutida no campo da educação,

¹ Mestrando em Educação pelo Ppged-So/Universidade Federal de São Carlos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4372462443132328>.

² Orientadora e Docente em Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4671868444231806>



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

relacionando a aspectos políticos, jurídicos e científicos. Tendo como base a teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, cujo principal autor é Lev Semionovich Vigotski, mobilizamos o conceito de vivência atribuída de sentido para respaldar as análises sobre como as famílias significam o processo de escolarização de seus filhos com TEA. Também nos ancoramos nos trabalhos de Mikhail Bakhtin que aborda sobre as múltiplas vozes presentes no discurso, o fenômeno da polifonia e a construção de significado em um movimento dialético e de transformação da realidade concreta. Considera-se que a referida fundamentação teórica, que se encontra alicerçada no materialismo histórico-dialético, oferece ao pesquisador caminhos de análise de modo a envolver o protagonismo das vozes das famílias da comunidade autista que vive as contradições do sistema social, de forma a discutir sobre a função social da escola. O procedimento metodológico utilizado foi a entrevista semiestruturada. No período de 2024 a 2025 foram realizadas quatro entrevistas com quatro familiares e responsáveis de crianças com transtorno do espectro autista que se encontram em transição da etapa de Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Em atendimento às especificidades de cada família, as entrevistas foram realizadas em locais selecionados pelas pessoas entrevistadas como endereços de associações, espaços de lazer e nas dependências da UfSCar Campus Sorocaba, submetendo-se aos horários mais acessíveis para cada uma das responsáveis, mantendo a janela de agendamentos entre 8h e 17h. As entrevistas tiveram em média 50 minutos e foram audiogravadas com uso de aparelho celular. Para análise, as entrevistas serão transcritas ortograficamente e, após, será realizado o processo de seleção de dados para a análise de acordo com os objetivos apresentados. Espera-se que essa pesquisa dê visibilidade aos modos como as famílias concebem o autismo e como significam o processo de escolarização de seus filhos, destacando o papel da escola na vida social.

Palavras-chave: Autismo. Discurso. Vivência.



GT 1- DIMENSÕES TEÓRICO-MEODOLÓGICAS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA COMO ATUAL POLÍTICA PÚBLICA DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ENFOQUE HISTÓRICO-CRÍTICO

Andréia Paula
andreia.paula@yahoo.com.br¹

Resumo

A alfabetização é pressuposto fundante da cidadania e indispensável para a participação democrática nos espaços sociais e políticos. A pesquisa em tela versa sobre a alfabetização, tendo como objeto de estudo o ensino da leitura e da escrita às crianças nos anos iniciais de escolarização. A problemática de pesquisa reside nos limites e possibilidades do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, como atual política pública de alfabetização no Brasil, a partir de uma análise sob o enfoque histórico-crítico. De natureza bibliográfica e documental, o referido estudo, em andamento, inicialmente propõe um breve resgate histórico e teórico da alfabetização nas escolas brasileiras, dialogando com os pressupostos das vertentes que tem disputado a hegemonia nas escolas e nos estudos acadêmicos, perpassando debates e políticas públicas sobre o tema e algumas perspectivas emergentes e contra hegemônicas. Destaca-se como característica comum dessas vertentes, o fato de estarem assentadas em pedagogias não-críticas, abordando o processo de alfabetização à margem da relação com os determinantes socioeconômicos do processo, desvinculando o ato pedagógico de aspectos políticos. A linha histórica é iniciada pela vertente tradicional, que pautou por muito tempo, nas escolas brasileiras,

¹ Mestranda em Educação -PPGED- UFSCar/Sorocaba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2007792833043046>



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

a alfabetização dos estudantes através das cartilhas e rodízio entre os métodos sintéticos, analíticos e mistos. Seguidamente, se aborda a alfabetização no ideário da pedagogia tecnicista no contexto da ditadura cívico-militar, tendência relacionada aos interesses do mercado, materializando um ensino reducionista que objetivava a técnica. Em sequência, se aborda a década de 1980, com o surgimento do construtivismo, cujas bases teóricas se ancoram nos estudos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. Posteriormente se destaca a proposta do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita inserida na abordagem do letramento apresentada pela professora Magda Soares. Subsequentemente se abordam os fundamentos do interacionismo linguístico ou interacionismo discursivo que ganharam destaque a partir de meados dos anos de 1980 no Brasil. Em seção posterior, tencionando descrever o enfoque histórico-crítico se reflete sobre a aquisição da linguagem a partir da vertente teórica de Vigotski que, ancoradas na tese marxista da herança social, visão fundamentada no materialismo histórico-dialético, enaltece a experiência social humana e sua condicionalidade no desenvolvimento dos sujeitos. Se busca descrever também as formulações da Pedagogia Histórico-Crítica que define a aquisição de saberes relevantes e significativos, construídos historicamente pela humanidade, de fundamental importância, sobretudo para a classe trabalhadora, contribuindo para o fim de seu subjugo à classe dominante, o que caracteriza a alfabetização como o primeiro e mais importante passo dentro desse contexto. Estes fundamentos teóricos serão a base para a análise do enfoque dado à alfabetização nas recentes políticas públicas instituídas pelo governo federal nos últimos anos, tais como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na Política Nacional de Alfabetização (PNA) e, sobretudo, no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

Palavras-chave: Alfabetização. Psicologia Histórico-Cultural. Pedagogia Histórico-Crítica



GT 1- DIMENSÕES TEÓRICO-MEODOLÓGICAS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Perspectivas éticas na pesquisa com crianças desde bebês: caminhos e contribuições

Elaine Maria da Silva¹
Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba
elainesilva@estudante.ufscar.br¹

Maria Walburga dos Santos²
Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba
walburgaufscar@gmail.com²

Resumo

Este resumo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que tem como foco as perspectivas éticas na pesquisa com crianças desde bebês, no contexto da educação infantil. Baseada os estudos da sociologia da infância (Corsaro, 2011; Coutinho; 2010; Guimarães; 2011), que reconheces as crianças desde bebês como sujeito sociais, ativos e produtores de culturas. Neste cenário, tonar-se um processo de investigação as implicações éticas do fazer científico na educação infantil, sobretudo o papel do pesquisador(a) na entrada em campo. Objetivo é observar como pesquisadores da área da educação infantil compreendem as dimensões éticas e investigativas com crianças desde bebês. Pretende-se, ainda, observar como as

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-So). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3701708059453954>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1290-3808>.

² Docente associada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-So). Doutora e Mestra Educação do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pelo Centre de Recherche Interuniversitaire Expérience Ressources Culturelles Éducation” (EXPERICE), de l’Université Sorbonne Paris Nord (Paris XIII), França. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2954227254025696>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9304-5800>.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

crianças desde bebês expressam seus assentimentos e como o pesquisador considera as autorias infantis, as diferentes escutas e à construção de instrumentos éticos que respeitem a singularidade das infâncias. Partindo de uma metodologia de natureza qualitativa, com base no estudo de caso, essa pesquisa inclui uma observação descritiva do campo, entrevista, registros fotográficos e o levantamento de produções acadêmicas que abordam ética, infâncias e pesquisa. Ao compreender o assentimento como processo dinâmico, relacional e situado, esta pesquisa prevê que as práticas investigativas em diferentes campos do conhecimento podem incorporar a ética não como etapa protocolar, mas como princípio estruturante, indissociável e comprometido com os direitos das crianças desde bebês.

Palavras-chave: Educação Infantil. Crianças desde Bebês. Ética da Pesquisa.



GT 02 - Formação de Educadores e Pesquisa em Educação a serviço da vida

DIÁLOGOS DOCENTES NO INTERIOR PAULISTA (SP): VINTE ANOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ANTIRRACISTAS

Elisa Amanda Santos do Amaral

¹amaral.elisa3@gmail.com

Resumo

Este trabalho é parte de pesquisa de doutorado em desenvolvimento, que possui como objetivo investigar, após os vinte anos da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana - DCNERER -, sua implementação - ou não - nos municípios da Sub-região 3 da região metropolitana de Sorocaba, a saber: Sorocaba, Salto de Pirapora, Pilar do Sul, Piedade, Iperó, Araçoiaba da Serra, Tapiraí, Votorantim e São Miguel Arcanjo. Considerando o complexo cenário em que se deu a aprovação das referidas diretrizes, que, como descreve Monteiro (2010), é marcado pelos esforços dos movimentos negros nas articulações contra o racismo e a discriminação racial em todo o âmbito social, mesmo após a aprovação da medular Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e torna obrigatório o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino, assim como a Lei nº

¹ Doutoranda em Educação - UFSCar Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

11.645/2008 que inclui também as temáticas indígenas, fica evidente que apesar dos avanços alcançados através da legislação, sua devida implementação é marcada por desafios diversos, posto que, como afirma Cardoso (2016), o papel exercido pelos órgãos gestores, professores e comunidade escolar, possibilitará ou não a sua devida concretização. Neste sentido, o Plano Nacional de Implementação das DCNERER, aprovado em 2009, delimita as atribuições de cada um dos atores envolvidos, incluindo os governos municipais, nosso principal interesse. Entre as atribuições específicas, cabe ao governo municipal promover formação dos quadros funcionais do sistema educacional, de forma sistêmica e regular envolvendo atores diversos que possuam conhecimento sobre a temática, desta forma, a pesquisa busca ainda, para além da análise da legislação nacional e municipal referente à temática e do referencial teórico, o diálogo com professoras(es) das redes municipais, refletindo sobre as condições de implementação das DCNERER e os seus desdobramentos. A proposta de pesquisa possui, portanto, cunho qualitativo; nosso percurso metodológico prevê também a análise bibliográfica, a partir do referencial teórico que fundamentará a pesquisa, assim como da análise documental. Tendo em vista o propósito de dialogar com professoras(es) das redes municipais visando compreender os processos - ou sua ausência - de implementação das DCNERER, adotaremos enquanto ferramenta metodológica a aplicação de questionários e a realização de entrevistas semi-estruturadas, combinando perguntas fechadas e abertas, com o intuito de ampliar as possibilidades e trocas diante de possíveis desafios a serem superados. A análise dos dados se dará à luz da análise documental e do referencial teórico de modo a responder a pergunta de pesquisa e seus objetivos. Em suma, este trabalho visa contribuir com o corpo de estudos do campo da educação das relações étnico-raciais, da educação antirracista e da formação de professores, pautada no compromisso da construção de novos marcos civilizatórios e o combate aos sistemas de opressão (hooks, 2021).

Palavras-chave: Educação para as relações étnico-raciais. Educação antirracista. Formação de professores.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

DIÁLOGOS QUE CRUZAM FRONTEIRAS: ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO

João Batista dos Santos Junior¹
joabatsufscar@gmail.com
Cristiana Brasilio Leite²
cristianabrasilio@estudante.ufscar.br

Resumo

Este resumo apresenta uma pesquisa colaborativa desenvolvida entre docentes da educação básica e pesquisadores vinculados à universidade pública, com foco no aprimoramento da alfabetização científica nas séries iniciais. A experiência se deu por meio de um grupo colaborativo fronteiriço, que promoveu encontros formativos quinzenais durante um ano e meio, possibilitando o fortalecimento das práticas pedagógicas e o estímulo à participação ativa das professoras envolvidas. A proposta baseou-se na valorização dos saberes docentes, na partilha de experiências e no exercício da escuta, tendo como objetivo o desenvolvimento profissional e a construção de estratégias inovadoras para o ensino de Ciências. A metodologia adotada teve caráter qualitativo, com registros de reuniões, narrativas docentes e observações de atividades práticas em sala de aula. Como resultado, observou-se o engajamento das participantes, que passaram a refletir criticamente sobre suas práticas e a buscar formação continuada, sendo que três delas ingressaram na pós-graduação stricto sensu. A articulação entre universidade e escola, nesse contexto, representa um importante instrumento de justiça formativa e democratização do acesso à pesquisa. A experiência dialoga com os estudos de Fontoura, Pereira e Figueira (2020), que destacam a importância da alfabetização científica na formação de professores de

¹ Doutor – UFSCAR Campus Sorocaba

² Doutoranda UFSCAR Campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Ciências, e de Moraes e Saraiva (2023), que analisam a alfabetização científica na formação de professores de Ciências e Biologia no contexto do ensino remoto. Além disso, a proposta se alinha às reflexões de Cedro et al. (2024), que discutem a justiça social e a coletividade na formação de professores que ensinam matemática, enfatizando a necessidade de práticas colaborativas e dialógicas no processo formativo. Conclui-se que ações colaborativas, estruturadas com base no diálogo e na diversidade de saberes, contribuem para a garantia do direito à formação docente, promovendo equidade e valorização profissional.

Palavras-chave: Cooperação fronteiriça. Alfabetização científica. Formação docente.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE SOROCABA

Elizabeth dos Santos¹

Ferreirabeth_sants@yahoo.com.br

Resumo

A presente pesquisa em andamento tem como objetivo compreender os processos que envolvem a formação continuada de professores, a partir da modalidade de formação continuada em serviço, sendo denominada na rede de ensino municipal de Sorocaba por Reunião de Avaliação Ensino-Aprendizagem - RAEA. Essas reuniões de formação ocorrem em todas as unidades de ensino, e focam na equipe pedagógica (professores, estagiários, auxiliares de educação), e com pauta organizada pela gestão escolar (diretores, vice-diretores e orientadores pedagógicos). Caberá a pesquisa buscar respostas sobre as possíveis estratégias que determinadas escolas se baseiam para definir os critérios utilizados na definição do tema, e quais os instrumentos necessários para a realização da formação. As reuniões ocorrem em dias letivos, assegurando-se meio período de aula regular e meio período de formação. Esses momentos formativos em serviço são definidos em Calendário Escolar, ocorrendo uma vez em cada bimestre. A pesquisa pretende se fundamentar na abordagem quanti qualitativa a fim de analisar sua possível contribuição para a melhoria da qualidade de ensino na educação básica municipal. Referente às metodologias, partiremos das pesquisas bibliográfica e documental, na qual serão analisadas obras de diversos autores como Gatti e André, que pesquisaram a formação docente no Brasil. Assim como Imbernón que possui

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Educação- UFSCar campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

obras sobre a formação continuada de professores e a formação docente profissional. Além disso, Barbosa que trata da multirreferencialidade nas pesquisas em educação. E as legislações referentes ao tema como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, sendo devidamente citados e referenciados. Na parte documental, buscaremos observar documentações pedagógicas como relatórios, pautas e atas desses encontros formativos. A perspectiva é que tais documentos são fundamentais para a pesquisa e uma fonte muito rica de informações sobre tal tipo de formação continuada. Pretende-se utilizar a metodologia de entrevista, dividida em duas situações, uma com a gestão escolar acerca das impressões sobre o planejamento realizado e as percepções após a formação e outra a ser realizada com a equipe pedagógica quanto às expectativas criadas e potenciais contribuições para a atuação profissional dos(as) professores(as), bem como se conseqüentemente pode vir a resultar na melhoria da qualidade do ensino. Consideramos que essa pesquisa possibilitará tecer reflexões significativas entre a formação continuada de professores e o trabalho docente no município de Sorocaba.

Palavras-chave: Formação. Continuada. Educação.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

COMUNICAÇÃO PEDAGÓGICA: A DESFOLCLORIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA ANTIRRACISTA

Adilene Cavalheiro¹

adilenecavalheiro@estudante.ufscar.br

Rosa Aparecida Pinheiro

rosapinheiro@ufscar.br²

Resumo

A análise da relação entre comunicação pedagógica e desfolclorização do currículo na Educação Básica brasileira evidencia a necessidade de superar estereótipos e silenciamentos que historicamente marcam as representações das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nos espaços escolares. A fundamentação teórica mobiliza autores como Sodré, na problematização da ambiguidade da comunicação moldada pela herança escravocrata; Gonzalez, que denuncia o tratamento folclorizado dispensado às culturas negras e indígenas nos discursos oficiais; Bernstein, no desvelamento do funcionamento do discurso pedagógico a partir da articulação entre os discursos instrucional e regulativo; Santomé, ao propor o conceito de currículo turístico; e Lopes e Macedo, que compreendem o currículo como território simbólico de disputas culturais. Essa discussão ancora-se nos estudos desenvolvidos a partir da pesquisa de Mestrado em Educação (2022), de delineamento qualitativo, cujo recorte investigativo se deu no território escolar da segunda etapa do Ensino Fundamental, em duas instituições da rede pública municipal de Sorocaba-SP, ambas atendendo do 1º

¹ Doutoranda e Mestre em Educação - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – campus Sorocaba | SP. Professora orientadora pedagógica da rede pública municipal de ensino.

² Pós-doutora, Professora e coordenadora de Núcleo do PIBID-UFSCar Campus Sorocaba



ao 9º ano e participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Ao analisarmos como as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do ensino fundamental na rede municipal de Sorocaba podem confluir com a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) emancipatória, a partir da percepção dos(as) professores(as), por meio de entrevistas narrativas, foi revelado que o deslocamento do conhecimento eurocentrado, operado intencionalmente em favor da ERER, promove um exercício de desfolclorização ao integrar, de forma crítica e historicamente situada, a produção estética e cultural africana e afro-brasileira aos conteúdos curriculares. Em vez de tratá-las como curiosidades exóticas ou manifestações periféricas, essas expressões passam a ser reconhecidas como referências legítimas e estruturantes do processo de ensino e aprendizagem. Constatamos que esse movimento, ao mesmo tempo em que transforma a comunicação pedagógica em favor de uma prática formativa ética, insurgente e situada, potencializa uma formação continuada - intencional e enraizada - no contexto e na pluralidade dos sujeitos escolares. A desfolclorização, mais do que um gesto de inclusão simbólica, constitui um movimento ético-político de reconfiguração das práticas pedagógicas e da própria estrutura curricular, consolidando-se como condição indispensável à construção de uma escola antirracista, plural e radicalmente comprometida com a vida, com a justiça social e com o reconhecimento das epistemologias historicamente subalternizadas.

Palavras-chave: currículo. comunicação pedagógica. desfolclorização.

Referências

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, código e controle.** Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Vozes, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **Festas Populares no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2024.

LOPES, Alice C; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, 2020. p 155-172.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS VIVÊNCIAS DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 3º ANO)

Sheila Garbulha Tunuchi de Campos¹
sheilatunuchi@estudante.ufscar.br

Rosa Aparecida Pinheiro²
rosapinheiro@ufscar.br

Resumo

Essa pesquisa, em andamento, foi desenhada com o olhar para a formação continuada de professores, atuantes ou que já atuaram na educação básica do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental, com alunos da Educação Especial. Justifica-se, portanto, a partir das experiências da pesquisadora, sendo essas acumuladas no exercício de trabalho na área educacional, como professora da educação infantil, ensino fundamental e, atualmente, professora em exercício como especialista em deficiência intelectual em escola pública. A fundamentação teórica que sustentará a pesquisa, tem como base os estudos da Teoria Histórico-cultural e as contribuições de Vigotski (Tunes, 2021), além de autores como Nóvoa (1989), Freitas (2012), Michels (2017) e Marchesi (2004), dentre outros que dialogam com a pesquisa. Para o desenvolvimento, o percurso metodológico, incluirá análise qualitativa-quantitativa com referência em Minayo e Sanches (1993), com o questionário para

¹ Doutoranda e Mestra em Educação – UFSCar.

² Doutora em Educação e Docente PPGEd – UFSCar



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

levantamento de informações gerais dos participantes e a entrevista narrativa como referência de Jovchelovitch & Bauer (2002). Com base, nesses procedimentos, a constituição dos dados responderá às seguintes questões: A formação continuada em Educação Especial contribui para a superação de desafios, por parte de professores do Ensino Fundamental I (1º ao 3º ano)? Quais as principais vivências significativas relatadas, em relação à inclusão de alunos da Educação Especial e como essas são ressignificadas? A partir das análises, espera-se compreender como se dá a formação continuada em Educação Especial e como esta subsidia a via da ação pedagógica junto ao aluno, considerando suas vivências significativas. Nessa perspectiva, espera-se ter como contribuição para o campo de formação: entender quais os desafios relatados pelos professores ao terem em suas salas de aula alunos da Educação Especial; identificar quais os principais conteúdos da formação continuada que os professores consideram mais relevantes em relação à atuação em sala de aula com alunos da Educação Especial; investigar como está configurada a formação continuada apresentada pelos participantes da pesquisa; analisar quais vivências significativas os participantes da pesquisa consideram relevantes, observando a formação continuada e sua atuação com alunos da Educação Especial. Após a primeira etapa, o processo de recrutamento de voluntários resultou em 20 professoras que demonstraram interesse em participar. Pela análise dos critérios de elegibilidade, uma participante foi excluída por atuar em Barueri, região que se encontra fora da área de abrangência da pesquisa. Consequentemente, a amostra final para análise das respostas do questionário consistiu em 19 professoras atuantes na Região Metropolitana de Sorocaba. Para fins de análise do questionário, há 11 participantes que atuam no município de Sorocaba e 8 no município de Porto Feliz. Os dados encontram-se em processo de análise, entretanto, como conclusão, a pesquisa pretende agregar conhecimento para a área da formação de professores, apresentando reflexões que contribuam para o fortalecimento de estudos voltados para as vivências, considerando o contexto escolar e a Educação Especial.



Palavras-chave: Formação Continuada. Educação Especial. Vivências.

Referências

FREITAS, H. C. L. **Formação inicial e continuada: a prioridade ainda postergada. Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros.** Belo Horizonte: Fino Traço (2012): 91-129
OVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. **A entrevista narrativa.** In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 90-113.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.

MARCHESI, A. **Da Linguagem às Escolas Inclusivas.** Coll. C. Marchesi, A; Palácios, J. & Colaboradores In Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos de desenvolvimento e necessidade educativas especiais. Tradução Fátima Murad, 2ª Edição. Volume 3, Ed. Artmed, São Paulo, 2004.

MARCHESI, A. **Prática das Escolas Inclusivas.** Coll. C. Marchesi In Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos de desenvolvimento e necessidade educativas especiais. Tradução Fátima Murad, 2ª Edição. Volume 3, Ed. Artmed, São Paulo, 2004.

MICHELS, M. H. **A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão.** Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.

MINAYO, M. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

NÓVOA, A. **Os Professores e sua formação.** Lisboa: Artes Gráficas, 1992b.

TUNES, E. **A defectologia de Lev Semionovitch Vigotski, fio condutor da teoria histórico-cultural.** In: Lev Semionovitch Vigotski. Problemas da Defectologia, v. 1. Tradução Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

FORMAÇÃO CONTINUADA EM HTPC: REALIDADE E POTENCIAL DESTE CONTEXTO

Rayane Medrado de Souza Biasi¹
rayanebiasi@estudante.ufscar.br

Rosa Aparecida Pinheiro²
⁸rosapinheiro@ufscar.br

Resumo

Esta pesquisa, em andamento, está vinculada à linha de pesquisa “Formação de Educadores, Cotidianos e Práticas Educativas”, e tem como objetivo investigar a Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), como espaço de formação continuada de professores, considerando a sua realidade e potencial formativo nas escolas públicas municipais de Sorocaba (SP). Parte-se da compreensão de que a formação continuada, deve estar diretamente relacionada ao contexto escolar, sendo construída de forma coletiva e reflexiva. O estudo fundamenta-se em autores que defendem uma formação docente ancorada na prática, no desenvolvimento profissional e na valorização dos saberes da experiência (Nóvoa, 1992; Schon, 1997). Nessa perspectiva, compreende-se que os momentos de HTPC têm o potencial de se configurar como espaços formativos, favorecendo a reflexão sobre a prática e a troca de experiências entre os docentes. A partir dos estudos históricos realizados por (MENDES, 2008), constatou-se que a origem e a essência da HTPC, emergem de mobilizações políticas por parte dos professores (as), em busca da melhor qualidade

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus Sorocaba.

² Professora, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus Sorocaba



da educação pública. Foi a conquista de um espaço de formação, dentro da carga horária estabelecida, que teve início no governo de André Franco Montoro (1983-1988), no Estado de São Paulo, mas somente em 1997 a Hora de Trabalho Pedagógico tornou-se direito garantido a todos os professores (as), com o Plano de Carreira dos Professores Estaduais, e em 1998 ganhou uma nova nomenclatura: HTPC, (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo), com o objetivo principal de garantir momentos coletivos de formação entre os professores. Neste sentido, a compreensão, a partir das experiências dos professores em HTPC, contribui para a percepção desse espaço como sendo formativo e que atende às necessidades formativas dos professores em relação às suas práticas pedagógicas? Para entender esse contexto, o estudo busca compreender como esses encontros são organizados, vivenciados e percebidos pelos professores. Para a consecução dessa pesquisa, fundada no método quali-quantitativo, a análise aprofundada da realidade de duas escolas de Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Sorocaba, selecionadas com base em critérios de proximidade geográfica e similaridade no porte, serão realizados três procedimentos. Esses procedimentos que se articulam em: observação não-participante, questionários e entrevistas narrativas, pois “a combinação de métodos qualitativos e quantitativos permite uma compreensão mais robusta dos fenômenos sociais” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008, p. 25). Espera-se, com esta pesquisa, contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre a formação continuada de professores no contexto escolar, revelar o possível esvaziamento de significado reflexivo e formativo da HTPC, e resgatar o sentido político deste momento na formação dos professores.

Palavras-chave: Formação Continuada. HTPC. Prática Docente.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

ORIENTADOR PEDAGÓGICO INICIANTE: INSERÇÃO PROFISSIONAL E SABERES NECESSÁRIOS À ATUAÇÃO

Daniela de Ávila Pereira Lourenço¹
danielaavila.sedu@gmail.com

Renata Prenstteter Gama²
rpgama@ufscar.br

Resumo

O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de inserção profissional e os saberes necessários à atuação do orientador pedagógico em início de carreira. Para isso, realizamos a Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) “Orientador pedagógico iniciante – desafios, possibilidades e saberes necessários à atuação”, por meio de parceria entre a universidade Federal de São Carlos/Sorocaba e a Prefeitura de Sorocaba. Utilizamos o aporte teórico sobre o orientador pedagógico (ALMEIDA, 2006; PLACCO; ALMEIDA; SOUZA, 2011; 2012; 2015; PLACCO, 2014), e o início de carreira (HUBERMAN, 1989; MARCELO GARCIA, 2009, 2010). Esta pesquisa-formação foi direcionada aos orientadores pedagógicos em início de carreira, e atendeu profissionais das prefeituras de Cabreúva, Sorocaba e Votorantim. A pesquisa é qualitativa do tipo interpretativa e os dados foram construídos a partir da seleção de escritos narrativos dos orientadores pedagógicos, da interação e comunicação nos encontros da ACIEPE, e da legislação que normatiza a orientação pedagógica nas três prefeituras. Optamos pela triangulação de dados para analisar e interpretar os dados construídos na

¹ Doutoranda em Educação. Universidade Federal de São Carlos/Sorocaba

² Doutora em Educação. Docente na Universidade Federal de São Carlos/Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

complexidade, profundidade e diversidade que se apresentaram. As análises foram realizadas em dois capítulos: inserção profissional e saberes necessários à atuação. Para cada capítulo analítico, realizamos o seguinte movimento: os escritos narrativos foram analisados individualmente e, em seguida, realizamos o entrecruzamento das informações para encontrarmos as categorias de análise; a legislação que normatiza a orientação pedagógica nas três prefeituras foi analisada por meio de análise documental, considerando os estudos de Cellard (2008), e, ao final, realizamos o entrecruzamento das informações entre as três legislações analisadas para encontrarmos informações que impactavam diretamente no processo de inserção profissional e na construção dos saberes necessários à atuação; a interação e comunicação durante os encontros da ACIEPE foram analisadas por meio de episódios temáticos, adaptados de Moura (1992), e, ao final de cada episódio temático, discorremos sobre os conhecimentos e experiências que os profissionais nos indicavam sobre o processo de inserção profissional, e os saberes que possibilitam a atuação do orientador pedagógico em início de carreira. O fechamento de cada capítulo analítico traz os resultados encontrados a partir do entrecruzamento dos resultados parciais da análise realizada com cada um dos instrumentos selecionados. Os resultados da pesquisa evidenciam que o tipo de vínculo trabalhista, o desconhecimento da função e a falta de formação específica que atenda às características do início de carreira e da especificidade da orientação pedagógica são fatores que interferem na inserção profissional e na atuação do orientador pedagógico em início de carreira. Para superar os desafios enfrentados, o orientador pedagógico iniciante mobiliza saberes experienciais nas dimensões interpessoal, política, técnica e científica, do fazer docente, da experiência e do saber de si. Constatou-se a relevância de implementação de programas de inserção profissional e formação específica para a atuação na orientação pedagógica.

Palavras-chave: Orientador pedagógico. Inserção profissional. Formação de professores.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

ENCONTROS, SABERES E FAZERES COM CRIANÇAS DESDE BEBÊS EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Shirley Maria de Oliveira¹
xuoliveiras@gmail.com

Maria Walburga dos Santos²
walburgaufscar@gmail.com²

Resumo

Temos observado uma considerável ampliação no número de crianças desde bebês (de 0 a 3 anos e 11 meses de idade) matriculadas nos Centros de Educação Infantil que permanecem nas Unidades Educacionais em tempo integral de 10 horas diárias, intensificando o processo de institucionalização da primeira infância. Considerando esta realidade atual, esta pesquisa em andamento visa lançar um olhar investigativo aos processos educativos vividos por crianças desde bebês no cotidiano de um Centro de Educação Infantil da cidade de São Paulo, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, publicamente reconhecido pelo trabalho que realiza na garantia dos direitos infantis. Tem como principal objetivo identificar a relação entre os processos educativos vividos em uma instituição de educação infantil pública, analisando as possibilidades de vivência da infância em situação de institucionalização, a partir da observação do contexto educacional. Visa ainda identificar aspectos da proposta educativa e ações cotidianas que favoreçam a atuação, autoria e autonomia dos bebês nos seus percursos criativos, buscando reconhecer na proposta pedagógica as

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação pela UFSCAR Sorocaba. Pedagoga e psicopedagoga pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC – SP

² Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, FEUSP docente na Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

experiências vivenciadas no cotidiano, a ambientação dos espaços e organização dos tempos, as materialidades oferecidas, os sentidos que conferem ao brincar no currículo, a dimensão da natureza como território de experiências, analisando a maneira como crianças desde bebês vivem suas subjetividades em contextos de vida coletiva. A pesquisa surge a partir de algumas questões que sempre acompanharam a pesquisadora na sua atuação profissional por mais de 35 anos na Educação Infantil Pública e na sua militância pela garantia dos direitos de crianças desde bebês: Os espaços institucionais podem ser possibilidades de vivência da infância, legitimando e garantindo os direitos das crianças desde bebês? São espaços de encontros, interações, criação e construção das culturas infantis, acolhendo e potencializando sua natureza criativa e imaginativa? Organizam seus espaços, tempos e vivências cotidianas considerando a natureza dos bebês, alterando sua estrutura institucional a partir da escuta de suas vozes? Consideram o potencial pedagógico e educativo dos momentos de cuidado? Favorecem processos formativos na/para constituição da identidade docente na primeiríssima infância? Privilegiam os espaços naturais e o brincar livre como possibilidades de vivência da infância em condição institucionalizada? Trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem participativa pois se constitui como um estudo com bebês e crianças e sobre bebês e crianças, em um contexto de vida, de interações e descobertas em condições reais. A metodologia é qualitativa em que os dados serão construídos por meio de um processo de inserção na realidade com observação ativa e participante, tendo como recursos a produção de imagens fotográficas, registros escritos em diário de campo, produção de vídeos, dentre outros materiais, buscando uma aproximação com as expressividades, narrativas e perspectivas das crianças. Também será utilizado processos de escuta e diálogo com os profissionais da instituição, especialmente a equipe gestora (Diretor e Coordenador Pedagógico), professores, por meio de entrevistas. Terá como base teórica os estudos da Infância, notadamente a Sociologia da Infância, propondo-se como uma investigação com crianças em diálogos com os processos educativos por meio de um estudo de caso etnográfico a partir do trabalho realizado pela instituição lócus da pesquisa. Como considerações parciais é possível antever que os bebês procuram a investigadora num processo ético para compartilhar suas experiências cotidianas, que passam pela diversidade, subjetividade e diferença que podem auxiliar na composição do trabalho pedagógico com as crianças pequenas. No processo de inserção no campo podemos observar que os bebês vão anunciando com seus gestos, linguagens e corporalidade, que se revelam no seu “saber fazer” e saber comunicar, processos que podem sustentar a prática pedagógica nas instituições dedicadas a educação com crianças desde bebês. Trata-se, portanto, de reconhecer



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

condições educacionais institucionais que respeitam, consideram e escutam as manifestações infantis, acolhendo as infâncias nas suas diversidades, diferenças, subjetividades e potencialidades, apresentando novos modos de exercer a docência e de construir a educação com as crianças pequenas. O cotidiano tem nos revelado ainda a potência dos espaços, tempos e interações como possibilidades de garantir o direito do brincar livre e da natureza como lugar privilegiado de vivência da infância. Os bebês, nos seus modos de agir, revelam uma força inaugural de vida enquanto uma existência imprevisível, transgressora, inusitada que pede outros modos de ser professor e nos inspira a pensar a escola como lócus de criação da diferença, como campo filosófico que se abre para infinitas possibilidades de saber, pensar, ser, com espaço e possibilidade de conhecer de maneira diferente do que já se conhece. A pedagogia, enquanto método de ensino que se apoia em pressupostos determinantes e propostas curriculares prontas e fechadas, que vem determinando os processos educacionais, não se adequam aos bebês. Para estes a instituição educativa é um tempo e lugar de convívio, de encontros, onde se tecem as relações de confiança e afeto. Um tempo espaço de liberdade, onde as bases educacionais se estabelecem nas relações humanas. A educação com crianças desde bebês nas creches e pré-escolas pedem um modelo educacional emancipatório, que acolha os ritmos dos bebês e crianças e seus modos plurais de perceber e conhecer o mundo. A maneira como crianças desde bebês resistem e negam-se a ocupar um lugar de aluno nos inspira a pensar uma educação que rompe com a pedagogia centrada no adulto e aponta para uma perspectiva pedagógica que acolha os bem pequenos na sua inteireza, com abertura e disponibilidade para partilhar de um tempo de vida. Portanto, a presença das crianças desde bebês em espaços educativos institucionalizados nos indica outros modos de ser, estar, existir juntos, um modo de ser professor que rompe com a centralidade adulta e dialoga com o modo poético como vivem os bebês, onde a vida é como um estado de arte, onde cada um pode criar e tecer a sua própria existência.

Palavras-chave: Cotidiano Educativo. Poéticas da Infância. Docência com Crianças desde Bebês.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E AS RELAÇÕES ESCOLARES-CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

Francine Bastos Cacace Alvares Ferreira¹
francinebcaf87@ufscar.br

Resumo

Quando se fala em educação, é comum que os debates estejam centrados na relação professor e aluno, nos processos de ensino e aprendizagem. Pelas dificuldades encontradas nessas relações e nessas intervenções, encontramos na Psicanálise, uma alternativa capaz de auxiliar o Coordenador Pedagógico dentro do contexto escolar. Esse trabalho se ancora na abordagem dos Estudos nos/dos/com os cotidianos, que reconhecem o cotidiano como espaço de produção de saberes, práticas e significados. A pesquisa bibliográfica inicial, realizada na BDTD, buscou mapear trabalhos que articulassem os temas "Coordenação Pedagógica" e "Psicanálise". Esse mapeamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando as palavras-chave "Coordenação Pedagógica" e "Psicanálise", nos trouxe os seguintes resultados: dos 105 trabalhos encontrados, 5 abordavam a identidade de gênero, 13 a inclusão escolar, 13 a educação infantil, 14 as práticas pedagógicas e formação continuada, mas nenhum se debruçava diretamente sobre a atuação do Coordenador Pedagógico em diálogo com a Psicanálise. Refinando a busca para "Coordenador Pedagógico e Psicanálise", encontramos apenas 28 trabalhos, dos quais 3 se referiam a educação infantil e 4 a inclusão. Os demais trabalhos eram repetições dos já encontrados na pesquisa

¹ Mestranda em Educação - UFSCar Campus Sorocaba



anterior. Mesmo quando buscamos na BDTD usando como palavras-chave “Coordenador Pedagógico”, encontramos 4.480 trabalhos, sendo que apenas 266 deles foram publicados entre os anos de 2024 e 2025. A partir da análise dos resultados, propõe-se agora uma investigação qualitativa, com foco na análise documental e na escuta de sujeitos — coordenadores pedagógicos em exercício — para compreender como constroem seus fazeres, seus saberes e suas estratégias no enfrentamento das demandas da escola e mais, compreender como a escuta subjetiva, com base em alguns conceitos psicanalíticos, pode influenciar na tomada de decisões pelo Coordenador Pedagógico; analisar a partir do referencial dos Estudos nos/dos/com os cotidianos e da Psicanálise, os sentidos, as tensões e os desafios que atravessam esse fazer; contribuir para a ampliação do debate sobre a formação e atuação dos profissionais da educação, considerando os saberes produzidos no cotidiano escolar. Com base nos Estudos nos/dos/com os cotidianos, entendemos que é fundamental deslocar o olhar da pesquisa para dentro da escola viva, compreendendo o Coordenador Pedagógico como sujeito formador, mediador de saberes, articulador de práticas e protagonista na construção dos processos formativos que se dão no movimento real da escola. Sua atuação não se reduz a tarefas burocráticas, mas se constrói no enfrentamento dos desafios do cotidiano escolar, nas tomadas de decisão, na escuta, na mediação de conflitos e na articulação dos processos educativos, aspectos que ainda carecem de maior visibilidade na pesquisa educacional. Dentro dessa perspectiva, propomos a ampliação dessas pesquisas que possam corroborar com a formação do Coordenador Pedagógico e auxiliar suas práticas na escola.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico. Psicanálise. Formação.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

**PERCEPÇÃO DE CIÊNCIA A PARTIR DE QUESTÕES
SOCIOCIENTÍFICAS: UM ESTUDO COM FUTUROS PROFESSORES
NO BRASIL E NA ESPANHA**

Carla Leitão da Silva¹
carlaleitaobio@gmail.com

Maria José Fontana Gebara²
¹³maria.gebara@ufscar.br

Resumo

A Percepção Pública da Ciência é um campo de investigação em expansão nas últimas décadas, tanto no Brasil, como no mundo. Isso se deve à importância do mapeamento do que a população em geral entende sobre os malefícios e benefícios que o conhecimento científico pode acarretar para suas vidas. Dessa forma, conhecer a percepção sobre a ciência e, particularmente, sobre questões sociocientíficas controversas, como a vacina, por exemplo, manifestada por professores em formação inicial é de extrema relevância. Isso porque, a forma como os professores percebem a ciência influencia diretamente na forma como o conhecimento científico é ensinado nas escolas não apenas no Brasil, mas em diferentes países. Logo, o objetivo dessa proposta de pesquisa é verificar a influência de diferentes modelos de formação sobre a percepção de Ciência e de questões sociocientíficas controversas manifestada por futuros professores dos cursos de Biologia, Química e Física do Brasil e da Espanha. Para atingir tal objetivo, será realizada um estudo comparado, de natureza qualitativa,

¹ Doutoranda em Educação e Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* Sorocaba

² Doutora em Ciências (Unicamp) e professora associada do Departamento de Física, Química e Matemática – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

entre estudantes de universidades do Brasil e da Espanha, cujos dados serão coletados por meio de questionários e grupos focais. Espera-se que os resultados possam aprofundar a compreensão sobre o tema e com a educação científica, a partir da internacionalização da pesquisa brasileira.

Palavras-chave: Formação de professores. Ensino de Ciências. Vacina.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

CARTAS PEDAGÓGICAS COMO POSSIBILIDADE HEURÍSTICA: POR UMA (TRANS)FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Antônio Cícero de Andrade Pereira¹
antoniocicero@frn.uespi.br

Monisa Maciel Pasqualini da Silva²
projeto.leitura@gmail.com

Resumo

Há vinte e cinco anos, foi publicado o livro póstumo de Paulo Freire (2021), “Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos”, organizado por Ana Maria “Nita” Araújo Freire, sendo neste a primeira vez em que o termo “Cartas Pedagógicas” (Camini, 2012; 2022; Freitas, 2020) foi explicitado em sua vasta obra. Desde então, diversos autores que carregam seu legado ousaram reinventá-las (Dickmann, 2021), despertando o potencial das Cartas Pedagógicas freirianas como possibilidade heurística. Dito isto, anunciamos como objetivo inventariar as Cartas Pedagógicas publicizadas pelos autores do presente trabalho, uma professora e um professor, ambos em (trans)formação permanente (Moita, 2014) no contexto da Pós-Graduação em Educação, que também se reconhecem como pesquisador(a)-autor(a)-cidadã(o) (Brito, 2023). No que tange às nossas escolhas metodológicas, optamos pela abordagem narrativa (auto)biográfica de perspectiva lusofrancófona (Josso, 2004; Nóvoa; Finger, 2014; Passeggi, 2010; Souza, 2006) aliada à análise compreensiva-

¹ Estudante regular de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, no *Campus Sorocaba* da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEd-So/UFSCar) – Professor-formador de professores da UESPI e educador antirracista.

² Estudante regular de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, no *Campus Sorocaba* da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEd-So/UFSCar) – Autora de livros infantis, contadora de histórias e professora alfabetizadora.



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

interpretativa (Souza, 2014) de Cartas Pedagógicas publicizadas por nós, seus autores, no ano de 2023, enquanto possibilidade heurística de quem produz conhecimentos através da escrita de si. Iniciamos a socialização das contribuições inventariando três Cartas Pedagógicas submetidas ao XXIV Fórum de Estudos – Leituras de Paulo Freire, sendo a primeira delas produzida pela professora/pesquisadora-autora-cidadã, intitulada “Reflexões do livro Para a Infância e sua acessibilidade no ambiente escolar”. Nesta, sua destinatária é uma educadora, de nome Camila, que também é envolvida pelos projetos literários voltados às crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a professora tem muita seriedade e respeito com a infância e a literatura que oferta aos estudantes tem uma criteriosa curadoria qualitativa e diversa de autores, ilustradores, gêneros textuais, livro-imagem até mesmo a materialidade do objeto livro passa por análise antes de chegar as crianças. Outras duas Cartas Pedagógicas foram escritas pelo professor/pesquisador-autor-cidadão em regime de colaboração, de títulos “Para além de ferramenta analítica: nossa parceria começou ao falarmos sobre interseccionalidade”, destinada a professora estadunidense Patricia Hill Collins, e “Carta à próxima geração de educadoras e educadores antirracistas”, que teve como destinatários os jovens da “geração Z”, os quais escolherão à Educação como Prática da Liberdade (Freire, 2022). A participação de ambos os autores no varal de Cartas Pedagógicas do X Seminário de Pesquisa e IX Encontro de Egressos do PPGEEd – UFSCar/Sorocaba proporcionou uma publicação para cada nos Anais do referido evento, sendo a Carta Pedagógica intitulada “Democracia e Ensino” assinada pela professora que escolheu contemplar sua trajetória de 22 anos enquanto mulher-mãe-professora/autora de livros infantis, destacando suas principais conquistas pessoais e acadêmico-profissionais no campo das Infâncias e arte-educação, uma trajetória árdua mas que sempre teve o trabalho com o livro e a cultura da infância como um propósito de vida. Por sua vez, o professor que assinou a autoria de título “Democracia e justiça social em Paulo Freire: uma Carta Pedagógica a quem almeja acesso à Pós-Graduação em Educação” destinou tal epístola aquelas e aqueles que desejem ingressar no



PPGEd-So/UFSCar para cursar Mestrado/Doutorado. Diante do exposto e após análise das cinco produções inventariadas, foi possível compreender que a escrita de si, tendo as Cartas Pedagógicas como possibilidade heurística nas produções acadêmicas de professores em (trans)formação permanente, tende a potencializar sua valoração enquanto pesquisador(a)-autor(a)-cidadã(o).

Palavras-chave: Formação permanente. Inventário. Heurística.

Referências

- BRITO, Solange Aparecida da Silva. **Pesquisadora-autora-cidadã: por uma pedagogia da escrita de si em espaços/tempos de pesquisa-VIDA-fomação**. 2023. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, *Campus Sorocaba* (UFSCar-So), Sorocaba/SP, 2023.
- CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas**: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CAMINI, Isabela. **Cartas pedagógicas**: testemunhos de uma vida. 1. ed. Passo Fundo: Saluz, 2022.
- DICKMANN, Ivo. (Org.). **Pedagogia da reinvenção**: cartas pedagógicas a Paulo Freire. 1. ed. Chapecó: Livrologia, 2021.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. *In*: ARAÚJO FREIRE, Ana Maria (Nita). (Org.). 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FREITAS, Ana Lúcia Souza de. CARTA PEDAGÓGICA de Paris: registros de uma experiência em processo. *In*: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo. (Org.). **Cartas pedagógicas**: tópicos epistêmico-metodológicos na educação popular. 1. ed. Chapecó: Livrologia, 2020. p. 54-72.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiencias de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.



MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. *In*: NÓVOA, António. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 014. p. 111-140.

NÓVOA, António; FINGER, Matthias. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. 2. ed. Natal: EDUFRRN, 2014.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. *In*: PASSEGGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da. (Org.). **Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-130.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**, 39(1), p. 39–50, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644411344>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SOUZA, Elizeu Clementino. **O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador, UNEB, 2006



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

O PROJETO “CRECHE & VIDA”: HISTÓRIA DO ATENDIMENTO A BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA DE SOROCABA, SP (1989 A 1992)

Gabriela Aceituno¹

agabriela@estudante.ufscar.br

Maria Walburga dos Santos²

walburgaufscar@gmail.com

Resumo

Esta dissertação recupera o contexto histórico de atendimento a bebês e crianças pequenas após a Constituição Federal de 1988, em Sorocaba, São Paulo, Brasil, e analisa o projeto “Creche & Vida”. O objetivo é conhecer, reconhecer e comunicar as dimensões da formação continuada e do trabalho pedagógico com bebês e crianças bem pequenas nesse projeto, além de documentar a atenção à infância nesse período. Como objetivos específicos, temos: mapear e documentar a história da educação infantil em Sorocaba a partir do projeto “Creche & Vida”; relacionar e reconhecer a história, valorizando a formação continuada; conhecer as concepções de creche, de criança, de educação e de assistência para o projeto “Creche & Vida”; apurar rupturas e permanências do processo histórico da constituição da profissão docente em creche. A

¹ Mestre em Educação na UFSCar campus Sorocaba. Professora de Educação Básica I na Prefeitura Municipal de Sorocaba.

² Doutora em Educação, Professora associada, UFSCar campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

pesquisa, em sua organização metodológica, é de ordem qualitativa, bibliográfica e documental, e é realizada a partir de leitura de teses, artigos, livros e documentos referentes à história da creche no país, com atenção ao processo em Sorocaba, incluindo as leis federais, estaduais e municipais de educação e infância, sendo analisadas também notícias de jornais veiculados na cidade. Além disso, reforçando o cunho qualitativo, a pesquisa também tem como fontes entrevistas episódicas, com pessoas que trabalharam em creches durante a vigência do projeto “Creche & Vida”, ou seja, entre os anos de 1989 e 1992. A pesquisa bibliográfica documental e as entrevistas realizadas permitem identificar avanços alcançados pela creche ao longo dos anos e ainda provocam a reflexão acerca de diversos temas relevantes para a qualidade do atendimento a bebês e crianças pequenas, como a formação de professores, as políticas e o investimentos públicos, a creche como espaço educativo, considerado o educar e cuidar, bem como a infraestrutura e o trabalho pedagógico atentando para o respeito às infâncias e as crianças, o brincar e a presença do professor na instituição creche.

Palavras-chave: Creche & Vida. Educação Infantil. Infância. Formação Docente.



GT 02 - Formação de educadores e pesquisa em educação a serviço da vida

CURRÍCULO PAULISTA E INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA: TEORIA *VERSUS* PRÁTICA NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Thiago do Nascimento Pereira Gomes

thiagogomes@estudante.ufscar.br¹

Maria José Fontana Gebara

maria.gebara@ufscar.br²

Resumo

Elaborado à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo Paulista (CP) organiza a etapa do Ensino Médio em quatro áreas de conhecimento, cada qual com suas particularidades (São Paulo, 2020). Na área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT), uma das características marcantes é a integração dos três componentes curriculares que a compõe (Biologia, Física e Química), conforme observado nas habilidades que deixaram de ser específicas e passaram a ser gerais para a área, remetendo à ideia da “organização interdisciplinar” proposta pela BNCC (Brasil, 2018, p. 16). No entanto, para que isso seja desenvolvido na prática, o professor passa a assumir um papel de destaque. Destarte, o objetivo geral da pesquisa é investigar qual é a percepção de professores, que atuam em escolas estaduais da região de Itapetininga, quanto à abordagem interdisciplinar dos componentes curriculares da área de CNT prevista pelo CP. De modo específico, inicialmente objetiva-se analisar se os docentes

¹ Mestrado em Ensino de Física – Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEEd-So) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba.

² Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra – Professor Associado IV na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba.



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

conhecem a proposta curricular interdisciplinar e quais suas concepções sobre o conceito de interdisciplinaridade. Posteriormente, pretende-se investigar a percepção dos docentes quanto às possibilidades de desenvolver um trabalho interdisciplinar. Desse modo, será desenvolvido um procedimento metodológico que envolverá a utilização de questionários e, possivelmente, entrevistas. Atualmente, a pesquisa encontra-se nos estágios iniciais, envolvendo a revisão bibliográfica dos referenciais teóricos que serão utilizados na análise do conceito de interdisciplinaridade e na construção dos questionários. Embora seja discutido há décadas, não é possível encontrar uma definição conceitual unívoca e definitiva do que o termo interdisciplinaridade significa, mas é possível estabelecer alguns parâmetros com base em autores que são as principais referências no assunto. Partindo de uma visão epistemológica e dialogando com os estudos de seu orientador, Georges Gusdorf, Japiassu (1976) defende que a interdisciplinaridade envolve uma busca pela interação entre as disciplinas, em que ocorre uma influência mútua, visando a restauração da unidade do conhecimento. Já Ivani Fazenda (2008) traz uma visão mais pedagógica acerca do conceito de interdisciplinaridade, considerando-a como uma questão atitudinal a ser demonstrada por parte do docente, que deve mostrar-se aberto ao novo. Para a construção dos questionários, serão utilizadas como base as pesquisas de percepção pública da ciência. Classicamente, os estudos envolvendo indicadores em *Public Understanding of Science* são organizados a partir de três eixos principais - interesse, conhecimento e atitudes – segundo as modalidades de relações que os cidadãos de uma sociedade estabelecem com a ciência (Vogt *et al.*, 2005, p. 6). Do mesmo modo que compreender a opinião dos cidadãos sobre a ciência e tecnologia é um importante instrumento para os tomadores de decisões públicas (Vogt, 2008), compreender a percepção dos professores com relação ao CP pode gerar indicadores relevantes para aqueles que regulam legalmente a rede educacional estadual com relação à promoção de ações que visem propiciar meios para que os docentes possam desenvolver um trabalho interdisciplinar. Em suma, os próximos passos da pesquisa envolvem aprofundar os



estudos com relação ao conceito de interdisciplinaridade e às pesquisas de percepção pública da ciência, visando elaborar um questionário adaptado ao escopo da pesquisa.

Palavras-chave: Currículo Paulista. Interdisciplinaridade. Percepção.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. 595 p. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518_versaofinal_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 4 jun. 2024.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. 199 p.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 220 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). **Currículo Paulista: etapa ensino médio**. São Paulo: SEDUC, 2020. 300 p. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/CURR%C3%8DCULO-PAULISTA-etapa-Ensino-M%C3%A9dio_ISBN.pdf. Acesso em: 4 jun. 2024.

VOGT, Carlos. Indicadores de C, T & I e de cultura científica. **ComCiência**: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 96, mar. 2008. Disponível em: <https://comciencia.br/dossies-73-184/web/handler61e8.html?section=8&edicao=33&id=383>. Acesso em: 5 jun. 2025.

VOGT, Carlos; KNOBEL, Marcelo; EVANGELISTA, Rafael de Almeida; FIGUEIREDO, Simone Pallone; CASTELFRANCHI, Yuriy. Percepção pública da ciência: uma revisão metodológica e resultados para São Paulo. In: FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2004**. São Paulo: FAPESP, 2005. Cap. 12, p. 1-28. Disponível em: https://fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap12_vol1.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 02 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PESQUISA EM EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

HOJE É DIA DE FESTA: UM ESTUDO SOBRE A COMPREENSÃO DE PROFESSORES E A ABORDAGEM DAS DATAS COMEMORATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Débora Cristina Ferreira¹

deboracristina@estudante.ufscar.br

Izabella Mendes Sant'Ana²

izabellams@ufscar.br

Resumo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ressalta que as práticas pedagógicas na Educação Infantil estejam pautadas na valorização das experiências culturais das crianças, promovendo o respeito à diversidade e o protagonismo infantil, por meio das interações e brincadeiras como eixos estruturantes. Esta pesquisa de mestrado, em andamento, integra as investigações desenvolvidas no grupo de pesquisa Educação, práticas educativas e processos psicossociais (GEPEP-UFSCar/CNPq), e tem como objetivo compreender como as datas comemorativas são compreendidas e abordadas nas práticas pedagógicas de professoras da Educação Infantil, no município de Sorocaba, à luz das orientações da Base Nacional Comum Curricular, publicada em 1997, e de referenciais críticos sobre currículo e infância. Neste trabalho compreende-se a

¹ Mestranda em Educação - Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFSCar campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

criança como sujeito ativo, histórico e social, que interage com o meio desde o nascimento, capaz de estabelecer relação com os outros e atribuir sentidos ao mundo ao seu redor (Oliveira,2002). Essa concepção reforça a necessidade de que as práticas pedagógicas se organizem de forma intencional, contextualizada e significativa, levando em conta o contexto das crianças e seus modos próprios de perceber o mundo. A pesquisa fundamenta-se nos princípios da Teoria Histórico-cultural, que permite compreender tanto o papel do adulto na mediação dos processos educativos quanto da criança no lugar de sujeito histórico e ativo que se desenvolve por meio das interações com o outro e da apropriação da cultura. Como procedimentos metodológicos serão realizadas entrevistas com seis professoras envolvendo duas instituições municipais de Educação Infantil de Sorocaba, sendo uma creche e uma pré-escola, compondo contextos e faixas etárias distintas. A partir da articulação entre teoria e prática, esta pesquisa busca contribuir com o debate sobre o papel das datas comemorativas na Educação Infantil, compreendendo-as como práticas culturais que podem ser ressignificadas a partir de uma perspectiva crítica, intencional e comprometida com os direitos das crianças. Ao valorizar o currículo vivido e os sentidos que emergem no cotidiano escolar, pretende-se refletir sobre o planejamento e as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil, bem como discutir a necessidade de uma atuação docente contextualizada que promova a participação ativa das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Práticas Pedagógicas. Datas comemorativas.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 02 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PESQUISA EM EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AÇÕES EDUCATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: COMPREENSÃO DE DOCENTES E ESTUDANTES

Talita dos Reis Lopes Berbel¹
talitaberbel@estudante.ufscar.br

Izabella Mendes Sant'Ana²
izabellams@ufscar.br

Resumo

As práticas pedagógicas e ações educativas são processos transformadores e que, ao mesmo tempo, são atravessados por transformações. No final de 2022, a inteligência artificial surge como um produto que passou a ser utilizado por um grande público, impactando diversas áreas, inclusive a área da educação. Ao longo dos anos, não apenas as práticas pedagógicas, mas também as ações educativas, destinadas a promover a aprendizagem dos estudantes, têm sido influenciadas pelo advento de novas tecnologias. O uso da inteligência artificial (IA) vem trazendo uma nova onda de evolução em todos os âmbitos da vivência em sociedade, o que inclui a área da educação. Nesse sentido, os desafios relacionados ao uso da IA no contexto da educação são questões que precisam ser estudadas de forma mais aprofundada, especialmente na visão dos professores e

¹ Doutoranda em Educação, UFSCar Campus Sorocaba.

² Doutora, Docente, UFSCar Campus Sorocaba.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

estudantes. É necessário entender como os docentes e discentes percebem essa tecnologia, de que forma ela modificou o cotidiano das aulas e como são utilizadas as ferramentas de IA, se é de forma pontual, contínua ou experimental. Este estudo integra uma pesquisa de doutorado em andamento e está relacionado ao grupo de pesquisa Educação, práticas educativas e processos psicossociais (GEPEP-UFSCar/CNPq). O objetivo geral é investigar como os professores e estudantes do ensino superior compreendem o uso da inteligência artificial no processo de ensino e aprendizagem. Como objetivos específicos destacam-se: investigar como os professores usam a inteligência artificial na composição das atividades, considerando o planejamento de ensino e de aulas, e como compreendem e avaliam os efeitos da utilização das ferramentas em suas aulas. Já na visão dos estudantes, saber como utilizam propriamente a IA no processo de aprendizagem, seja em sala de aula ou nos estudos extracurriculares. O trabalho fundamenta-se na teoria histórico-cultural que enfatiza a interação entre os sujeitos, docente e discente, e o processo de construção de conhecimento, serão base da perspectiva dialógica do uso da inteligência artificial. Utiliza a abordagem quanti-qualitativa, incluindo o uso de um questionário on-line para obter dados dos estudantes e a realização de entrevistas semiestruturadas com 4 (quatro) docentes e 4 (quatro) estudantes respondentes do questionário. Espera-se contribuir para a construção de conhecimentos sobre essa interface, a qual observa o uso da inteligência artificial no ensino superior como uma abordagem integrativa na ótica de professores e estudantes.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Práticas pedagógicas. Ensino Superior



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 02 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PESQUISA EM EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

ADAPTAÇÃO E DESAFIOS DIGITAIS: JUSTIÇA E DIREITO À FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES CATEGORIA O NA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO

Cristiana Brasilio Leite
cristianabrasilio@estudante.ufscar.br¹

João Batista dos Santos Junior
joabatsufscar@gmail.com²

Resumo

Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento que investiga os desafios enfrentados por professores jovens, categoria O, da rede estadual de ensino de São Paulo na integração de plataformas digitais às suas práticas pedagógicas. A pesquisa parte da constatação de que, embora a digitalização do ensino represente uma possibilidade de inovação e acesso a novas metodologias, ela também aprofunda desigualdades já existentes, especialmente entre profissionais com vínculos precários e pouca experiência docente. O objetivo central da investigação é analisar de que forma a formação continuada, aliada ao apoio da coordenação pedagógica, pode contribuir para o desenvolvimento profissional e para a mediação pedagógica eficaz nesse novo cenário digital. A metodologia é de abordagem qualitativa, com caráter exploratório, e utiliza entrevistas, grupos colaborativos e rodas de conversa com professores atuantes em uma escola pública rural de São Paulo. A fundamentação teórica está ancorada em autores como José Moran

¹ Doutoranda – UFSCAR - SOROCABA

² Doutor - UFSCAR - SOROCABA



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

(2019), Lílian Bacich, Cristiane Reis e Cassio A. Pereira, que discutem a cultura digital, gamificação e aprendizagem adaptativa no contexto da Educação 4.0. Os dados parciais apontam que, apesar da presença de plataformas como Khan Academy, Alura e Redação Paulista, há dificuldades recorrentes no uso pedagógico efetivo, causadas por falta de formação específica, infraestrutura inadequada e sentimento de desvalorização profissional. Ao relacionar esses achados com a Resolução SEDUC nº 15/2024 e a função da coordenação pedagógica prevista na Resolução nº 53/2022, observa-se uma lacuna entre o que a política propõe e o que é efetivamente implementado nas escolas. Os resultados indicam que a ausência de apoio contínuo e políticas de valorização docente contribuem para o agravamento das desigualdades, especialmente no que tange ao acesso à formação e ao uso qualificado da tecnologia em sala de aula. Assim, a pesquisa busca contribuir com a reflexão sobre o direito à formação e à equidade de condições de trabalho docente, afirmando a necessidade de políticas públicas que assegurem justiça social no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Formação continuada. Professores categoria O. Plataformas digitais.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 02 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PESQUISA EM EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

A AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: UM OLHAR PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS ITAPETININGA

Vanessa Souto Silvestre¹

vsilvestre@estudante.ufscar.br

Fernanda Keila Marinho da Silva²

fernandakeila@ufscar.br

Resumo

A ambientalização curricular inicia como um compromisso institucional onde serão necessárias mudanças que possibilitem a inclusão da dimensão ambiental na escola. Essas mudanças, muitas vezes, esbarram em desafios para sua efetivação. No Brasil, há dispositivos legais que contemplam a Educação Ambiental, como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), com um capítulo dedicado ao Meio Ambiente; a Lei 9.795/1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Brasil, 1999), regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002 (Brasil, 2002); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – DCNEA estabelecidas no ano de 2012 (Brasil, 2012). Particularmente, após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – DCNEA é que a ambientalização curricular passa a ganhar mais visibilidade. O objetivo primário desta pesquisa em andamento consiste em identificar como a ambientalização curricular é tratada nos documentos

¹ Doutoranda no PPGEd UFSCar Sorocaba (PPGEd-Sorocaba) e técnica administrativa no IFSP Itapetininga. Participante do GPEDIC (Grupo de Pesquisas em Ensino e Divulgação da Ciência).

² Profa. do Departamento de Física, Química e Matemática (UFSCar Sorocaba) e profa. credenciada no PPGEd UFSCar Sorocaba. Vice-líder do GPEDIC



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

institucionais e como ocorre nos cursos de graduação do *Campus* Itapetininga do Instituto Federal de São Paulo, conforme a compreensão dos docentes. Para tanto, na primeira fase da pesquisa será realizado um levantamento bibliográfico, incluindo produções científicas e legislação, buscando reconstruir os aspectos históricos da Educação Ambiental e sua inserção nos currículos. A segunda fase da pesquisa terá como instrumentos metodológicos o questionário *online*, via *Google Forms* e a entrevista semiestruturada. Com o intuito de identificar os docentes que desenvolvem atividades relacionadas à Educação Ambiental, todos os professores dos cursos de graduação serão convidados a responder um questionário *online*. Com base nas respostas, serão selecionados os docentes convidados a participarem de uma entrevista semiestruturada com objetivo de identificar sua compreensão sobre a ambientalização curricular. Para a análise dos dados obtidos com a entrevista pretende-se utilizar o aporte teórico/metodológico a partir da análise de discurso de Bakhtin e seu Círculo para atingir os objetivos propostos para a pesquisa. Ao final da pesquisa espera-se compreender de que forma a Educação Ambiental é abordada nos cursos de graduação, tanto em sua caracterização documental quanto em relação às possíveis ações e atividades práticas desenvolvidas nos cursos. Também espera-se verificar a compreensão dos docentes em relação à Educação Ambiental. O intuito é que a pesquisa possa evidenciar a importância da temática, além de fornecer indicadores sobre as atividades realizadas em relação à Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ambientalização Curricular. Graduação.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível ePm: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em 01 de jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação – CNE. Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/CNE, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em 01 jun. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em 01 jun. 2025.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

**GT 02 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PESQUISA EM
EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA**

**SALA DO FUTURO E LETRAMENTO DIGITAL:
COMPREENSÃO DOS PROFESSORES SOBRE PRÁTICAS NO
ENSINO DE HISTÓRIA MEDIADAS PELA TECNOLOGIAS NA
REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO**

Larissa Braz da Silva¹
larissabraz@estudante.ufscar.br

Izabella Mendes Sant'Ana²
izabellams@ufscar.br

Resumo

Esta pesquisa, em andamento, integra as investigações desenvolvidas no grupo de pesquisa Educação, práticas educativas e processos psicossociais (GEPEP-UFSCar/CNPq). Considerando a implementação de plataformas digitais nas escolas estaduais públicas do Estado de São Paulo, o presente estudo visa investigar como professores de uma escola de Ensino Médio compreendem o letramento digital em suas práticas pedagógicas, a partir do uso da plataforma Sala do Futuro, abordando seus desafios, potencialidades, relações e efeitos sobre o ensino de História. A crescente presença das tecnologias digitais nas práticas escolares exige a ampliação da compreensão sobre os processos de ensino e aprendizagem mediados por elas, especialmente no que diz respeito ao letramento digital. Como destaca Rojo (2009, p. 13), o letramento digital refere-se à capacidade de utilizar as tecnologias digitais “de forma crítica, reflexiva e criativa. Não se trata apenas de saber manusear ferramentas, mas de

¹ Doutorando em Educação – Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba

² Professora Doutora – Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

compreender os usos sociais da linguagem nas práticas digitais e participar de forma ativa e consciente nos ambientes mediados por tecnologias.” Assim, compreender como os professores lidam com esses desafios e com as possibilidades é essencial para refletir sobre os rumos da educação pública no contexto atual, marcado por mecanismos de controle e vigilância, que visam converter a prática pedagógica em um processo rígido de monitoramento, no cumprimento de metas e tarefas, pautado por métricas empresariais, deixando pouco espaço para o desenvolvimento de processos formativos mais amplos e críticos. Nessa ótica, busca-se focalizar o potencial formativo que os recursos tecnológicos podem oferecer, pois a tecnologia pode ser um aliado para o processo educativo (JENKINS, 2008). No ensino de História, o letramento digital se apresenta como uma ferramenta importante para formar sujeitos críticos diante das narrativas disponíveis no ambiente digital. Em um contexto marcado pela multiplicidade de informações e pela circulação de discursos históricos diversos, muitas vezes descontextualizados ou manipulados, é fundamental que os estudantes aprendam a identificar fontes confiáveis, interpretar documentos e compreender a historicidade das informações com apoio das tecnologias. Em face dessas considerações, destaca-se que o estudo se baseia na Teoria histórico-cultural e que os procedimentos metodológicos abrangem a realização de entrevistas semiestruturadas com cinco professores dessa disciplina específica. Pretende-se ressaltar a importância de se valorizar o papel do professor como mediador do conhecimento, de fomentar a participação ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, bem como discutir a necessidade de uma compreensão crítica sobre o uso das tecnologias educacionais, tendo em vista as atividades realizadas pelos alunos e a forma que se está sendo utilizada, em especial, no ensino de História.

Palavras-chave: Sala do Futuro. Letramento digital. Ensino de História.

Referências

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo:



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Aleph, 2008.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 02 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PESQUISA EM EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

A ESCRITA DE SI E A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DE PEDAGOGOS: O PIBID COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA

Luís Gustavo Rodrigues Marcondes¹
lgrmarcondes@estudante.ufscar.br

Bárbara Cristina Moreira Sicardi Aygadoux²
barbara@ufscar.br

Resumo

Este resumo refere-se a um recorte de uma pesquisa orientada pela abordagem (auto)biográfica, tendo como foco a identificação de marcas na constituição profissional docente que emergem dos processos de formação inicial de professores. A investigação envolveu licenciandos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba – que participaram do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Esses estudantes foram inseridos em um espaço colaborativo de pesquisa-formação com ênfase na Educação Matemática, onde a escrita (auto)biográfica foi adotada como dispositivo central de reflexão, análise e desenvolvimento formativo. O objetivo geral da pesquisa é compreender as marcas formativas oportunizadas por espaços de pesquisa-formação voltados à Educação Matemática, especialmente no contexto do PIBID, considerando-se as narrativas (auto)biográficas como ferramenta metodológica e pedagógica para o desenvolvimento da identidade profissional docente. A metodologia adotada para a produção e

¹ Doutorando e Mestre em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba

² Pós-doutora, Professora, Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

organização dos dados está ancorada em referenciais teóricos que valorizam a escuta sensível, o acolhimento das experiências vividas e a produção de sentidos a partir da escrita de si. Nesse sentido, foram mobilizados os ateliês autobiográficos e de projeto, conforme a proposta de Delory-Momberger (2006), os seminários e grupos de pesquisa-formação apresentados por Josso (2004), bem como os grupos reflexivos discutidos por Passeggi (2011). Esses dispositivos formativos contribuíram para a criação de um ambiente dialógico e colaborativo, no qual os licenciandos puderam revisitar suas trajetórias e compreender os processos de constituição de sua identidade docente. A análise dos dados foi realizada à luz da abordagem compreensiva-interpretativa delineada por Souza (2014), que possibilita uma leitura aprofundada dos sentidos expressos nas narrativas (auto)biográficas, respeitando a singularidade dos relatos e buscando evidenciar os elementos que apontam para transformações subjetivas e profissionais. Os escritos produzidos ao longo do processo foram organizados em unidades temáticas de análise, que evidenciaram aspectos culturais, sociais e políticos marcantes nas experiências dos participantes, os quais impulsionaram reflexões significativas sobre o fazer docente e a relação com o ensino da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dentre os resultados, observou-se que a escrita de si, compreendida como prática formativa, revelou-se um recurso poderoso para a construção da identidade docente dos pedagogos em formação. Além disso, o espaço colaborativo de pesquisa-formação favoreceu a constituição de uma comunidade de aprendizagem na qual o diálogo, a escuta e o compartilhamento de experiências se mostraram fundamentais para a construção coletiva do conhecimento pedagógico. A vivência no PIBID, mediada por práticas narrativas e colaborativas, mostrou-se, portanto, essencial para a emergência de marcas identitárias que articulam teoria e prática, subjetividade e profissionalização. Em síntese, os resultados indicam que o uso das narrativas (auto)biográficas como dispositivo metodológico em contextos de formação inicial de professores permite não apenas uma maior compreensão do percurso formativo dos licenciandos, mas também contribui ativamente para a



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

construção de uma prática pedagógica mais consciente, significativa e contextualizada.

Palavras-chave: Narrativas (auto)biográficas. Formação de pedagogos. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 02 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PESQUISA EM EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

ESCOLA, CURRÍCULO E INFÂNCIAS: a transição e des(continuidades) entre a pré-escola e o ensino fundamental a partir do olhar de professores(as)

Ana Paula Rodrigues Sanches¹
anapaularsanches@gmail.com Rosa

Aparecida Pinheiro²
rosapinheiro@ufscar.br

Resumo

Esta pesquisa em andamento tem por objetivo identificar e analisar quais as percepções de professores(as) da Rede Municipal de Sorocaba, sobre as transições e des(continuidades) entre a pré-escola e o Ensino Fundamental. Nesse contexto, analisar quais propostas curriculares realizam para superar possíveis rupturas, tensões e dicotomias entre a transição e continuidade dessas etapas da Educação Básica, pode contribuir para uma fluidez na aprendizagem dos alunos que fazem essa transição. Os elementos constituídos partem do pressuposto de compreendermos o currículo estruturado em uma perspectiva tempo-ral que diferencie as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento de cada faixa etária, mas que também considere esta infância “estendida”, as crianças e as suas manifestações, modos de interagir e viver a infância em contextos educativos. Para Mello (2015), o planejamento das transições entre as etapas escolares se dá na ótica do apressamento da escolarização, com rupturas e descontinuidades que visam a “superação da infância”, dicotomizando o brincar e o estudar, concebendo as crianças mais como alunos e menos como crianças.

¹ Doutoranda e Mestre em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba

² Pós-doutora, Professora, Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Esta perspectiva também pode sugerir o entendimento de que a Educação Infantil é uma etapa preparatória para o Ensino Fundamental destinada a antecipar conteúdos de alfabetização e habilidades ou requisitos necessários para um bom aproveitamento no ensino fundamental. A pesquisa âncora-se em autores como Lopes, Macedo, (2011) e Sacritán (2005, 2013) que defendem um currículo “vivo”, enquanto criação cotidiana na escola, além do previsto nas propostas oficiais. Conforme afirma Sacristan (2013), trata-se da concretização de um dos planos culturais possíveis em determinadas condições concretas na instituição escolar. A pesquisa terá abordagem quanti-qualitativa, integrando-as por convergência, na fusão do quantitativo e qualitativo durante a fase de inter-pretação e análise dos dados, considerando que uma abordagem complementa a outra, permitindo que as relações sociais sejam analisadas nos seus diferen-tes aspectos. O estudo será estruturado por meio de refinamento da pesquisa bibliográfica, realizando um mapeamento daquilo que se produziu sobre o tema, análise de textos e documentos sobre a temática. A pesquisa de campo terá como procedimentos os questionários e entrevistas aos professores de duas escolas municipais com perfil de atendimento similar: atendimento aos segmentos da educação infantil e ensino fundamental. Para a interpretação e análise dos dados da pesquisa, adotaremos como metodologia a integração entre a triangulação de dados realizada de forma sequencial a fim de aprofundar ou explorar um problema inicial e categorias de análise, buscando compa-rar e contrastar dados quantitativos de identificação, quantidades, perfis forma-tivos, com dados qualitativos de observações e percepções obtidos e/ou cons-truídos simultaneamente. Assim, a pesquisa buscará retomar uma análise im-portante que é a transição da criança da educação infantil para o ensino funda-mental e a possível (des)continuidade material, simbólica e mesmo curricular que muitas vezes separa e dicotomiza as etapas, desconsiderando o que é construído, percebido e sentido em cada uma delas.

Palavras-chave: Transições curriculares. Des(continuidades). Infâncias.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 02: Formação de Educadores e Pesquisa em Educação a Serviço da Vida

O ESTUDO DE AULA (*LESSON STUDY*) COMO PROCESSO FORMATIVO NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS

Éverton da Paz Santos¹

eda-paz@hotmail.com

João Batista dos Santos Júnior²

joabats@ufscar.br

Resumo

A pesquisa busca compreender como e de que forma o Estudo em Sala de Aula contribui para o desenvolvimento profissional de professores de Ciências da Natureza, no contexto de grupos colaborativos. Foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Plataforma Brasil, sob o número CAAE: 85581124.0.0000.5504. O trabalho é de cunho qualitativo e caráter interpretativo, uma vez que se busca conhecer os significados atribuídos pelos participantes diante de um processo formativo que está diretamente relacionado às práticas docentes vividas, sobretudo às próprias experiências. Ponte *et al* (2016) afirmam que o Estudo de Aula cria oportunidades de desenvolvimento profissional para os professores muito interessantes. No entanto, leva-se em conta que o fato de essas oportunidades serem efetivamente aproveitadas ou não depende, essencialmente, do modo como os professores se envolvem neste processo. As características principais do *Lesson Study* são: trabalho colaborativo e participativo; foco

¹ Doutorando em Educação em Ciências – UFSCar - Campus Sorocaba

² Doutor em Educação em Ciências - UFSCar - Campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

na formação, crescimento e desenvolvimento profissional dos professores; promoção de um ambiente de aprendizagem com caráter investigativo e criativo, o que favorece a resolução de problemas reais e a elaboração de hipóteses em sala de aula; contribuição para o movimento de ação e reflexão do professor acerca da sua própria prática (Silva, 2023). Como participantes da pesquisa, serão professores de Ciências da Educação Básica que atuam no Ensino Fundamental e Médio. Os critérios de inclusão e exclusão serão mediante a assinatura do termo de consentimento para participação na pesquisa, participando professores em exercício contínuo de, no mínimo, um (1) ano de atuação. A investigação se dará através de encontros de formação e desenvolvimento profissional, de forma presencial. Como instrumentos de coleta de dados, serão utilizados: um questionário estruturado, que ajudará na descrição do perfil do professor participante; diários de campo com registros e observação in loco; os planos de aula elaborados pelos professores participantes; as sequências didáticas elaboradas e aplicadas pelos professores em suas respectivas turmas; e a transcrição das aulas que serão gravadas com a ministração da aula pelos professores, sendo estas observadas posteriormente pelo pesquisador. Na análise dos dados, serão utilizadas categorias a priori de Richit (2021; 2024), classificando as observações e escritos a partir do que foi coletado pelos instrumentos, através da análise de conteúdo de Bardin (2016), a fim de observar se os discursos dos professores participantes se aproximam ou se distanciam das categorias: conhecimento profissional - subsídios basilares à docência; aprendizagens profissionais - aprofundamento e ampliação de conhecimentos docentes; cultura profissional - valores, hábitos e práticas legitimadas por grupos de professores; dimensão ética da docência - compromisso individual e coletivo com a superação das desigualdades de oportunidades educativas e sociais; mudanças na prática - processos de crítica e modificação das práticas de sala de aula, crenças e disposições de professores (Richit, 2021, p. 1). Espera-se que a pesquisa contribua para o desenvolvimento profissional de professores de Ciências, nas práticas pedagógicas, no desenvolvimento de aulas que integrem questões sociais, éticas e tecnológicas, promovendo o pensamento crítico e a compreensão dos



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

impactos da ciência e tecnologia na sociedade, diante do material elaborado pelos professores participantes (Santos e Santos Júnior, 2025).

Palavras-chave: Desenvolvimento Profissional. *Lesson Study*. Professores de Ciências.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

PONTE, João Pedro da et al. O estudo de aula como processo de desenvolvimento profissional de professores de matemática. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 30, p. 868-891, 2016.

RICHIT, Adriana. Desenvolvimento profissional de professores: um quadro teórico. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 14, pág. e342101422247-e342101422247, 2021.

SILVA, Davi Cezar da. **Formação de Professores em Materiais Manipulativos no contexto da Lesson Study com vistas a uma Alfabetização Matemática Inclusiva**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática – PPGECEM da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, Cascavel - PR, 2023.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

**GT 03 - DESIGUALDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E
PROCESSOS EDUCATIVOS**

**AVALIAÇÃO EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE
JUSTIÇA SOCIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE
SOROCABA (BRASIL) E XAI-XAI (MOÇAMBIQUE)**

Caroline Barros dos Santos Feltrin¹

Carolpdd7@gmail.com

Tonito Francisco

tonitofrancisco@gmail.com²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as concepções e práticas avaliativas de professores da Educação Básica atuantes no Ensino Fundamental e Médio em Sorocaba, Estado de São Paulo (Brasil), e no ensino primário e secundário (1º e 2º Ciclos) em Xai-Xai, Província de Gaza (Moçambique), com vistas a compreender como as especificidades culturais, políticas e institucionais influenciam os modos de avaliar em diferentes contextos educacionais do sul global. A avaliação é entendida como parte indissociável do processo de ensino-aprendizagem e, neste estudo, buscou-se evidenciar as percepções docentes sobre seu papel, finalidade e estratégias, considerando os múltiplos sentidos que o ato avaliativo adquire em função das

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd-So; Formação de Educadores, Cotidianos e Práticas Educativas. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd-So; Formação de Educadores, Cotidianos e Práticas Educativas. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

realidades locais. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a aplicação de questionários com questões abertas a 12 professores seis de cada localidade e a análise documental de legislações e políticas educacionais vigentes nos dois países. A coleta dos dados foi realizada de forma remota, respeitando os critérios éticos da pesquisa. Os relatos dos participantes foram examinados por meio da psicologia social discursiva, possibilitando identificar tanto aproximações quanto distanciamentos nas formas como os docentes concebem e praticam a avaliação. Em Sorocaba, observaram-se práticas alinhadas a uma proposta pedagógica construtivista, com destaque para a avaliação contínua e formativa, embora se evidenciem também os desafios estruturais e emocionais enfrentados no cotidiano escolar. Já em Xai-Xai, a avaliação é regida por normativas próprias que destacam os princípios de continuidade, participação e diversificação, sendo possível notar o esforço dos docentes em garantir uma abordagem inclusiva, apesar das limitações de recursos materiais e de formação continuada. Os discursos revelam que, em ambos os contextos, a avaliação é mobilizada não apenas como instrumento de aferição, mas como possibilidade de escuta e de acompanhamento do percurso de aprendizagem dos estudantes. Ao mesmo tempo, emergem tensões relacionadas à sobrecarga docente, às exigências institucionais e às desigualdades históricas que marcam os sistemas educacionais analisados. As considerações finais apontam para a importância de reconhecer a avaliação como prática situada, que ganha sentidos diversos conforme os sujeitos e as condições em que se realiza, sendo fundamental compreender tais práticas a partir de seus contextos específicos. Ao aproximar as experiências de Sorocaba e Xai-Xai, este estudo convida à reflexão sobre a avaliação como dimensão sensível do trabalho docente, com potencial para contribuir para uma educação mais justa, humana e comprometida com a garantia de direitos.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Formação docente. Justiça social.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 03 - DESIGUALDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS

EVOLUÇÃO E DESAFIOS DO SISTEMA EDUCACIONAL EM MOÇAMBIQUE

Tonito Francisco¹

tonitofrancisco@gmail.com

Bárbara Cristina Moreira Sicardi Aygadoux²

barbara@ufscar.br

Resumo

O sistema educacional de Moçambique reflete sua trajetória histórica, marcada por mudanças políticas, sociais e econômicas desde a independência em 1975. O país passou do idealismo revolucionário para esforços de modernização e inclusão, enfrentando inúmeros desafios na busca por uma educação de qualidade e acessível a todos. Este trabalho analisa a evolução da educação moçambicana, destacando períodos históricos, reformas, avanços e obstáculos, com o objetivo de refletir sobre estratégias para um sistema educacional inclusivo, moderno e sustentável no século XXI. Tem-se como objetivo analisar a trajetória histórica do sistema educacional moçambicano, destacando suas reformas, avanços e persistentes desafios, com foco na construção de um sistema inclusivo, de qualidade e sustentável. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental sobre a legislação, políticas públicas e relatórios internacionais

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd-So; Formação de Educadores, Cotidianos e Práticas Educativas. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Professora e Pesquisadora de (auto)biográfica e Formação de Professores na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

relacionados à educação em Moçambique. A abordagem segue uma linha histórica e descritiva, estruturada por períodos cronológicos. A análise histórica do sistema educacional em Moçambique divide-se em quatro grandes fases: Pós-Independência (1975–1990): Educação como ferramenta de construção nacional e ideológica (socialismo/marxismo). E foco na alfabetização, unificação do sistema e formação do “Homem Novo”. Segunda fase, Transição e Paz (1990–2000): Reforma constitucional e democratização. Reconstrução do sistema, reconhecimento da educação como direito social e abertura à cooperação internacional. Terceira fase, Expansão e Inclusão (2000–2015): Universalização do ensino primário. Aumento de matrícula, descentralização, reformas curriculares e inclusão de gênero e deficiência. Quarta fase, Modernização e Sustentabilidade (2015–Presente): Ênfase em qualidade e competências para o século XXI. Digitalização, ensino técnico, formação docente e equidade como pilares. Verificou-se que a taxa de alfabetização subiu de 15% (1975) para mais de 60% atualmente. Houve acesso ampliado em zonas rurais e entre meninas. Maior criação de políticas de inclusão e reformas curriculares. E maiores investimentos em formação de professores e construção de escolas. Apesar dos progressos, como o aumento da taxa de alfabetização e a expansão do acesso escolar, o país ainda enfrenta problemas estruturais, como a falta de infraestruturas adequadas, professores qualificados e igualdade de oportunidades entre regiões e grupos sociais. Para garantir um futuro promissor, é essencial continuar a investir na educação como um direito fundamental, promovendo políticas que priorizem a qualidade do ensino, a formação contínua dos docentes e a inclusão de todos os moçambicanos no processo educativo. As informações foram retiradas da Lei n.º 18/2018 – Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE). Boletim da República, I Série, n.º 158, Maputo, 2018, relatórios da UNESCO, BANCO MUNDIAL, UNICEF e revisões de políticas educacionais implementadas no país entre 1975 e 2023.

Palavras-chave: Educação em Moçambique. Inclusão Educacional. Desenvolvimento Sustentável.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 03 - DESIGUALDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA(SP): EDUCAÇÃO, SABERES E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

Luiz Marcos de França Dias¹
luizketu@gmail.com

Elson Alves da Silva
²negroelson@gmail.com

Resumo

A região do Vale do Ribeira, que ocupa os estados de São Paulo e Paraná, agrega o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica preservada do país. A presença de espécies endêmicas e a vasta biodiversidade presente no local só é possível, em grande parte, pela existência de povos e comunidades tradicionais na região. Caiçaras, caboclos, ribeirinhos, indígenas e quilombolas têm vital importância nesse processo de conservação ambiental, justamente pela relação que esses grupos mantêm com seus territórios, compreendendo o ser humano como ser não dissociado da “natureza” (Dias, 2020). E nesse contexto que se insere o recorte de nossas pesquisas, o povo quilombola, oriundo de um processo de resistência ao regime de escravização, que remonta ao século XVII (Barboza, 1992; Stucchi, 1998; Andrade, Pereira, Andrade, 2000), permeado

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar Campus Sorocaba, docente licenciado da Rede Estadual de Ensino de São Paulo.

² Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar Campus Sorocaba, docente licenciado da Rede Municipal de Ensino de Jacupiranga-SP



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

pelas ameaças do racismo ambiental (Herculano, Pacheco, 2006), institucional e demais preconceitos e ausências que afetam a população negra. Desta forma, a educação se inscreve nesse campo maior, que não pode ser discutido como algo a parte, já que esses territórios e o povo que nele habita, tem em suas concepções a educação como algo essencial para manutenção da organização social, modos e de vida e do território como um todo, seja ela educação escolar ou não escolar. Ao demandar o reconhecimento da Educação Escolar Quilombola como modalidade de ensino e obtermos como resultância a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, as comunidades não rechaçam o sistema atual, “mas cobram por entenderem que ele não é o mais adequado às realidades quilombolas”, por não levar em conta, na maioria das vezes, os saberes desse povo (Dias, 2020), que, por sua vez, congregam a teoria e prática, a reflexão e ação, a práxis (Freire, 1987). É nesse sentido que este escrito tem como objetivo apresentar discussão sobre o histórico de ausências, avanços e desafios da educação escolar em comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, e a importância do movimento social quilombola como proponente de um projeto político epistêmico (Dias, 2020), que engloba também práticas educativas territorializadas não escolares, ancoradas em seus saberes ancestrais, produzidos, historicamente, em territórios coletivos. Tratamos aqui de uma confluência de saberes (Santos, 2023) presentes em reflexões preliminares, de pesquisas em andamento, realizadas pelos autores em nível de doutorado, considerando os nossos locais de fala, vivência (hooks, 1995; Kilomba, 2019) e inserção nos movimentos sociais negro (Gomes, 2019) e quilombola. Adotamos, inicialmente, como recorte de análise os quilombos localizados em Eldorado-SP, especificamente um grupo de 7 territórios desse município. A metodologia consiste em estudo histórico e bibliográfico de pesquisas e escritos sobre a região, contemplando análise qualitativa (Bogdan, Biklen, 1994), com foco nas comunidades quilombolas, bem como estão previstas a realização de entrevistas semiestruturadas e participação em reuniões, encontros e outras atividades, que já integram o cotidiano dos autores. As convergências da pesquisa evidenciam os saberes



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

das comunidades quilombolas e os processos de organização social, que ancoram a manutenção do direito de existir em territórios coletivos, as demandas por instituição e efetivação de políticas públicas de educação escolar, entre outras, bem como apontam os desafios e perspectivas futuras a serem delineadas pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no campo da Educação Escolar Quilombola.

Palavras-chave: Território quilombola. Educação escolar quilombol. Política pública.

Referências

- ANDRADE, Tania; PEREIRA, Carlos A.C.; ANDRADE, Marcia R.O. **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. São Paulo, Cadernos ITESP, 2000
- BARBOZA, Guilherme dos Santos. **Relatório Etnográfico Técnico-Científico**. Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira-(EACONE); Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB). Financiador: Mitra Diocesana de Registro. 1992
- CARRIL, L. F. B.: **Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência**. Tese (mestrado), São Paulo, FFLCH/USP, 1995
- DIAS, Luiz Marcos de França. **Comunidades quilombolas em territórios coletivos do Vale do Ribeira (SP): saberes da roça em construção de um projeto político epistêmico**. Dissertação (Mestrado) em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2020. 172p
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GOMES, N. L. **O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 11, n. Ed. Especial, p. 141–162, 2019.
- HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Racismo Ambiental: I Seminário Brasileiro sobre racismo ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**. v. 3, n. 2, p. 464-478, 2 sem. 1995
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

SILVA, Givânia Maria da. **O Quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres – luta e resistência.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

STUCCHI, Deborah et al. **Laudo Antropológico:** Comunidades Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões- Vale do Rio Ribeira de Iguape -SP. Ministério Público Federal em São Paulo. São Paulo, 1998.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 03 - DESIGUALDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS

EFEITOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DE MENINAS NEGRAS EM CONTEXTO ESCOLAR

Raisa Carolina Carvalho do Amaral

¹ramaral@estudante.ufscar.br

Marcos Roberto Vieira Garcia²

mgarcia@ufscar.br

Viviane Melo de Mendonça³

viviane@ufscar.br

Resumo

O presente trabalho apresenta uma pesquisa em andamento que nasceu da vivência e da escuta de uma mulher negra que, ao longo de sua trajetória como criança, adolescente e estudante universitária, enfrentou os impactos do racismo estrutural. Com base nos conhecimentos adquiridos em minha graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura), nas especializações em “Psicologia Clínica” e em “Autolesão, Prevenção e Posvenção do Suicídio” e na atuação como arte-educadora antirracista, busco compreender a saúde mental de meninas negras do Ensino Fundamental 2 e

¹ Mestranda – UFSCar Sorocaba

² Professor do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar e docente permanente do PPGEd-So.

³ Professora Titular do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar e docente permanente do PPGEd-So



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Médio da rede pública de Sorocaba, articulada a uma intervenção voltada ao acolhimento e fortalecimento daquelas que estão mais vulnerabilizadas. O racismo, historicamente enraizado desde o período escravocrata, continua a afetar a população negra, especialmente na infância e adolescência. Inspirado pela Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o projeto em andamento busca valorizar as raízes culturais, fortalecer a identidade negra e fomentar redes de apoio entre meninas negras. A educação, enquanto ferramenta de resistência, torna-se central na construção de uma escola mais igualitária, crítica e acolhedora, sensível às interseccionalidades de raça e gênero. Será realizada a avaliação de uma intervenção educativa e psicoemocional com meninas negras voltada ao fortalecimento da identidade, saúde mental e enfrentamento ao racismo. A intervenção será realizada em uma escola pública da cidade de Sorocaba, com meninas negras em faixa etária de 14 a 16 anos e visa avaliar uma proposta de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar, abrindo espaço para debates sobre saúde mental e racismo, com foco em canais de apoio e denúncia. Resultados esperados: Espera-se que tais intervenções contribuam significativamente para o fortalecimento emocional, social e identitário dessas meninas, promovendo acolhimento, escuta ativa, diálogo e a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento do racismo dentro e fora do ambiente escolar. O objetivo é não apenas oferecer suporte imediato, mas também estimular a autonomia, o senso de pertencimento e a valorização das identidades negras. Além disso, a iniciativa será planejada com base em termos de replicabilidade, permitindo que outras escolas, especialmente aquelas situadas em contextos de vulnerabilidade social e marcadas por desigualdades raciais, possam adaptar e aplicar a proposta. Isso amplia o alcance da intervenção e contribui para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas em diferentes territórios educacionais.

Palavras-chave: Racismo. Saúde Mental. Meninas negras.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 03 - DESIGUALDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS

GRUPO DE PAIS DE LGBTs

Rogéria Fernandes do Nascimento
rogeria.sedu@gmail.com

Resumo

O resumo apresentado é resultado de pesquisa realizada com o primeiro grupo de pais de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBTs), uma política pública instituída no município de Sorocaba/SP em parceria com uma organização não governamental (ONG). A pesquisa, realizada a partir da perspectiva dos estudos de gênero e sexualidade de matriz pós-estruturalista, que fundamenta nosso referencial teórico, nasce da necessidade de investigarmos as relações que se estabelecem no contexto familiar voltadas às questões de gênero e sexualidade, por meio do conhecimento e análise das categorias e convenções sociais que fundamentam as trajetórias vividas por pais e mães que frequentam o grupo como tempo/espaço de compreensão acerca das diferentes formas de expressar e viver os gêneros e sexualidades e que emergem nos discursos produzidos durante a realização dos encontros de ajuda mútua. O trabalho metodológico ocorreu a partir de pesquisa bibliográfica documental e de campo com a utilização dos seguintes procedimentos: análise documental, entrevista, com prioridade para a observação participante e a análise qualitativa dos discursos, na perspectiva de acontecimentos discursivos que se efetivam no âmbito da materialidade. As trajetórias compartilhadas indicam a extensão dos limites impostos socialmente e a resignificação de sentidos. Importante salientar que os estudos de gênero e sexualidade nessa matriz compreendem tanto o gênero quanto a sexualidade como construções sociais, conceitos cambiantes, considerando que estão



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

permanentemente se transformando na articulação com outros, diferentes, marcadores sociais. A pesquisa é finalizada com uma síntese da construção feita a partir da crença de que o conhecimento científico e o popular se articulam em um conhecimento novo e transformador o que evidencia que, embora as diferentes convenções sociais acerca dos gêneros e sexualidades se mantenham nesse espaço, há a possibilidade da atribuição sentidos inusitados e de questionamentos diversos o que demonstra que políticas públicas voltadas ao enfrentamento da LGBTfobia, no contexto familiar, podem ter um papel importante para mitigá-la.

Palavras-chave: LGBTfobia. Família. Ajuda mútua.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 03 - DESIGUALDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS

EMPREENDEDORISMO PERIFÉRICO E A LUTA PARA GERAR RENDA

Paula Cristina Bernardo
paulacbernardo@gmail.com¹

Resumo

O objetivo deste resumo é partilhar algumas reflexões da pesquisa em andamento sobre trajetórias de trabalho de pessoas jovens e adultas microempreendedoras individuais (MEIs), periféricas, que passaram por ações socioeducativas do programa de Valorização Social do SESC São Paulo. A metodologia de pesquisa pautou-se na proposta de entrevista compreensiva de Jean-Claude Kaufmann (2013), uma metodologia de pesquisa qualitativa que visa aprofundar a compreensão de um tema através da escuta atenta e da análise das falas dos entrevistados. Prioriza uma abordagem flexível e evolutiva, onde o pesquisador se adapta às informações e sentidos que surgem durante a interação com o entrevistado. O SESC tem oferecido uma série de atividades que visam contribuir para geração de renda, que implicam experiências de economia solidária, criativa, circular. Cada uma dessas economias pressupõe um tipo de empreendedorismo. A instituição tem apostado em experiências de educação não formal, educação popular, de curta e média duração (oficinas, rodas de conversa, cursos livres, feiras e seminários etc) para partilhar saberes e experiências, promover a articulação de redes de solidariedade e despertar para outras economias possíveis. As quinze pessoas jovens e adultas entrevistadas passaram por alguma dessas ações. A partir daí surgiu a curiosidade de estudar as trajetórias de trabalho dessas pessoas. Entender como se constituíram empreendedoras, que desafios enfrentam e como fizeram para superá-los. Das reflexões de Araújo e Martucelli (2022); Martucelli (2007); Setton e Spósito (2013) sobre a sociologia da individuação, emergiu a referência teórica que possibilitou o diálogo entre estruturas histórico- sociais e experiências individuais, mostrando como os indivíduos se tornaram indivíduos (SETTON, SPOSITO, 2013) no contexto da crise no mercado de trabalho, de perdas de direitos trabalhistas, flexibilização das leis e das formas de contratação. O problema da pesquisa é entender quais são as provas (desafios) do cotidiano e quais os suportes (apoios materiais, subjetivos), segundo Araújo e Martucelli (2022) que esse público encontrou ao longo de suas trajetórias de trabalho e refletir sobre elas. Filha da periferia de São Paulo, quando jovem, cansada das opressões impostas às mulheres mães solo, renunciei a um emprego sólido com carteira assinada e fui ser “minha própria chefe”. A trajetória foi dura, foram

¹ Doutoranda em Educação- PPGED- UFSCar Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

muitos desafios, acabei desistindo e voltei ao trabalho CLT. Esse, que nas redes sociais, está sendo tão criticado, como se a pessoa que trabalha nessa condição tivesse menos valor, não tivesse ambição alguma, que é conformado, derrotista. Esse discurso, no meu entendimento, é uma cortina de fumaça que esconde o problema real, que são as desigualdades sociais. Estão atribuindo essa fala às pessoas jovens, no entanto, ao longo da pesquisa de campo não foi isso que observei. Em uma das entrevistas, uma empreendedora de moda, moradora do bairro da Casa Verde, mãe solo de uma menina de cinco anos, me disse: “Trabalhar com o que você gosta não tem preço. Pouco importa se é CLT, empreendedor ou influencer. Se a pessoa gosta, é o que importa. Por que ela vai fazer por prazer e não por obrigação”. Essa moça está aguardando o resultado de uma seleção para trabalhar em um equipamento cultural, como CLT. O estudo dos MEIs periféricos me levou a interrogar o que os diferenciava de outros que não são da periferia. Em outra entrevista com a representante do SEBRAE- Mulher de Jundiaí, ela dizia que “a diferença está na solidariedade e nas ações que fazem a economia da comunidade girar”. Os MEIS na periferia, ao gerar renda, contribuem para o desenvolvimento local. As quinze pessoas deste estudo compreendem uma representação da diversidade de gênero, raça e gerações. Têm entre 22 e 45 anos, oito são mulheres cis, duas pessoas não binárias, uma delas um homem trans, cinco homens cis. Onze são pessoas negras, quatro são brancas. A maioria são moradoras de cidades pequenas e médias do interior, próximas a São Paulo, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Franco da Rocha, de Jundiaí (Vila Mafalda, Vila Real), e algumas de bairros da periferia de São Paulo como S. Mateus, Casa Verde e Perus. Todas passaram pelo SESC como alunos e alunas ou ainda prestadoras de serviço. Estão vinculados ao setor da arte e cultura: produtores culturais, Mestres de Cerimônias (MCs), cantores, cantoras, percussionistas, rappers, poetas, artistas visuais (grafiteiros, tatuadores, artistas plásticos), dançarina, professora de yoga, artesã, arte educadores, estilistas, modelistas, costureiras, consultora ambiental e um CEO de empresa periférica. Todos MEIS. As entrevistas foram gravadas e realizadas presencialmente, nos seus locais de trabalho, no SESC ou online. Também foi aplicado um questionário para obter algumas informações de perfil socioeconômico. A maioria é membro de coletivos e já teve carteira assinada. Alguns gostariam de ter uma nova oportunidade de um trabalho estável com registro em carteira, férias 13^o salário. No entanto, quando empregadas como CLT sofreram várias opressões e o seu potencial criativo foi sufocado por uma rotina repetitiva, exaustiva que as afastava do seu sonho, como contou o artista visual e músico do Ateliê Porpor Arte, em Campo Limpo Paulista: “Eu me sentia preso, não podia criar. Quando eu saí me senti livre, minha criatividade aflorou, produzi muita coisa legal, mas, pra poder me sustentar e pagar a pensão do meu filho tenho que fazer muitas coisas e isso cansa”. Conta que não vende os quadros pelo que acha que vale, mas pelo valor que as pessoas pagam, que para ele sempre está aquém. Para conseguir se manter, toca em bares aos finais de semana, faz tatuagem, pinta quadros menores e mais baratos e recentemente tem se inscrito em alguns editais para desenvolvimento de projetos no ateliê, inclusive estão aguardando o retorno da resposta sobre o ponto de cultura, o que para ele vai gerar muitas oportunidades para os artistas da cidade, que tem 77.632 habitantes. Relata que



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

empreender seria uma forma de encontrar a liberdade, de fazer o que gosta, mas, é um trabalho sazonal que gera insegurança, ansiedade, nunca podem dizer quanto vão receber no próximo mês. Para os trabalhadores da arte, tem épocas do ano que não tem nada e nesses períodos, nem sempre só a criatividade ajuda. Alguns, já há muitos anos na estrada, como o Ponto de Cultura S. Mateus em Movimento, aprenderam a lidar com os editais e as prestações de serviços. Todos os entrevistados estão sempre concorrendo a editais, premiações e complementando com outros serviços, as carreiras correrias (TOMASI, 2020). O rapper, compositor da Vila Mafalda em Jundiaí, complementa renda fazendo edições de clipes e vídeos para os amigos. O Produtor cultural do coletivo Arte Alecrim, em Campo Limpo Paulista, escreve projetos para outros grupos, em troca de favores ou cobrando uma porcentagem, caso o projeto seja aprovado. Os artesãos têm como desafio encontrar novas formas e lugares para vender, como a venda online, que exige um investimento no aprendizado de técnicas e tecnologias para melhorar a comunicação. Outras, como a Chai, da Odisseia das Flores (grupo de rap feminista), presta serviços como arte educadora no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) em Franco da Rocha, como MEI. No caso do S. Mateus em Movimento ou o da Arte Alecrim são vários empreendimentos em um mesmo espaço e cada pessoa do grupo faz mais de uma coisa. Produzem, reformam, limpam seus espaços, fazem a divulgação, comercializam, são os modelos dos seus produtos como o CEO da Afro Perifa, em Perus, que tem se projetado em vários eventos como desfiles, feiras e Shows, onde lança coleções para divulgar a sua marca, além de fazer parceria com outros empreendimentos de moda. Diz: “ser da periferia é carregar uma história, um jeito de ser que precisa ser valorizado e respeitado”. A pesquisa nos leva a discordar do debate sobre CLT nas redes sociais pois, o que define o sucesso ou fracasso não é o regime de contratação ou o indivíduo, mas uma série de fatores históricos sociais e um conjunto de opressões que se interseccionam ao longo das trajetórias de trabalho e que condicionam a vida das pessoas. Na luta coletiva contra essas opressões, a principal arma é a criatividade e a solidariedade. Empreender é um trabalho que pode libertar, mas também carrega as marcas da precariedade, da rotina, das jornadas exaustivas.

Palavras-chave: microempreendedores periféricos. provas. suportes.

Referências

ARAÚJO, K.; MARTUCCELLI, D. Desafíos Comunes – retratos de la sociedad chilena y sus individuos. Santiago, LOM, 2022.

CORROCHANO, Maria Carla; TOMMASI, Livia De. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. ESTUDOS AVANÇADOS 34 (99), 2020.doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.021.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Artes e manhas da entrevista compreensiva. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.3, p.979-992, 2014.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

KAUFMANN, Jean-Claude. A entrevista compreensiva : um guia para pesquisa de campo. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florêncio; revisão técnica de Bruno César Cavalcanti. Petrópolis, RJ : Vozes ; Maceió, AL : Edufal, 2013.

MARTUCCELLI, D. Cambio de rumbo. La sociedad a la escala del individuo. Santiago, LOM, 2007.

SETTON, Maria da G. J; SPOSITO, Marilia Pontes. Como os indivíduos se tornam indivíduos? Entrevista com Danilo Martuccelli. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 247-267, jan./mar. 2013.

TOMASI, Livia de; MORENO DA SILVA, Gabriel. Empreendedor e precário: a carreira "correria" dos trabalhadores da Cultura, entre sonhos, precariedades e resistências. Política & Trabalho (S. I. J v 1, n 52, pp 196-211, 2020 DOI: 22478/ufpb.1517- 51018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51018>



GT 03 - DESIGUALDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS

OS MANICÔMIOS FECHARAM? COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E A PERPETUAÇÃO DA LÓGICA MANICOMIAL NA CIDADE DE SOROCABA/SP

Thais Lopes Rodrigues¹

lr.thaiss@gmail.com

Resumo

A pesquisa em andamento-se insere em uma pesquisa mais abrangente, que tem como foco a análise institucional e jurídico-normativa (considerando diretrizes, legislações e narrativas) que sustenta práticas de internação de longo prazo em instituições voltadas a pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas em cinco países. Os resultados iniciais desta pesquisa têm revelado indícios preocupantes sobre a atuação dessas instituições no Brasil, Colômbia, México, Filipinas e Indonésia, apontando para a reprodução de práticas manicomiais sob uma nova roupagem institucional. No Brasil, locais de internação para usuários de álcool e drogas têm sido nomeados genericamente como “comunidades terapêuticas”, termo criado na Inglaterra no período após a 2ª Guerra Mundial pelo psiquiatra Maxwell Jones, para caracterizar espaços de cuidado em contraposição ao modelo hospitalar/manicomial existente na época para tratamento em saúde mental. Essas instituições, porém, não reproduzem o que entendemos como “comunidade”, tampouco como “terapêutica”, já que operam na lógica da abstinência e da privação de liberdade e têm sido alvo de críticas por militantes, instituições, entidades e conselhos de classe comprometidos com a defesa de direitos humanos, por adotarem práticas coercitivas e violadoras de direitos, na contramão dos princípios do SUS, da redução de danos, da reforma psiquiátrica brasileira e da luta antimanicomial. Entre os abusos denunciados estão o trabalho análogo à escravidão, a imposição religiosa, a prática de sequestros e o isolamento social. Apesar disso, essas entidades têm recebido

¹ Mestranda em Educação – PPGEd- So



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

financiamento público significativo por políticas públicas nacionais ao menos desde 2016, em detrimento do fortalecimento dos serviços de base territorial previstos pelo SUS para o cuidado de pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, contribuindo para o desmonte de políticas públicas efetivas de cuidado. A pesquisa aqui apresentada, em andamento, busca mapear o funcionamento, financiamento e fiscalização das CTs em Sorocaba e região. O objetivo da pesquisa é compreender se os manicômios persistem na região de Sorocaba em novas roupagens, especialmente no tocante à temática álcool e outras drogas, no intento de contribuir na luta por uma sociedade sem manicômios. Pela dificuldade de obter dados precisos acerca do funcionamento dessas instituições, a metodologia prevista é a da etnografia virtual, por meio da análise dos discursos em redes sociais, fóruns, comunidades virtuais e outros espaços digitais no contexto local. É possível afirmar, portanto, que a pesquisa em desenvolvimento tem revelado - em âmbito nacional até esse momento - indícios preocupantes sobre a atuação das chamadas comunidades terapêuticas, apontando para a reprodução de práticas manicomialis sob uma nova roupagem institucional. A partir de uma etnografia virtual mais aprofundada com relação ao território sorocabano, a pesquisa buscará compreender e evidenciar como essas instituições se inserem no município e se têm se configurado como formas contemporâneas de manicômios.

Palavras-Chave: Comunidades Terapêuticas. Internação. Álcool e outras Drogas.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 04 - Política, cultura e processos educativos e novos possíveis

FESTIVAL ESTAMXS VIVXS:

Graffiti, cultura e memória em uma perspectiva afrocentrada

Amanda Cristina Alves Prado
amandalaprado@gmail.com

Michel da Silva Ceriaco
michelyakini@gmail.com

Resumo

Este é um estudo de caso da 2ª edição do Festival Estamxs Vivxs, ocorrido em 2022, nas cidades de Campinas, Jundiaí, Piracicaba, São José dos Campos e Sorocaba, no estado de São Paulo. O evento promoveu a criação de obras de graffiti com uma perspectiva afrocentrada e uma série de lives com artistas, organizadores e pesquisadores, imprimindo uma visão crítica à cultura urbana, para a preservação e construção de memórias positivas da presença negra nestes territórios. Realizado a partir do primeiro semestre de 2021, durante a pandemia de COVID-19, toda a etapa de organização do festival e também as ações de lançamento dos murais foram realizadas à distância, numa dinâmica que se consolidou posteriormente na produção cultural. Através do graffiti, os artistas conceberam uma visão crítica à cultura urbana, preservando e valorizando memórias da população negra no estado de São Paulo, contrariando narrativas hegemônicas, presentes no interior paulista. Conforme análise de Mariana Barbosa (2019), a afirmação da identidade negra envolve a valorização da imagem própria, individual e coletiva e o graffiti tem sido uma maneira de reafirmar essa imagem no contexto urbano, “[...] na medida que os grafiteiros incorporam em seu repertório temáticas raciais e étnicas negras para evidenciar sua visibilidade/invisibilidade social, construir e valorizar sua identidade cultural negra” (Barbosa, 2019, p.12). Para Pollack (1989), os monumentos estão entre os pontos de



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

referência que estruturam uma “memória coletiva”, em constante disputa com as “memórias individuais”, que o autor denomina como “memórias subterrâneas”. No contexto brasileiro, essas memórias subterrâneas, ou seja, a memória dos grupos marginalizados, sofrem o chamado epistemicídio, conceito cunhado por Sueli Carneiro, a partir da releitura de Boaventura Sousa Santos, para analisar a condição das populações negras no processo de aprendizagem. Ao se valer de uma arte urbana que critica a desqualificação exercida sobre a população negra e a universalidade da cosmovisão europeia presente na memória das cidades, o Festival Estamxs Vivxs articula uma perspectiva afrocentrada, ou seja, rejeita a marginalidade e a alteridade como princípios e afirma o protagonismo negro como sujeito da própria história e experiência, em uma ação histórica e cultural contra-hegemônica (Mazama, 2003; Asante, 2016). As ações da segunda edição Festival Estamxs Vivxs, contribuíram para a superação do epistemicídio sofrido pela população negra (Carneiro, 2005), e para o fortalecimento de pensamentos e práticas que promovem outras referências da cultura urbana para além do ponto de vista colonialista e favorecem novas possibilidades de contestação e reelaboração da memória negra do estado de São Paulo, tendo as matrizes africanas e a população negra como referência (Mazama, 2003, Asante, 2016). Além disso, a 2ª edição do Festival Estamxs Vivxs demonstra uma forma de produção cultural que se consolidou no período considerado como “pós-pandemia” ao realizar ações a distância, utilizando os recursos da internet e seguindo os protocolos para a prevenção da doença, em uma medida fundamental, já que durante todo o projeto, felizmente, nenhum artista, produtor ou prestador de serviços foi diagnosticado com COVID-19.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 04- Política, cultura e processos educativos e novos possíveis

O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sheila Lopes Barros¹

sheilalopes12345@gmail.com

Débora Dainez²

ddainez@yahoo.com.br

Resumo

O presente estudo, em processo de desenvolvimento, tem como objetivo inicial realizar o levantamento das ações judiciais do Estado de São Paulo e analisar suas implicações na formulação de políticas públicas para Educação Especial, sobretudo a política do estado em relação aos profissionais de apoio. No campo e tema de interesse da Educação Especial, muito tem se discutido sobre o direito da pessoa com deficiência à educação no âmbito da escola comum sob a ótica dos direitos democráticos e fundamentais e sobre a atuação do Poder Judiciário na concretização desse direito. A Constituição Federal de 1988 registrou um marco na positivação do direito à educação da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino ao assumir a educação como um direito e um dever do Estado e da família. Nesse contexto de afirmação de direitos, no plano infraconstitucional, destaca-se a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei n.13.146 de 2015, também, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência em vigência desde janeiro de 2016 que trouxe em seu bojo um capítulo em específico para a efetivação do direito à educação da pessoa com deficiência, o Capítulo IV, do artigo 27 ao 30, prevendo

¹ Doutoranda em Educação – Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba.

² Doutora em Educação – Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba.



novos objetivos a serem alcançados pelo Poder Público. Contudo, assegurar a educação escolar como direito da pessoa com deficiência constitui-se um grande desafio para o país, na medida em que, ao mesmo tempo que o Estado garante esse direito, através do ordenamento jurídico do país, intervém sobre o processo de produção de desigualdade não assegurando as condições necessárias para a permanência e participação dessa população na escola comum. Diante desse contexto, a busca pela efetivação do direito à educação através das vias judiciais tornou-se um processo cada vez mais comum, dando início a um processo denominado “judicialização da educação” (CURY; FERREIRA, 2009; MAITO, 2017; OLIVEIRA, 2018). De acordo com Brito (2012), judicialização refere-se à “ampliação das interferências do Poder Judiciário nos assuntos e decisões sobre os quais valores éticos morais, interesses sociais, políticos e econômicos são interpretados e admitidos como direitos pela Constituição” (Brito, 2012, p. 433). Ainda segundo a autora, no contexto do constitucionalismo brasileiro, o processo de judicialização pode ser caracterizado pelo aumento das demandas judiciais, por meio da expansão do acesso à justiça, para a materialização dos direitos previstos constitucionalmente, em face da ineficácia nas relações sociais ou no funcionamento das instituições políticas. No que se refere ao acionamento do judiciário para resolução de litígios envolvendo questões relacionadas à Educação Especial, estudos apontam o papel decisório desse poder na concretização e adequação de políticas educacionais, tendo em vista as decisões favoráveis proferidas pelos Tribunais de Justiça do país. Consolidou-se, assim, uma jurisprudência favorável ao longo dos anos e está conferindo maior visibilidade à possibilidade de reivindicar e alcançar o direito pretendido (Coimbra Neto, 2019; Ferreira, 2019; Barbosa, 2022; Carvalho, 2022). Carvalho (2004), ao discutir sobre a judicialização da política no Brasil e sua efetividade destaca a importância de ampliar a compreensão desse fenômeno, indo além daquilo que chama de “conceito mínimo de judicialização”, ou seja, o hiperdimensionamento do caráter procedimental, uma vez que o aumento no número de processos judiciais não implicou uma intervenção efetiva do judiciário em questões de relevância política ou social. Segundo a autora, a



judicialização envolve tanto a dimensão procedimental quanto substantiva do exercício das funções judiciais e, nessa perspectiva, questiona-se em que medida os juízes modificam as leis, interferem nos atos dos demais poderes e na aplicação de políticas públicas. Sendo assim, se faz necessário analisar e discutir os resultados políticos produzidos a partir do acionamento do Poder Judiciário, do modo como vem ocorrendo e de qual tem sido o resultado efetivo na garantia dos direitos reivindicados. Método. Para responder aos objetivos desta pesquisa, optamos pela abordagem de cunho quali-quantitativa, compreendida como uma metodologia que recorre à quantificação para explicação dos dados coletados e à interpretação das realidades sociais, a partir dessas representações quantitativas com as quais o pesquisador procura estabelecer uma relação. No que se refere a coleta de dados, delimitamos a pesquisa bibliográfica e análise documental como procedimentos metodológicos. Já, para procedimento de análise dos dados, buscou-se apoio em elementos da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (2012). Como dispositivo de análise, a ACD compreende a linguagem não apenas como um meio de comunicação, uma estrutura abstrata, mas como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais. Resultados. Como resultados parciais, considera-se que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) desempenha um papel importante na definição das decisões relacionadas às políticas públicas sobre o direito constitucional à educação dos estudantes com deficiência. Ele influencia diretamente a obrigação do Estado de oferecer esse serviço, seja por meio de decisões individuais, como Mandados de Segurança ou Ações Ordinárias, ou por meio de decisões coletivas, como as Ações Civas Públicas. No recorte temporal delimitado verifica-se um número significativo de ações individuais propostas diretamente pelos interessados e decisões judiciais que determinam a concessão de apoio pedagógico, professor auxiliar, aos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial. A análise dos dispositivos legais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo mostra que, diante da obrigatoriedade de disponibilizar esse profissional, o poder público reestrutura os serviços da Educação Especial e as funções antes



desempenhadas por cuidador passaram a ser realizadas por Profissional de Apoio Escolar - Atividades Escolares - PAE/PE em substituição ao “professor auxiliar” que presta atendimento por or-dem judicial nas unidades escolares. No caminho da implementação dessa política o cuidador torna-se o Profissional de Apoio Escolar responsável pelo acompanhamento das atividades de vida diária do estudante no ambiente escolar. Considerações iniciais. Diante das análises realizadas, até o presente momento, destaca-se os tensionamentos que permeiam as políticas públicas educacionais. Nota-se o processo de terceirização de profissionais de apoio escolar e a precarização das condições do trabalho docente, à medida que se desqualifica a formação especializada e o papel do professor da Educação Especial. A terceirização em um contexto neoliberal prevendo ajustes mínimos e individuais, a qualificação exigida de modo superficial e fragmentada, especialmente quando o Estado busca reduzir custos e aumentar a eficiência, em detrimento as ações que visam atender às necessidades dos estudantes com deficiência, compromete a materialização do direito à educação escolar na escola comum. No que diz respeito a qualificação do Profissional de Apoio Escolar – Atividades Escolares – PAE/PE, o dispositivo normativo esclarece que será exigida para o início da contratação desse profissional cursos com temas relacionados à área de atuação e que, no prazo de um ano, todos os profissionais em exercício deverão realizar cursos de aprofundamento nos temas relacionados a área. Ainda, ao colocarmos em diálogo os documentos oficiais da política observamos que o estado de São Paulo ao organizar os serviços da Educação Especial, Profissional de Apoio Escolar – Atividades Escolares - faz referência ao inciso XIII do artigo 3º da Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e, nesse diálogo, é possível perceber a expressão de contornos permeados por indefinições das atividades a serem desempenhadas por esse profissional, uma vez que, de acordo com o dispositivo normativo o mesmo “atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária” favorecendo, assim, diversas interpretações, ainda que haja a tentativa de limitar essa atuação a partir daquilo que ela “não é”, ou seja, na medida em que estão excluídas as



“téc-nicas” assim como os “procedimentos” ligados a outros profissionais. E, por fim, é necessário que haja por parte do poder público ações afirmativas contrárias a lógica neoliberal na educação, com sua ênfase na redução do papel do Estado, na terceirização e privatização de serviços; é necessário o aumento de investimentos em políticas públicas comprometidas com a permanência, participação dos estudantes elegíveis aos serviços da educação especial na escola comum e igualdade social para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Educação Especial. Política de Inclusão. Judicialização. Estado de São Paulo.

Referências

BARBOSA, A. C. P. S. **Judicialização da Educação Especial: implicações para a garantia do direito à Educação na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2015-2020)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2022.

BRITO, J. A. Judicialização. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo. Expressão Popular, p. 433-438, 2012.

CARVALHO, C. C. **Direito à acessibilidade de estudantes com deficiência em escolas públicas: decisões do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Grande Dourados. Dourados, 2022.

CARVALHO, E. R. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23: 115-126. Nov. 2004.

CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M. A judicialização da educação. **Revista CEI**. Brasília. Ano XIII. n. 45. p. 32-45. Abr-jun. 2009.

COIMBRA NETO, J. P. **Discurso Jurídico da Educação Especial: decisões do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal de Grande Dourados. Dourados, 2019.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

FERREIRA, Nayara Beatriz Borges. **A judicialização na educação inclusiva no 148 Estado de Minas Gerais**, 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Uberaba, Universidade de Uberaba, 2019.

FAIRCLOUGH, N., & MELO, I. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, v. 25, n.2, 2012.

SÃO PAULO. **Resolução SEDUC – 21**, de 21 de Junho de 2023. Dispõe sobre a regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Plano Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA. Secretaria da Educação, 2023. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br>



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 04 - Política, cultura e processos educativos e novos possíveis

QUEM NUNCA PASSOU POR UMA ENCRUZILHADA NÃO SABE ESCOLHER CAMINHOS

Ítalo Butzke

italobutzke@estudante.ufscar.br

*O equilibrista ainda era bem jovem
quando descobriu que ele mesmo é que
tinha de ir inventando o que
acontecia com o fio.
Fernanda Lopes de Almeida
O equilibrista*

Resumo

A frase do Nego Bispo, título desse trabalho, me fez refletir os caminhos que estamos percorrendo na construção do currículo da Educação Infantil. Dessa forma, a pesquisa em questão se trata de um estudo exploratório acerca do tema currículo na Educação Infantil, e que dialoga de forma reflexiva com autoras/es que partilham de suas compreensões de forma central ou transbordando as fronteiras sobre o tema. Os questionamentos, por sua vez, são instigados ao me deparar com dados como os apresentados pela USP, Unicamp e Unesp, em 2013, que identificaram que as Secretarias Municipais de Educação aderiram as apostilas dos sistemas privados. Conforme o estudo, “339 municípios brasileiros adotaram esses sistemas - 159 deles em São Paulo. Em 2015, o número no estado subiu para 182, das 645 cidades paulistas,” isso é, um terço dos municípios. Então, questiono: quais concepções de currículo são abordadas nas creches e pré-escolas? É possível colocar em prática um currículo narrativo em instituições educativas que implantaram o currículo descritivo - apostilas? Qual concepção curricular



as Diretrizes Curriculares na Educação Infantil (DCNEI) nos apresenta? Compactuando com Barbosa (2009, p. 101), a Educação Infantil deve ser construída por narrativas que emergem no/do cotidiano, e não em uma “ação educativa como se fosse apenas uma tarefa a cumprir, nem se submeta à mera aplicação de propostas, de ideias, de técnicas, de planos ou de projetos concebidos por outros, em outros contextos.” Além disso, o DCNEI destaca que o eixo norteador são as interações e brincadeiras, e também defende um currículo interligado nos fazeres do cotidiano, nas experiências e experimentações, bem como na organização das propostas e espaços. Isso porque, o “currículo não pode ser previamente definido, ele só pode ser narrado. O currículo acontece no tempo da ação.” (Barbosa, 2009, p. 56) Entendo que, assim como apresentado no poema da Fernanda Lopes de Almeida, epígrafe desse trabalho, precisamos nos permitir descobrir o que acontece com o fio ao caminhar. Nós, adultos, conseguimos nos equilibrar por caminhos incertos? Conseguimos ser guiados pelos/as bebês e crianças a partir de seus interesses? Se não conseguimos, por quê? Afinal de contas, de onde vem esse nosso medo da queda e do erro? Enfim, como respeitar a cultura local, regional e, até mesmo, nacional, se o currículo já está pronto, sem respeitar o interesse de bebês e crianças?

Palavras-chave: Currículo. Educação Infantil. Documentação pedagógica.

Referências

BARBOSA, Maria Carmem Silveira et al. **Práticas cotidianas na educação infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Conselho Nacional da Educação - Câmara da Educação Básica, Brasília, DF, 2009



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 04 - Política, cultura e processos educativos e novos possíveis

O CORPO-TERRITÓRIO NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES INSURGENTES

Stéfany Vitores de Oliveira
stefany.vitores@gmail.com¹

Resumo

Os estudos decoloniais têm construído categorias de análise, conceitos e metodologias forjadas em Abya Yala, nome dado pelo povo Kuna ao território imposto como América Latina, como forma de confrontar a colonialidade do poder, do ser e do saber. Dentro dessas possibilidades está o corpo-território, ora reconhecido como um conceito, ora como uma categoria de análise, pensado a partir de perspectivas do feminismo decolonial e de autores/as que abordam a educação a partir de valores civilizatórios afro-brasileiros. O feminismo decolonial construído por autoras como María Lugones, Ochy Curiel, Verónica Gago e Yurdekys Espinosa tem construído críticas ao cânone científico colonial e busca a produção de ferramentas conceituais para enfrentar o cientificismo eurocêntrico. Essas ferramentas atualizam, questionam e oferecem novas perspectivas para a produção de conhecimento. A junção das palavras corpo e território é auto explicativa, pois pressupõe a indissociabilidade entre os corpos e os territórios aos quais pertencem e transitam, assim como o território sem os corpos que o constituem. O trabalho em andamento apresenta essas perspectivas e traz um mapeamento sistemático de pesquisas em programas de pós-graduação em Educação nos últimos dez anos. Foram encontradas oito pesquisas, entre teses e dissertações, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, que abordam o conceito/categoria de análise e são brevemente apresentadas neste trabalho. Conclui-se que o conceito/categoria de análise do corpo-território tem sido utilizado na área da Educação como uma possibilidade epistêmica decolonial, confronta diretamente a

¹ Mestranda em Educação - UFSCar-So



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

colonialidade do saber e age nas frestas e rachaduras do saber acadêmico hegemônico. As escolhas metodológicas, teóricas e bibliográficas têm evidenciado a construção de uma desobediência epistêmica (Mignolo, 2007), priorizando conhecimentos forjados nesse território que se convencionou chamar de América Latina. É notório destacar que a categoria de corpo-território nas pesquisas em Educação tem ganhado corpo teórico a partir de autores e autoras negras. Portanto, transgredindo o que foi compreendido como o corpo produtor de conhecimento pela colonialidade e a imposição de suas epistemologias eurocêntricas em detrimento da negação da humanidade e saberes dos povos subalternizados.

Palavras-chave: Corpo-território. Educação. Decolonialidade.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 05 - Fundamentos da pesquisa em Educação

ARTICULANDO DIÁLOGOS ENTRE FREIRE E VIGOTSKI NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DISPUTAS E TENSIONAMENTOS

Daniela Dominique Ribeiro¹
ddominique.ribeiro@gmail.com

Débora Dainez²
ddainez@ufscar.br

Resumo

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar-Sorocaba. Tem como objetivo tecer diálogos entre a Pedagogia Freireana e a Perspectiva Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano que permitam confrontar as acepções hegemônicas norteadoras da organização do trabalho escolar e dos processos de ensino-aprendizagem nos espaços de educação básica pública, contrapondo os sentidos neoliberais relativos à inovação, formação permanente e meritocracia, no intuito de buscar romper com a suposta neutralidade de cosmovisões desumanizadoras implícitas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa conduzida através das lentes do materialismo histórico-dialético, em que utilizamos a revisão bibliográfica da atual produção científica sobre o tema, assim como das obras de Lev Semionovitch Vigotski e de Paulo Freire, para delimitar categorias de discussão. Por meio da análise crítica, compreendemos que, apesar de existirem determinadas produções que contribuem com diálogo entre as teorias indicadas, as especificidades da problemática no contexto do vertiginoso avanço das incursões neoliberais, rumo a desfiguração do

¹ Mestranda, PPGEd-So- UFSCar Campus Sorocaba

² ³² Doutora em Educação, docente da UFSCar Campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

direito a educação, reafirmam a exigência do resgaste contínuo do pensamento de autores ancorados em perspectivas históricas e emancipadoras frente ao movimento de esvaziamento teórico impulsionado pelo culto mistificado à inovação. Considera-se a potencialidade do aprofundamento de diálogo entre categorias convergentes nas concepções de Vigotski e Freire que fortaleçam a explicitação dos projetos societários, o caráter coletivo da educação e o conceito de formação humana para liberdade. Partindo de tais compreensões, propomos a reflexão acerca de possibilidades de disputa pelos sentidos que permeiam a escola pública como um manifesto de resistência e construção de um projeto de educação.

Palavras-chave: Freire. Vigotski. Educação básica.



GT 05 - Fundamentos da pesquisa em Educação

O DIÁRIO A/R/TOGRÁFICO DA PROFESSORA-ARTISTA NA PESQUISA SOBRE A INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Paula Bologna¹

paula.bologna@estudante.ufscar.br

Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi²

lucialombardi@ufscar.br

Resumo

Esta pesquisa de Mestrado em andamento, em fase inicial, investiga a interculturalidade na educação de crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio das metodologias de pesquisa baseadas em artes, mais especificamente por meio de um processo de criação de um diário a/r/tográfico. Como professora-artista-pesquisadora, busco compreender como a a/r/tografia como questionamento vivo pode promover uma investigação sobre a interculturalidade, articulando vivências pedagógicas, reflexões teóricas e práticas artísticas. A investigação emerge da necessidade de compreender o lugar da cultura e da diversidade cultural na escola, e de pensar alternativas pedagógicas que contribuam para uma educação que reconheça e valorize as múltiplas identidades das crianças. A questão-problema que orienta a pesquisa é: Como o processo de criar um diário a/r/tográfico como professora-artista-pesquisadora pode promover uma investigação sobre a interculturalidade na educação de crianças dos

¹ Mestranda em Educação. Graduada em Pedagogia (UFSCar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4700-9558> CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7244725747061275>

² Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba/SP (UFSCar). ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6978-864X> CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/569750883130218>



Anos Iniciais do Ensino Fundamental? A partir dessa pergunta, desdobram-se outras: O que é cultura? O que é educação intercultural? Qual é o papel da interculturalidade nos processos educativos? Como a interculturalidade tem sido abordada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental? Que tipo de olhar é necessário para práticas pedagógicas comprometidas com a interculturalidade? Como professores(as) são formados(as) para atuar nesse campo? Qual é o lugar da experiência intercultural na infância? O objetivo principal é investigar como pode ser realizado um trabalho pedagógico que valorize a interculturalidade na educação de crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), tendo as linguagens artísticas da música, do teatro, das dança e das artes visuais como meio de encontro entre diferentes culturas e formas de expressão. Essa proposta dialoga com os estudos de Ana Mae Barbosa, que defende a leitura consciente, contextualizada e crítica de imagens e o contato com repertórios artísticos diversos como caminhos para a construção de uma educação intercultural, comprometida com a superação de desigualdades e o reconhecimento da diversidade como valor. A metodologia é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e a/r/tográfica. A a/r/tografia entrelaça os papéis de professora, artista e pesquisadora, permitindo que a produção de saberes se dê por meio da articulação entre teoria, prática pedagógica e dimensão estética. O diário a/r/tográfico constitui-se, assim, como dispositivo de escrita, de produção imagética, de escuta sensível e reflexão, no qual o aprender e o pesquisar se entrecruzam, revelando sentidos e experiências que contribuem para repensar as práticas educativas à luz da interculturalidade. A investigação busca contribuir para a construção de perspectivas pedagógicas mais sensíveis às diferenças, às múltiplas histórias e às expressões culturais das crianças, reconhecendo nelas sujeitos ativos de conhecimento e de transformação do mundo.

Palavras-chave: Interculturalidade. Pesquisa Baseada em Arte. Formação docente.



GT 05 - Fundamentos da pesquisa em Educação

CIÊNCIA EM CENA: PERCEPÇÃO DE CIÊNCIA E QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Letícia Asheley Gomes¹

leticia.asheley@estudante.ufscar.br

Resumo

A pesquisa em Educação em Ciências se baseia em fundamentos teóricos e metodológicos para investigar o ensino e a aprendizagem, buscando aprimorar as práticas pedagógicas e compreender as percepções e os processos de construção do conhecimento científico dos estudantes em seus variados contextos. Nesse âmbito, pesquisadores, governos e membros da sociedade civil que participam ativamente na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas reconhecem amplamente a necessidade de aprofundar a compreensão sobre como a população percebe a ciência e se engaja com questões sociocientíficas (QSC) — visto que são situações que interligam ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, sendo frequentemente controversas, complexas, de grande repercussão social e geradoras de diferentes opiniões e valores. Reconhecendo a relevância da percepção pública da ciência para a garantia de direitos e a promoção da justiça social, bem como as limitações das metodologias avaliativas tradicionais, este resumo apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento. O objetivo da pesquisa é compreender como estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual de Sorocaba/SP percebem a ciência a partir da abordagem de questões sociocientíficas presentes em seu cotidiano. A metodologia da pesquisa envolve a coleta de dados por

¹ ³⁵ Licenciada em Química (DFQM) e Mestranda em Educação (PPGEd-So) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

meio de dois instrumentos principais. O primeiro é um questionário que mapeia as perspectivas e atitudes dos estudantes em relação à ciência e tecnologia e o segundo consiste em jogos teatrais que, com a improvisação cênica dos estudantes, permitem analisar as percepções de ciência expressas pelos participantes e compreender o impacto dessa representação em suas crenças, experiências e valores. Será empregada uma abordagem mista na análise dos dados coletados, usando a estatística descritiva para os dados quantitativos e a análise de conteúdo para os dados qualitativos, possibilitando uma compreensão abrangente dos resultados por meio da triangulação dos dados. Espera-se que a pesquisa revele novas perspectivas sobre como os jovens estudantes articulam suas visões, interesses, vivências, diversidades e conhecimentos científicos sobre temas controversos, com potencial para informar práticas pedagógicas e métodos de avaliação que sejam mais abrangentes de percepção pública da ciência no contexto educacional.

Palavras-chave: Percepção de ciência. Questões sociocientíficas. Jogos teatrais.



GT 05 - Fundamentos da pesquisa em Educação

A ESCOLA INDÍGENA NO ESTADO DE SÃO PAULO **Uma visão etnográfica da educação escolar nas aldeias**

Celso Spinardi Junior¹

E-mail: spinardiadv@gmail.com

Resumo

O direito ao acesso à educação é de importância incontestável, porém existe uma distância relevante entre o direito garantido e seu efetivo acesso. A sociedade tem se mobilizado historicamente através da formulação e implementação de políticas educacionais, no sentido de diminuir os efeitos das desigualdades, respeitando as diferenças. A pesquisa proposta tem como objetivo geral a análise das controvérsias entre a teoria normativa e a efetividade prática do exercício dos direitos garantidos, bem como a possível violação desses direitos, no que diz respeito ao acesso à educação diferenciada e as condições de ensino nas escolas do estado de São Paulo que se encontram localizadas em terras indígenas. Como objetivo específico, se propõe um estudo antropológico empírico nas escolas públicas inseridas em terras indígenas no estado de São Paulo, através de uma etnografia nas 43 escolas identificadas, articulando conceitos e problemas que envolvem o fenômeno educativo escolar sob diferentes perspectivas, visando entender como se opera o ensino da língua materna indígena e do português, os processos próprios de aprendizagem e o caráter político social da escola. Os locais apresentam diferenças e desigualdades acentuadas, sendo em sua maioria, comunidades indígenas com recursos educacionais escassos e dificuldades visíveis, por

¹ Doutorando em Educação _ PPGEd-So



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

tratar-se não apenas de comunidades tradicionais, mas também de comunidades carentes, situadas na periferia da cidade, onde a urbanização se aproxima cada vez mais, fazendo com que os indígenas experimentem um grau alto e forçado de interação urbana. Partindo de tal contexto, os relatos etnográficos a serem produzidos, tendo como método a observação participante, servirão como amostra do impacto das políticas públicas e educacionais, práticas sociais, leis e normas, que refletem diretamente nos povos indígenas, como eles reagem a essas interações e se usufruem de seus direitos, da mesma maneira que as escolas não indígenas usufruem dos seus.

Palavras-chave: Direitos. Educação. Escola Indígena.



GT 05 - Fundamentos da pesquisa em Educação

O TRABALHO DO GESTOR ESCOLAR COMO POTENCIALIZADOR NO DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Luciana Maria Balsamo¹

luciana.sedu@gmail.com

Resumo

A pesquisa consistiu em uma revisão sistemática de literatura, com um levantamento de dissertações e teses coletadas na plataforma Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações (BDTD) e do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES e em artigos de periódicos da Scielo Brasil, visando identificar o estado da arte da produção científica sobre o trabalho do gestor escolar e sua relação com a permanência e efetivação da escolarização dos estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Este trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado da autora, cuja seleção das publicações considera o decênio 2014 a 2024, período do Plano Nacional de Educação, disposto na Lei 13.005/2014, no que se refere à meta 4, que busca universalizar o acesso de crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação à educação básica, preferencialmente na rede regular de ensino. Os descritores utilizados foram os mesmos nas três plataformas pesquisadas: “Gestão escolar”, “Educação Especial” e “Educação inclusiva”. Embora o primeiro resultado tenha apresentado 415 publicações, os trabalhos selecionados para análise somam apenas 18 exemplares, sendo 4 artigos, 13 dissertações e 1 tese. Fundamentada nos princípios da teoria histórico cultural do desenvolvimento humano, numa perspectiva

¹ Doutoranda em Educação – UFSCAR Campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

crítica, procedeu-se à análise e discussão das produções. Os trabalhos selecionados foram referenciados a partir dos estudos de Ramos, Faria e Faria (2014), de forma que se torne possível ser replicada por outros pesquisadores e que possa aferir que o processo segue etapas que foram cuidadosamente definidas e respeitadas. Diante da necessidade de se refletir sobre o papel do gestor na escola inclusiva, a produção científica apresentada mostra a relevância da pesquisa na Região Centro Oeste, pois foi encontrado apenas um trabalho sobre gestão escolar para a educação inclusiva. As regiões Norte (duas publicações) e Nordeste (três publicações) também carecem de pesquisa no tema. As regiões Sul e Sudeste contam com quatro e sete publicações cada, representando a maior concentração de pesquisa sobre a questão apresentada. Isso mostra a importância da problematização sobre a temática num momento histórico em que a quantidade de matrículas de estudantes elegíveis da educação especial na rede regular de ensino tem crescido substancialmente, em especial, após a pandemia COVID 2019. As produções analisadas já trouxeram a reflexão sobre a essencialidade do papel do gestor na efetivação (ou não) da escolarização dos estudantes com deficiência na rede regular de ensino e a urgente necessidade em se refletir criticamente sobre a função do gestor escolar na perspectiva da educação inclusiva.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Educação Especial. Direito à educação escolar



GT 05 - Fundamentos da pesquisa em Educação

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO A PARTIR DA REDE MUNICIPAL DE CAPIVARI-SP

Karen Bertoldo Angelim¹
karenangelim@gmail.com

Fernanda Keila Marinho da Silva²
fernandakeila@ufscar

Resumo

O tema Educação Ambiental (EA) vem sendo pesquisado e discutido ao longo dos anos desde a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, cuja declaração produzida contém objetivos, estratégias, características, princípios e recomendações para a Educação Ambiental. Desde então, o tema tem ganhado destaque em pesquisas e políticas públicas orientadoras. No Brasil, seu ápice foi com o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e seu decreto regulamentador nº 4.281 de Junho de 2002 que torna a EA um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e/ou não formal. Hoje, a Educação Ambiental é vista como tema transversal (status concedido pelo PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais e posteriormente pela PNEA - Política Nacional de

¹ Bióloga (UNESP), Especialista em Direito Ambiental (UNIMEP), Mestre em conservação da Fauna (UFSCAR) Doutoranda em Educação (UFSCAR).

² Profa. do Departamento de Física, Química e Matemática (UFSCar Sorocaba) e profa. credenciada no PPGEd UFSCar Sorocaba. Vice-líder do GPEDIC (Grupo de Pesquisas em Ensino e Divulgação da Ciência).



Educação Ambiental) e deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, inserida nas disciplinas, ou, como projetos e ações ambientais nas escolas. Mas, se a educação ambiental é/deve ser realizada nas escolas, porque não vemos seus resultados na sociedade? Uma das possibilidades para entendermos como a Educação Ambiental é realizada nas escolas é compreendermos as percepções ambientais dos professores de uma referida unidade escolar ou rede de ensino. Diante do disposto o presente projeto possui como justificativa a necessidade e importância de se conhecer a Percepção Ambiental de Professores do ensino fundamental I e II da rede Municipal de Capivari. As perguntas que motivam esse trabalho são: Quais as percepções ambientais dos Professores de Ensino Fundamental I e II da rede municipal de Capivari? Como esses professores inserem propostas de Educação Ambiental durante suas aulas? Como o poder público municipal poderia ajudar a fomentar a EA nas escolas? A referida pesquisa se enquadra nos termos de uma pesquisa qualitativa. Utilizaremos para coleta de dados questionários estruturados junto aos professores de ensino fundamental I e II e entrevistas com os professores de ciências da rede municipal de Capivari-SP. Esperamos com esse projeto alcançar os seguintes objetivos: 1) identificar de que forma os docentes discutem aspectos ambientais e realizam a educação ambiental em suas aulas. 2) Compreender as percepções ambientais dos professores do ensino fundamental I e II do município de Capivari-SP. 3) Identificar quais temáticas ambientais são trabalhadas em sala de aula. 4) Detectar como o poder público poderia fomentar a Educação Ambiental nas escolas. O projeto já foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar e o processo de coleta de dados do questionário já está em fase final.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Percepção Ambiental. Políticas Públicas



GT 05 - Fundamentos da pesquisa em Educação

“OU VOCÊ PARA DE ESTUDAR OU VOCÊ TRABALHA...” - A EXPERIÊNCIA DE JOVENS ESTUDANTES TRABALHADORES NA ESCOLA PEI

Agnes Jose Maria Salas Roldan¹
contatoagnesroldan3@gmail.com

Resumo.

Este resumo irá discorrer de maneira simples acerca da pesquisa de mestrado que está em andamento, mais especificamente em fase de entrevistas com os participantes. A pesquisa está sendo realizada em um momento de inúmeras transformações no ensino médio, desde o início do NEM (Novo Ensino Médio) e das políticas de fomento para escolas de tempo integral, a realidade de jovens que precisam conciliar o trabalho com os estudos vem sendo atravessada por novos dilemas. As juventudes sempre foram apresentadas ao mundo do trabalho, contudo os acessos e as “escolhas” mudam de acordo com a classe, gênero, etnia, território, raça/cor, deficiência, orientação sexual e idade. Perante isso, alguns jovens acabam se vendo numa realidade de escolha entre estudar ou trabalhar (Tommasi, L.; Corrochano, M. C, 2020). Assim, a pesquisa tem olhado para jovens que mediam a relação entre trabalho e estudo dentro do PEI (Programa de Ensino Integral) em Itapeceira da Serra (São Paulo), tendo como objetivo principal registrar, acompanhar, analisar e compreender a relação entre trabalho e estudos para os alunos dentro do PEI, analisando e registrando as trajetórias de jovens de diferentes anos do Ensino Médio que trabalham e estudam. A metodologia que conduz a pesquisa é qualitativa com inspiração etnográfica, sendo assim está em andamento uma pesquisa de campo, que tem como objetivo observar e acompanhar a

¹ Licenciada em Ciências Sociais, especialista em cultura, educação e relações étnico-raciais e mestranda na UFSCar/PPGEEd-So



rotina escolar. Durante este processo, também estão sendo realizadas as entrevistas abertas que são conduzidas por um questionário semi-estruturado. Para compreender as trajetórias e fundamentar a pesquisa, está sendo utilizada a sociologia da individuação, especialmente olhando para as contribuições de Danilo Martuccelli e seu conceito de “*provas e suportes*”. O título escolhido para este resumo foi retirado de uma das conversas com os jovens que estão participando da pesquisa, em um momento em que eles estavam contando sobre seus olhares sobre trabalho e estudo. A partir das pesquisas realizadas pela REPU (Rede Escola Pública e Universidade), é possível analisar que existem diversas incongruências entre as propagandas e as realidades vividas dentro das escolas PEI, o que se agrava ao olharmos para jovens que conciliam o trabalho com os estudos. Além disso, a pesquisa realizou um levantamento das políticas de educação voltadas ao ensino médio, e nos últimos anos as políticas parecem caminhar para um mesmo lugar tecnicista da educação, apesar de afirmarem levar as trajetórias dos estudantes em consideração, não consideram fatores primordiais como o acesso de jovens das camadas populares a trabalhos informais, por exemplo. Assim, é possível observar uma continuidade nas políticas públicas voltadas ao fomento de escolas de tempo integral, por exemplo. Mesmo com a diminuição de jovens trabalhando na adolescência nos últimos anos, essa ainda é uma “*prova*” comum para muitos jovens das periferias, dessa forma a pesquisa vem encontrando muitos novos caminhos.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Escola.

² “Provas são desafios históricos e estruturais, socialmente produzidos, culturalmente representados, desigualmente distribuídos, que os indivíduos estão obrigados a encarar mas, que não definem de antemão os modos que serão enfrentados: o trabalho dos indivíduos. A pluralidade de posições ocupadas, os recursos acessíveis, as estratégias desenvolvidas, as habilidades desempenhadas e as formas particulares de articulação de ideias e experiências que realiza cada qual, dão conta de uma variabilidade” (Araujo e Martuccelli. 2022, p 9).



GT 05 - Fundamentos da pesquisa em Educação

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS NAPNES E A PNAES

Jussara Cristina Rodrigues da Silva¹

jucoloro@gmail.com

Debora Dainez²

ddainez@yahoo.com.br

Resumo

Em meio ao processo histórico de lutas e contradições no que se refere à formulação da política de Educação Especial no Brasil, em meados do ano 2000, temos a primeira experiência de Educação Inclusiva da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Programa TEC NEP, programa que implantou os NAPNES nos Institutos Federais. Neste mesmo contexto, o MEC, por meio da Portaria nº 39/2007 e do Decreto nº 7.234/2010, instituiu o PNAES, programa que, em 2024, é formalizado no país como Política Nacional, por meio da Lei nº 14.914. Diante desse contexto, foi proposta a presente pesquisa de doutorado em andamento, que tem como objetivo geral: compreender como se configura a articulação entre os NAPNES e a PNAES na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da análise dos documentos que regulamentam essas políticas institucionais nos Institutos Federais. Para o estudo dos documentos, a metodologia está pautada nos princípios do materialismo histórico-dialético e incorpora elementos da análise do discurso. Tendo em vista o processo de expansão da oferta de Educação Profissional e Tecnológica no

¹ Doutoranda em Educação – Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

² Doutora em Educação – Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

Brasil, observa-se que a articulação entre os NAPNEs e a PNAES passa a ser uma dimensão valorizada. Dessa forma, torna-se fundamental traçar um panorama atual dessa articulação. Em meio ao processo histórico de lutas e contradições no que se refere à formulação da política de Educação Especial no Brasil, em meados do ano 2000, temos a primeira experiência de Educação Inclusiva da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Programa TEC NEP – Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas, proposto pelo Ministério da Educação – MEC. Neste mesmo contexto, o MEC, por meio da Portaria nº 39/2007 e do Decreto nº 7.234/2010, institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, programa que se concretizou na elaboração e a implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e a construção de um processo formativo, contribuindo para a viabilização da igualdade de oportunidades e a melhora do desempenho escolar, agindo de forma preventiva quanto à ocorrência de situações de retenção e evasão decorrentes das situações de vulnerabilidade social presentes no cotidiano de grande parte dos estudantes. Neste cenário de estruturação do Programa TEC NEP e do PNAES, em 2008, foi sancionada, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Foram criados 38 Institutos Federais espalhados pelos diversos Estados brasileiros. Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, ampliou-se consideravelmente o número de alunos matriculados e, conseqüentemente, a diversidade de estudantes no interior desses espaços de formação. Por essa razão, se tornou essencial a concretização das ações do PNAES em âmbito nacional, incentivando o acesso, a permanência e a formação dos alunos em situação de vulnerabilidade social. Bem como, se tornou essencial, por meio do Programa TEC NEP, a implantação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs nos Institutos Federais, tendo em vista o expressivo crescimento do número de matrículas dos estudantes público-alvo da Educação Especial – PAEE na Educação Profissional e a exigência de se atender



a legislação vigente acerca da inclusão. Vale ressaltar que, em 2024, foi sancionada a Lei nº 14.914, que instituiu, no âmbito do MEC, a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, tendo por finalidade: “[...] ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos” (Brasil, 2024, art. 1º). Diante desse contexto, se propôs a presente pesquisa de doutorado em andamento, que tem como objetivo geral: compreender como se configura a articulação entre os NAPNEs e a PNAES na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da análise dos documentos que regulamentam essas políticas institucionais nos Institutos Federais. Para o estudo dos documentos, a metodologia está pautada nos princípios do materialismo histórico-dialético e incorpora elementos da análise do discurso, perspectiva essa, que objetiva entender como um objeto simbólico produz sentidos e em que condições sociais esses sentidos são produzidos.

CONTEXTUALIZAÇÃO. Visando disseminar uma política educacional inclusiva, os Institutos Federais se espalharam pelo país e atendem, hoje, um público diversificado. Entre o público atendido pelos Institutos Federais, encontram-se os estudantes PAEE, que passaram a ingressar em maior número, principalmente após a promulgação da Lei nº 13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência na Rede Federal de ensino. Assim como os alunos PAEE, outros alunos, em situação de vulnerabilidade social e pertencentes à grupos que integram as minorias sociais do país, também começaram a ingressar em maior número nos Institutos Federais ao longo dos anos. Para qualificar o atendimento desse público tão diversificado, os Institutos Federais instituíram, por meio de regulamentos próprios, a PNAES e Núcleos Específicos, dentre eles, o NAPNE. Atualmente, no que se refere ao atendimento dos estudantes PAEE na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estão instituídos 625 NAPNEs (Brasil, 2022). O NAPNE tem como objetivo: “criar [...] a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e [...] buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais” (Brasil, 2010,



p. 3). Ainda nessa perspectiva de disseminação de uma política educacional inclusiva e que atenda integralmente as demandas de um público tão diversificado, os Institutos Federais viabilizaram a concretização da PNAES em seus Campus, por meio da elaboração e implantação de ações que promovam o acesso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Kowalski (2012) nos apresenta as três fases do processo de formalização da Assistência Estudantil no Brasil. A primeira compreende o período entre a criação da primeira universidade no país até a democratização política na década de 1980. Nessa fase, a Educação Superior brasileira era um privilégio dos filhos da elite. Nos anos de 1980, o Brasil passa por um reordenamento político e redemocratização. Nesse período, é possível identificarmos o início da segunda fase, que resultou em uma nova configuração desse espaço de assistência ao aluno no âmbito das universidades brasileiras. No início da década de 2000, foram implementadas ações que corroboraram para que a Assistência Estudantil se tornasse parte da agenda pública brasileira. Em 2007, temos o início da terceira fase com a aprovação, por meio da Portaria nº 39 – MEC, do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil. Em 2010, o PNAES foi regulamentado nacionalmente por meio do Decreto-Lei nº 7.234, representando a consolidação da Assistência Estudantil em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto Política Pública de direito. Braga e Prá (2021) propõem o esboço de uma quarta fase desse processo de formalização da Assistência Estudantil no Brasil, fase que é balizada pela contrarreforma da Educação brasileira, que delimita a instauração de um novo quadro conjuntural, apresentando a tendência de uma Assistência Estudantil restrita (governo de Michel Temer e de Jair Bolsonaro). No momento atual, a Assistência Estudantil, anteriormente um Programa, é instituída como Política Nacional, por meio da Lei nº 14.914/2024 (governo de Luiz Inácio Lula da Silva). CONSIDERAÇÕES FINAIS. Tendo em vista o processo de expansão da oferta de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, observa-se que a articulação entre os NAPNEs e a PNAES passa a ser uma dimensão valorizada, primordialmente, no que se refere: ao atendimento das demandas dos



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

estudantes público-alvo de suas ações; à superação da fragmentação de políticas institucionais; à articulação de saberes técnicos; à formulação de agendas coletivas; ao compartilhamento de objetivos comuns e à uma maior eficiência quanto à utilização dos recursos disponíveis para a execução de suas ações. Dessa forma, torna-se fundamental traçar um panorama atual dessa articulação, a partir da análise dos documentos que regulamentam essas políticas institucionais nos Institutos Federais.

Palavras-chave: Educação Profissional. NAPNE. PNAES.

Referências

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira e; PRÁ, Keli Regina Dal. Assistência Estudantil: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 5-20, 2021.

BRASIL. **Manual de Orientação TEC NEP – Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.



GT 05 - FUNDAMENTOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

A ARTE DE ABRAÇAR A MUDANÇA: TRÂNSITOS ENTRE OS ESPAÇOS EXPOSITIVOS DE ARTE E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA

Tiffany Cristina Rodrigues Rosa¹
tiffany.rosa@estudante.ufscar.br

Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi²
lucialombardi@ufscar.br

Resumo

A pesquisa em andamento, em sua fase inicial, tem por objetivo compreender como se constituíram as identidades profissionais de cinco mulheres que atuaram como mediadoras culturais em exposições de artes visuais no SESC Sorocaba entre 2017 e 2024, enquanto cursavam a Licenciatura em Pedagogia na UFSCar – campus Sorocaba, a partir da escuta e estudo de seus itinerários formativos e experiências vividas nesse contexto. Para isso, pretende-se cartografar os percursos formativos dessas profissionais na educação não escolar, considerando o entrelaçamento entre universidade e espaço expositivo, com a intenção de conhecer como a mediação cultural das artes visuais contribuiu para a constituição de suas identidades profissionais e subjetivas. Em termos metodológicos, a pesquisa narrativa foi

¹ Pedagoga e Mestranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da UFSCar – Campus Sorocaba PPGEd-So. Professora de Educação Infantil, pesquisadora e artista. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8523-2424>. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2160745798350993>

² Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba/SP (UFSCar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6978-864X> CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/5697508831302188>



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

escolhida pela pesquisadora como modo de realizar a imersão nas experiências e nos processos subjetivos e formativos. Terá como material de estudo entrevistas, registros de memória, objetos, diários e rodas de conversa, constituindo-se enquanto pesquisa-formação ao evocar o poder da memória das experiências vividas para a consciência de si e do mundo. A investigação ancora-se nos fundamentos da Pedagogia como ciência da Educação, mantendo diálogo com os campos da formação docente, da Arte e das práticas educativas em contextos não escolares de cultura. Desta forma, busca-se conhecer quais abordagens teóricas e conceitos centrais estão envolvidos no fenômeno educativo não escolar da mediação cultural em exposições de arte quando articulado diretamente à formação de Pedagogas. Para escutar, avaliar e analisar os discursos e materiais trazidos pelas educadoras pretende-se assumir a abordagem multirreferencial como proposição epistemológica que valoriza a escuta plural dos sujeitos e a multiplicidade de sentidos. Essa perspectiva recusa a redução das vivências à categorização e visa constituir um processo de pesquisa que também forme a pesquisadora como alguém que interpreta fenômenos educativos a partir de um olhar ampliado e crítico, sensível às dimensões histórica, social, estética, cultural e artística da experiência formativa.

Palavras-chave: Pedagogia. Mediação Cultural. Formação de Educadores



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 05 - FUNDAMENTOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

MAPAS CONCEITUAIS COLABORATIVOS: UMA PROPOSTA DE ENSINO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS ESTRUTURANTES DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA EM UMA TURMA DE ENSINO FUNDAMENTAL 2

Idelzuite Azevedo Alcântara Leme¹
idelzuiteleme@estudante.ufscar.br

João Batista dos Santos Junior
²joabatsufscar@gmail.com

Resumo

No ano de 2023 uma importante política pública completou cinquenta anos, estamos nos referindo ao Plano Nacional de Imunização- PNI, e embora houvesse muito a comemorar pelas conquistas até então alcançadas, também havia um sinal de alerta porque dados do Ministério da Saúde indicavam uma queda nos índices de imunização, num indicativo da relevância social do tema Vacinação. Na pesquisa por nós desenvolvida e cujos resultados partilhamos aqui neste evento a Vacinação foi o tema abordado por meio de uma Unidade de Ensino Potencialmente Significativa-UEPS, que utilizou dos Mapas Conceituais como uma ferramenta para favorecer a colaboração entre os alunos, uma vez que era objetivo investigar a potencialidade do uso de mapas colaborativos para

¹ Mestrando do PPGEd Campus Sorocaba –UFSCar- Sorocaba

² Doutorado em Ensino de Ciências pela USP- UFSCar- Sorocaba



favorecer o desenvolvimento da alfabetização científica em uma turma de 7º ano de uma escola da rede municipal de Sorocaba. Foram instrumentos de coleta de dados: os MC produzidos pelos alunos de forma colaborativa; anotações do diário de bordo feitas pela professora/pesquisadora; e gravações de áudio da apresentação desses MCs, e de três entrevistas realizadas em momentos posteriores à aplicação da UEPS. Os MCs foram analisados tendo como referência os quatro parâmetros de um bom MC descritos por Aguiar; Correia (2013). Como indicativo do desenvolvimento da AC considerou-se a ocorrência dos três Eixos Estruturantes da Alfabetização Científica- EEAC propostos por Sasseron (2008) a saber: primeiro EEAC a compreensão de termos e conceitos científicos fundamentais; Segundo EEAC compreensão da natureza a ciências e dos valores éticos e políticos relacionados à sua prática; terceiro EAC o entendimento das relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Nas interações entre os alunos buscou-se observar a ocorrência das quatro etapas do processo de construção colaborativa do conhecimento: externalização; elicitação; consenso orientado para o consenso orientado para a integração ou para o conflito; e processo de integração. Cabendo apontar que os três primeiros processos foram descritos por Fischer et al (2002) e o último por Aguiar; Ballego; Correia (2022). Entre os resultados obtidos destaca-se que foi possível observar indícios do desenvolvimento de primeiro e terceiro EEAC, com relação ao terceiro EEAC nossa hipótese e de que seria necessário dispor de um maior número de aula para as discussões e reflexões que o eixo demanda. A análise dos MCs elaborados pelos grupos ao longo da UEPS indicou avanços em sua estrutura organizacional com MC do tipo “rede” em dois grupos, e apenas em um grupo observamos ser necessário novos treinamentos para um melhor domínio da técnica de mapeamento. No que diz respeito a interação entre os integrantes do grupo os dados indicaram a ocorrência das quatro etapas do processo de construção colaborativa do conhecimento.

Palavras-chave: Eixo Estruturante da Alfabetização Científica. Mapa Conceitual. Aprendizagem Colaborativa.



GT 05 - FUNDAMENTOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Luiza Pompeu Prado Moreira Moreau¹

luiza.ppm@gmail.com

Luciana Cristina Salvatti Coutinho

²lucscoutinho@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, *campus* Sorocaba. O objetivo é realizar uma análise das relações entre educação alimentar e nutricional (EAN) e o direito humano à alimentação adequada (DHAA) no contexto brasileiro atual, a partir da perspectiva histórico-crítica. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica visando compreender o panorama atual da EAN no Brasil e suas repercussões no DHAA seguida de análise tendo como base teórica a pedagogia histórico-crítica e o materialismo histórico-dialético. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo do conhecimento voltado à promoção de hábitos alimentares saudáveis, à melhoria do estado de saúde e garantia do DHAA por meio de políticas públicas e programas de incentivo à saúde, utilizando recursos educacionais como base de suas ações (Padrão; Aguiar; Barão, 2017; Ramos; Santos; Reis, 2013). As práticas educativas constituem uma das principais estratégias dessas políticas para promover a alimentação e nutrição adequadas a partir do entendimento da alimentação enquanto direito humano. A partir

¹ Nutricionista, Mestre em Educação – Doutoranda PPGEEd UFSCar-So

² Pedagoga, Doutora em Educação – Professora Adjunta UFSCar-So



dos anos 2000 diversas iniciativas e políticas passaram a debater e elaborar diretrizes para o enfrentamento da fome e insegurança alimentar e nutricional visando a melhoria do estado nutricional e de saúde, tendo como princípio o DHAA. Entre esses documentos destacam-se a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) de 2010, a publicação em 2012 do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012) e o Guia Alimentar para População Brasileira publicado em 2014. Ambos os documentos têm entre seus objetivos a instituição de processos permanentes de EAN visando fomentar o direito humano à alimentação adequada (DHAA) no Brasil. Ao analisar os documentos é possível verificar a fundamentação na pedagogia construtivista, explicitada pela ênfase dada ao papel individual no cuidado com a saúde e alimentação, à responsabilização dos indivíduos por seu estado de saúde, no incentivo à estratégias de adaptação dos indivíduos aos cenários adversos e a idealização da educação como solução, por si só, dos problemas alimentares. Em nossas análises também verificamos que as discussões teórico-metodológicas presentes nos documentos e diretrizes são incipientes e não há um debate sobre os conceitos apresentados e suas repercussões na realidade concreta. Buscou-se através dessas ações ampliar a abordagem para além das recomendações nutricionais e normas dietéticas, incluindo questões como cultura, modos de vida, industrialização e meio ambiente. Embora o documento reconheça a influência dos "modos de vida", limita-se à lógica da sociedade capitalista, naturalizando-a. As ações propostas focam na adaptação dos sujeitos ao contexto vigente, com transformações restritas à lógica do Estado burguês de direitos. Discute-se a influência da indústria de alimentos, do marketing e da mídia, sem explicitar os determinantes políticos, econômicos e histórico-sociais (Moreau, 2021). Apesar de avanços, a EAN ainda atua de forma descontextualizada da realidade histórico-social, contribuindo para a manutenção de problemas em saúde e nutrição. É necessária a ampliação do debate teórico-metodológico, visando um projeto de sociedade transformador, com acesso ao conhecimento sobre as estruturas sociais (Moreau,



2021).

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Direito Humano à Alimentação Adequada. Pedagogia Histórico-Crítica.

Referências

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014. 156 p.

BRASIL. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. v. 1

MOREAU, L. P. P. M. **Educação alimentar e nutricional: uma análise histórico-crítica da relação educação, alimentação e nutrição**. Dissertação—Sorocaba: Universidade Federal de São Carlos, 5 nov. 2021.

PADRÃO, Susana Moreira; AGUIAR, Odaleia Barbosa; BARÃO, Gilcilene De Oliveira Damasceno. Educação Alimentar E Nutricional: a Defesa De Uma Perspectiva Contra Hegemônica E Histórico-Crítica Para Educação. DEMETRA: Alimentação, **Nutrição & Saúde**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 665–682, 2017. DOI: 10.12957/demetra.2017.28642.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: Uma revisão de literature. **Cadernos de Saude Publica**, [S. l.], v. 29, n. 11, p. 2147–2161, 2013. DOI: 10.1590/0102-311x00170112.

SAVIANI, **Dermeval**. **Escola e Democracia**. 26. ed. Campinas: Autores Associados, 1992.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

GT 05 - FUNDAMENTOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

A PRAXIOLOGIA DA ALFABETIZAÇÃO PARA CRIANÇAS NA CONCEPÇÃO DA PEDAGOGIA CRÍTICO-LIBERTADORA

Tácylla Agum Theotonio de Lima¹
tacyla@estudante.ufscar.br

Juliana Rezende Torres²
julianart@ufscar.br

Resumo

O tema do presente estudo em andamento é a dimensão praxiológica da alfabetização nos Anos do Ensino Fundamental I segundo as contribuições de Paulo Freire. Este tema diz respeito às contribuições do pensamento freireano para o Brasil e sua relevância na prática educativa. Ao mesmo tempo, este estudo se ocupa de refletir as implicações das dimensões prática e teórica da educação, o que nos levará a tensionar os paradigmas teórico-metodológicos educacionais. A questão que buscaremos solucionar no decorrer deste estudo investiga a práxis autêntica, o que instiga ao mesmo tempo é pensar uma prática pedagógica para uma alfabetização desenvolvida *com* os educandos e não *para*

¹ Pedagoga e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, campus Sorocaba (PPGEEd-So). Bolsista pela CAPES. Doudoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, campus Sorocaba (PPGEEd-So). Professora Substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo do curso de Licenciatura em Pedagogia.

²Doutora e PhD em Educação Científica e Tecnológica pelo PPGECT/UFSC. Professora do Departamento de Ciências Humanas e Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da UFSCar campus Sorocaba.



os educandos (Freire, 2015; 2016; 1990). Com isso, a questão latente que guiará a pesquisa é: Como acontece o processo de alfabetização de crianças nos Anos Iniciais em uma concepção freireana? Em que medida o processo de alfabetização para crianças a partir da pedagogia crítico-libertadora é praxiológico? O objetivo central deste estudo busca explicitar como acontece o processo de alfabetização de crianças nos Anos Iniciais em uma concepção freireana, analisando os limites e as potencialidades deste processo em sua dimensão praxiológica autêntica. Para alcançarmos o seguinte objetivo, iremos desenvolver um pesquisa de enfoque qualitativo (GIL, 2008), por isso a coleta de dados por meio da pesquisa bibliográfica realizada via de produções acadêmicas a partir de diferentes bancos de dados, os dados coletados serão analisados utilizando-se da Análise Textual Discursiva (ATD). Consideramos fundamental o estudo acerca do legado de Freire, pois, sendo ele o Patrono da Educação desde 2012 através da Lei nº 12.612, apresentou tantas obras de alto reconhecimento e visibilidade a nível nacional e internacional, é conhecido como um grande intelectual de sua época (Brasil, 2012; Brandão, 2005). Embora ele seja reconhecido como patrono, não o vemos ser citado na Política Nacional de Alfabetização (PNA), ou na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que são documentos centrais para pensarmos e desenvolvermos o processo de alfabetização. Por isso, não devemos deixar de aprofundar epistemologicamente as contribuições de Freire, sobretudo, no campo da alfabetização onde tudo começou.

Palavras-chave: Alfabetização. Paulo Freire. Praxiologia.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Paulo Freire, educar para transformar:** fotobiografia. São Paulo: Mercado Cultural, 2005. 140 p.

BRASIL. Lei n. 12.612, de 13 de abril de 2012. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 abr. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários á prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.



XI Seminário de Pesquisa
X Encontro de Egressos
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Sorocaba



Diversidades e diferenças na Pós-graduação em Educação
Justiça social e garantia de direitos
09 a 11 de junho de 2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo.; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo**.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. ed.
– 2002. p. 17-47